

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ -
(UNIFESSPA)
MESTRADO EM HISTÓRIA E CULTURA NA AMAZÔNIA

JAIR MAURO DINIZ NERIS

**MLPA, O MOVIMENTO PELA LIBERTAÇÃO DOS PRESOS DO ARAGUAIA, DO
CONFLITO DO CAJUEIRO ÀS MAIORES MANIFESTAÇÕES PRÓ-
DEMOCRACIA DO NORTE DO BRASIL – 1981- 1982**

MARABÁ – PARÁ

2022

JAIR MAURO DINIZ NERIS

**MLPA, O MOVIMENTO PELA LIBERTAÇÃO DOS PRESOS DO ARAGUAIA, DO
CONFLITO DO CAJUEIRO ÀS MAIORES MANIFESTAÇÕES PRÓ-
DEMOCRACIA DO NORTE DO BRASIL – 1981- 1982**

Dissertação de Mestrado em História e Cultura na Amazônia. Na linha de Cultura, Memória e Relações de Poder, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - (UNIFESSPA), pelo discente Jair Mauro Diniz Neris, como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Pere Petit Penarrocha

MARABÁ – PARÁ

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Biblioteca Setorial Campus do Tauarizinho

N446m Neris, Jair Mauro Diniz
 MLPA, o movimento pela libertação dos presos do Araguaia, do
 conflito do cajueiro às maiores manifestações pró-democracia do norte
 do Brasil – 1981- 1982 / Jair Mauro Diniz Neris. — 2022.
 145 f.

Orientador(a): Pere Petit Penarrocha.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Sul e Sudeste
do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Marabá, 2022.

1. Guerrilha do Araguaia. 2. Reforma agrária - Pará . 3. Posse da terra
- Pará. 4. Brasil - História - 1964-1985. I. Penarrocha, Pere Petit, orient. II.
Título.

CDD: 22. ed.: 322.5098115

Elaborado por Renata Souza – CRB-2/1586

JAIR MAURO DINIZ NERIS

**MLPA, O MOVIMENTO PELA LIBERTAÇÃO DOS PRESOS DO ARAGUAIA, DO
CONFLITO DO CAJUEIRO ÀS MAIORES MANIFESTAÇÕES PRÓ-
DEMOCRACIA DO NORTE DO BRASIL – 1981- 1982.**

Dissertação de Mestrado em História e Cultura na Amazônia. Na linha de Cultura, Memória e Relações de Poder, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - (UNIFESSPA), pelo discente Jair Mauro Diniz Neris, como requisito para obtenção do título de mestre.

Data de aprovação: Marabá (PA), ___ de ___ de 2022.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Pere Petit Penarrocha Orientador

Professora Doutora Karla Leandro Haske
Examinadora Interna

Professora Doutora Ana Carolina Abreu Coelho
Examinadora Interna

Professora Doutora Maria Marize Duarte
Examinadora Externa

Para:

Maria da Glória, Vicente Neris, Kaloã Neris, Margarida Melo, os Padres: Aristides, François, Lourenço Bertolusso, João Beukeboom, Ricardo Rezende, Dom Pedro Casldália, Josimo Tavares, os sindicalistas: Gringo e Dozinha, além de tantos outros, apagados de suas histórias nos campos do sul e sudeste do Estado do Pará e dos personagens que colaborariam com seus depoimentos para a composição deste trabalho, mas que tiveram suas vidas encerradas durante o período da pesquisa.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa de dissertação de mestrado que vos apresentamos, não teria existido sem as colaborações de diversas pessoas, que de maneiras mais ou menos diretas, tiveram a delicadeza e a generosidade de oferecerem suas contribuições de maneiras diversas. Dentro das situações que se apresentavam a cada uma dessas pessoas, as necessidades e as dificuldades foram sendo superadas, e dessa maneira, conseguimos concluir a pesquisa, dentro da máxima qualidade que vislumbrávamos ser possível de se alcançar no seu início.

Agradeço a minha esposa Margarida pela paciência e pelos incentivos nos mais diversos momentos de maiores dificuldades, e pela sabedoria em me tranquilizar sempre com aconselhamentos sóbrios, de que tudo iria funcionar, que as coisas se encaixariam e que ao findar de todas as coletas de materiais, tudo haveria de dar certo.

Ao meu filho Kaloã, que mesmo sem saber, esteve ao meu lado em todos, repito, todos os momentos. Já que ele é o meu maior motivo de contribuir com as pessoas que compõem a sociedade em que estamos inseridos, que por percebê-lo como um integrante que necessita de cuidados ainda mais especiais dessa mesma sociedade, me deu por muitas das vezes, forças além das que estamos acostumados a ter.

Um agradecimento todo especial ao sistema público de ensino, às Universidades Públicas, indubitavelmente, as maiores fornecedoras de conhecimento e de pesquisas científicas do país, e um verdadeiro sobrevivente deste governo retrógrado nos costumes, e inimigo das ciências, que tentou de todas as formas, sufocar a educação pública, para atender a interesses de empresários da educação mercantilista e também, com o intuito de ampliar o abismo social que afasta a classe dominante, dos trabalhadores e de seus filhos, potenciais usufrutuários do sistema público de ensino.

Agradeço ao meu orientador Pere Petit, que exercendo a função de orientador, me permitiu a liberdade de escrever da forma que me coube avaliar a melhor maneira de narrar esta história.

Aos professores do curso Karla Leandro Rascke, Ana Carolina Abreu Coelho e Maria Marize Duarte, componentes de minha banca, a Maria Clara Sampaio, Erinaldo Cavalcanti, Jerônimo Silva e principalmente a Idelma Santiago Silva, por ter me munido de farto material sobre o caso e com arquivos da CPT, da Comissão da Verdade e do período da ditadura. Aos

professores externos que colaboraram com entrevistas e materiais, em especial os professores, Fábio Pessoa, Leopoldo Júnior, Airton Pereira, Ronaldo Martins Gomes, pelas consultorias em horas mais diversas, ao Gilmar Oliveira, (Bola), do Conselho Indigenista Missionário de Marabá, Ana de Souza Pinto e Meiriely Costa Ferreira, da CPT de Xinguara.

Agradeço ainda a Caíto Aragão, pelas fotografias da Igreja de São Sebastião, ao amigo e incentivador Jorge de Pires Bastos, ao jornalista Lúcio Flávio Pinto, Dona Oneide Lima (viúva do Gringo), Nazareno (Batatinha), vítima de cachorro do Exército no Largo da Trindade, aos Padres: Ricardo Rezende Figueira e Paulinho da CPT de Belém, a Helena Lima da FASE, Madeleine Bedran, aos funcionários da Biblioteca Pública Arthur Viana do Centur, pelo acesso irrestrito aos arquivos digitais e físicos de que me utilizei, ao companheiro jornalista Paulo Roberto Ferreira, pelos arquivos fotográficos e ideias para o desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço também ao Senador Paulo Rocha, pelo tempo que dispôs para entrevista, ao professor Zé Otávio Pires, pela colaboração, e ao amigo e revisor, o bibliotecário do MPEG, Paulo Roberto M. de Almeida (Gordom), pela normatização e correção das normas da ABNT, que são imprescindíveis para a qualidade do texto e apresentação do mesmo, para a comunidade acadêmica.

E aos companheiros que se dispuseram a contribuir com a construção desse trabalho, mas que por motivos de força maior, não puderam fazê-lo, (*in memoriam*): Egydio Salles Filho, Padre Bruno Sechi, Dário Azevedo, Dom Pedro Casaldáliga, Gerson Domont, Armando Zurita, José Carlos Castro, Luiz Maklouf Carvalho, e tantos outros que tombaram pela pandemia do século de SARS COV 19, que até os dias em que este texto está sendo apresentado, e em que pesem os avanços científicos para vacinação em massa da população mundial, ainda assim, continua ceifando vidas.

E finalmente, agradeço *in memoriam* a meus pais, Vicente Diniz Neris e Maria da Glória Neris, que além de me permitirem a oportunidade de passar por esta vida, me possibilitaram acessar o poder da educação, que por consequência, me trouxe até este ponto de poder dialogar com autores fantásticos, professores e interlocutores de intelectuais que contribuíram e contribuem de forma expressiva para o crescimento humano e que me possibilitaram estar aqui, apresentando esta humilde contribuição para a comunidade acadêmica.

“O império da lei há de chegar, no coração do Pará, quem matou meu amor, tem que pagar, e ainda mais quem mandou matar. Ter o olho no olho do jaguar, virar jaguar, o império da lei há de chegar lá!”

(Caetano Veloso, 2012).

RESUMO

Essa dissertação tem como objetivo, dialogar sobre um capítulo importante da história recente das lutas por liberdades, direitos civis e por respeito aos devidos processos legais, alicerces de todas as sociedades democráticas do período pós-guerras, ocorrido no início da década de 1980, na região do “Bico do Papagaio”, sudeste do Pará, norte do Brasil. O Conflito do Cajueiro expôs, através dos seus reflexos, e dos consequentes desdobramentos do movimento pelas liberdades dos 15 enclausurados, somados ainda, a uma ânsia democrática de grande parte da população, mazelas, que mediante constatações de inúmeras análises jurídicas posteriores, desenvolvidas sobre os andamentos daqueles processos, expuseram a hipocrisia de um governo ditatorial, autoritário e incompetente, travestido de austero, que se apropriou do poder político no Brasil de 1964 a 1985, agindo em favor de grandes proprietários de terras e privilegiando as grandes empresas de capitais estrangeiros em detrimento dos brasileiros mais necessitados. A Igreja Católica envolvida no evento pelas prisões de seus dois padres, foi declarada na referida ocasião, inimiga do sistema, além de ter o desconforto de ver seus membros sentados nos bancos dos réus. Porém, com suas estruturas milenares e suas influências globais, essa instituição reagiu, e auxiliada por inúmeras entidades e um sem número de pessoas físicas que comungavam dos mesmos ideais de lutas por direitos humanos, conseguiu atingir os alicerces daquele outrora aliado governo. As condenações impostas aos presos do Araguaia, reavivaram a existência dos mártires cristãos católicos, e as sentenças a eles impostas, revelaram também que aquele sistema repleto de corrupção e de corruptos, já não era mais suportável para a grande maioria dos brasileiros, contribuindo substancialmente para o seu ocaso.

Palavras-chave; Amazônia; Conflitos Agrários; Conflito do Cajueiro; Ditadura Militar; História; Igreja Católica; Possesiros; Presos do Araguaia.

ABSTRACT

This dissertation aims to expose an important chapter of recent history for the struggles for freedoms, civil rights and respect for due legal processes, foundations of all democratic societies in the post-war period, which took place in the early 1980s, in “Bico do Papagaio” region, southeastern Pará, northern Brazil. The Cajueiro conflict exposed, through its reflections, and the consequent unfolding of the movements for the freedoms of the 15 cloistered, added still, to a democratic eagerness of a large part of the population, which, through findings of numerous subsequent legal analyses, developed on the progress of those processes, exposed the hypocrisy of a dictatorial authoritarian and incompetent government, disguised as austere, which appropriated political power in Brazil from 1964 to 1985, acting in favor of large landowners and privileging large companies with foreign capital in detriment of the neediest Brazilians. The Catholic Church involved in the event for the arrest of its two priests, was declared on that occasion, an enemy of the system, in addition to having the discomfort of seeing its members sitting in the docks. However, with its millenary structures and its global influences, this institution reacted, and aided by countless entities and countless individuals who shared the same ideals of struggle for human rights, The convictions imposed on the prisoners in Araguaia, revived the existence of Catholic Christian martyrs, and the sentences imposed on them also revealed that that system full of corruption and corrupt people was no longer bearable for the vast majority of Brazilians, contributing substantially to the sunset.

Key words: Amazonia; Agrarian Conflicts; Araguaia Prisoners; Catholic Church; Cashew Conflict; History; Military Dictatorship; Squatters.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da região sul e sudeste do Pará	16
Figura 2 - Via Sacra da Igreja de São Sebastião em Belém	36
Figura 3 - Imagem do mapa do Polígono dos Castanhais	71
Figura 4 - Imagem de fotografia de O Liberal de 14 de agosto de 1981	76
Figura 5 - Foto de capa do jornal O Liberal de 16 de agosto de 1981	87
Figura 6 - Reprodução do panfleto difamatório atirado sobre a cidade por um avião	101
Figura 7 - Imagem da Polícia Militar durante o cerco à igreja da Santíssima Trindade, no centro de Belém	124
Figura 8 - Presos sentados no banco dos réus no julgamento na Auditoria Militar	129

LISTA DE SIGLAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BASA	Banco da Amazônia S/A.
BEC	Batalhão de Engenharia e construção
BNH	Banco Nacional de Habitação
CBB	Comissão dos Bairros de Belém
CEAT	Coordenadoria Especial do Araguaia-Tocantins
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COMAR	Comando Aéreo Regional
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CSN	Conselho de Segurança Nacional
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DER	Departamento de Estradas e Rodagens
DNER	Departamento Nacional de Estradas e Rodagens
EST	Escola Salesiana do Trabalho
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
GEBAM	Grupo Executivo de para a região do Baixo Amazonas
GETAT	Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESP	Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará
IMPAR	Indústria Madeireira Paraense e Agropecuária do Pará Ltda.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
LSN	Lei de Segurança Nacional
MEB	Movimento de Educação de Base
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MLPA	Movimento de Libertação dos Presos do Araguaia
ONG	Organização Não Governamental
PA	Pará
PCdoB	Partido Comunista do Brasil

PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
SEMTA	Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia
SPPDDH	Sociedade Paraense Protetora dos Direitos Humanos
STM	Supremo Tribunal Militar
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	O DESPERTAR PARA A VIDA, A EDUCAÇÃO, A PESQUISA	32
3	DAS SOMBRAS DO CAJUEIRO, NASCE DO CONFLITO O MLPA	53
3.1	Às margens do rio das araras, o cristianismo funda um Arraial	54
3.2	Sob a cátedra católica, nascem o sindicato e a CPT	58
3.3	A Chegada dos Padres Franceses (Quem é esse peregrino?)	64
3.4	Das igrejas vazias ao Sermão da Discórdia	69
3.5	Tiros e prisões, dão origem ao MLPA	77
3.6	No calvário das prisões, o MLPA se levanta e desmascara a ditadura	86
3.7	Nas ruas, os paraenses justificam ao país a frase: do Brasil, sentinela do norte	95
3.8	A resistência de um povo nas páginas do antagonismo	116
3.9	O cerco da Trindade	121
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
	REFERÊNCIAS	143

1 INTRODUÇÃO

Podemos classificar esses tempos, como, tempos híbridos e essa condição causou grandes interferências na aplicação das metodologias utilizadas para a composição dessa pesquisa. A pandemia global da Sars COV19¹, vitimou de morte, somente no Brasil, entre os meses de março de 2020 e os dias atuais de maio de 2022. Tivemos registrados, 665.955, pessoas no país² e 18.354, no estado do Pará³. Dentre essas vítimas, 12 personagens que iriam contribuir qualitativamente com seus relatos e arquivos, para o melhor desenvolvimento dessa dissertação, não tiveram a oportunidade de sobreviver, outras quatro dessas pessoas, pereceram por diferentes “*causa mortis*”.

Os trabalhos remotos substituíram as atividades presenciais. As escolas e universidades fecharam as portas dos prédios físicos, por motivos óbvios e por um período considerável. Docentes e discentes sofreram não somente as mazelas da doença, mas as perdas de parentes, amigos e entes queridos. As doenças da mente afloraram e os acessos às pessoas, foram cerceados. Podemos dizer que foi um tempo anômalo, onde só tínhamos relatos que faziam referências semelhantes, no início do século XX, com a Gripe Espanhola, que também dizimou grande quantidade de pessoas pelo país e pelo mundo. Temos muitos motivos para agradecer ao nosso Sistema Único de Saúde, o SUS, que no combate ao Sars Cov19, merece de nossa parte, todas as loas que nos forem possíveis dedicarem-lhes. A ciência nos trouxe até aqui.

As entrevistas programadas para o desenvolvimento da pesquisa, foram sensivelmente prejudicadas, as visitas aos lugares e pessoas, foram interrompidas de uma maneira e por um tempo, que a princípio, não se poderia imaginar. Restaram-nos, as adaptações para as plataformas digitais. Uma grande aventura, haja vista, que os provedores de internet pelo Brasil a fora, não foram capazes de entregar aos usuários, os produtos que ofereciam. As quedas de conexões durante as aulas eram frequentes e a interatividade professor aluno, sofreu com prejuízos incalculáveis.

Foi nesse cenário, que conduzimos o nosso mestrado PPGHIST 2020, da UNIFESSPA. As aulas presenciais para as quais fomos aprovados via processo seletivo, foram substituídas por aulas virtuais, onde a qualidade dos conteúdos, lógico, foi deveras comprometida. As

¹ O novo coronavírus, descoberto em dezembro de 2019, recebeu o nome de SARS-CoV-2 (sigla do inglês que significa coronavírus 2 da síndrome respiratória aguda grave), cuja doença recebeu a denominação pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de COVID-19 (do inglês coronavirus disease 19). Disponível em: www.portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br. Acesso em: 14 maio 2022.

² Fonte: Disponível em: www.g1.globo.com/São Paulo. Acesso em: 14 maio 2022.

³ Fonte: **Relatório da SESMA**. Disponível em: www.covid19.pa.gov.br. Acesso em: 14 maio 2022.

adaptações foram as nossas alternativas. Mas é importante esclarecer e vale muito ressaltar, que realizar entrevistas com pessoas munidas de enormes quantidades de informações, que poderiam engrandecer em muito, nossos textos, se tornaram possíveis por uma maneira muito difícil, e essas entrevistas foram excessivamente prejudicadas pelas más condições tecnológicas, que, diga-se de passagem, ninguém na comunidade acadêmica e tampouco dos entrevistados, teve culpa.

O mundo, nesse momento da pesquisa, volta a se movimentar, mesmo que mais lentamente. As nossas atividades, obedecem a prazos que devem ser cumpridos e os acontecimentos pelo país a fora, nos apresentam muitos choques de realidade. Encontramo-nos em meio a uma guerra de grande repercussão na Europa, que completou seu terceiro mês, entre Rússia e Ucrânia. Contenda esta, onde uma potência militar, a Rússia, em resposta a uma estratégia de expansão e isolamento imposta pela Organização do Tratado do Atlântico Norte, a OTAN, aliança militar encabeçada pelos Estados Unidos, invade o país vizinho, a Ucrânia. Este é um fato que assusta a comunidade internacional, haja vista esse tipo de notícia naquele continente, depois da Segunda Grande Guerra, não ser fato tão recorrente⁴. Já pelos interiores do Brasil, vivemos sob as influências de um governo de atitudes autoritárias, recheado de militares, da ativa e das reservas, que incentiva invasões de terras indígenas e quilombolas, e por consequência disso, temos testemunhado e convivido com as velhas práticas de violências contra trabalhadores do campo, que se reapresentam neste momento, das piores e mais violentas maneiras possíveis.

A família do ambientalista José Gomes, o Zé do Lago, sua esposa, Márcia Lisboa, e sua enteada Joene (de apenas 19 anos), no dia 09 de janeiro de 2022, foi encontrada morta. Assassinados na zona rural do município de São Félix do Xingu, sudeste do Pará. (www1.folha.uol.com.br, janeiro de 2022). Famílias quilombolas de Vila Palmares, localizada em Acará – Pa, estão sendo encurraladas e tendo seus caminhos bloqueados por seguranças privados, pagos pela companhia Agropalma, em uma área de terra sob litígio, reivindicada pela empresa e por esses quilombolas, descendentes de moradores originários, nas proximidades da PA-150, entre os municípios de Acará e Tailândia, no nordeste do Pará. (<http://www.ojoioetrigo.com.br>, fevereiro de 2022).

⁴ No início dos anos 1990, mais precisamente nos anos 1991 e 1992, a OTAN, também agiu para desmembrar a Iugoslávia criando 5 novos países, o que desestabilizou a região leste da Europa e como consequência, fomentou algumas guerras separatistas, como: Guerra da Sérvia, Guerra da Croácia, Guerra da Bósnia e ficou conhecida como a III guerra dos Balcãs. (Wikipédia).

Estas parecem ser notícias, outrora, usuais e rotineiras, recorrentes durante a Ditadura Militar, veiculadas a partir das redações de nossos veículos de imprensa e dos meios de comunicação. Mas o ano é 2022, e infelizmente, o momento nos remete ao que escrevera o jovem Karl Marx, nas primeiras linhas do primeiro capítulo de seu livro “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” publicado em 1852, onde podemos ler:

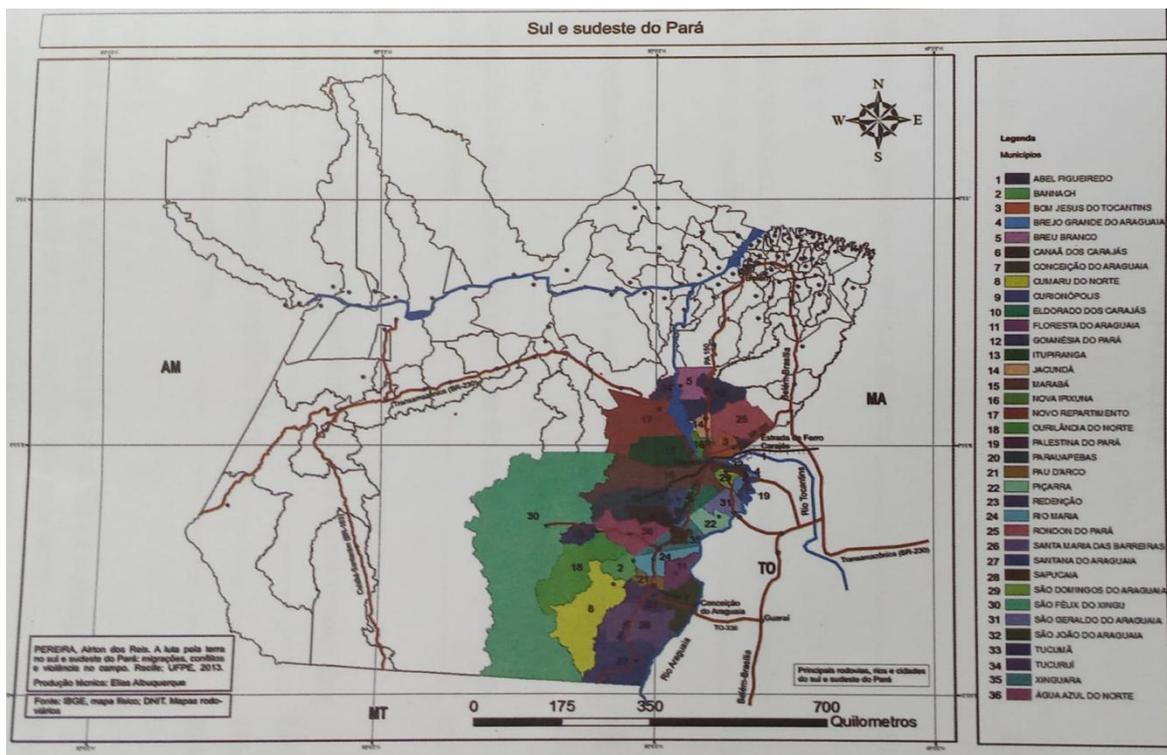
Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância da história do mundo ocorreram, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. Caussidière por Danton, Luís Blanc por Robespierre, a Montanha de 1848-1851 pela Montanha de 1793-1795, o sobrinho pelo tio. (MARX, 1977, p. 17).

Exatos, 41 anos depois do conflito do Cajueiro e dos fatos que se seguiram, com as acusações, prisões, julgamentos e condenações pela Justiça Militar, de 15 homens, presos na região do Araguaia, dois padres franceses: Aristides Camio e François Gouriou e 13 posseiros brasileiros: 1- João Matias (apontado como o líder); 2- Simplício Vieira da Silva; 3- José de Araújo e Silva; 4- Leônidas Alves Furtado; 5- Raimundo Resplandes Silva; 6- Venâncio Pereira; 7- José Ribamar Rodrigues; 8- Raimundo Pereira da Anunciação; 9- Antônio Resplandes Coelho; 10- Milton Souza Almeida; 11- Arnaldo Lopes Queiroz; 12- Raimundo Resplandes Coelho e 13- José Pereira de Araújo residentes no local (que viraram personagens de um episódio que proporcionou uma enorme mobilização na sociedade civil paraense, e que no desenvolvimento de seu curso, recebeu muitas adesões e passou a contar, não somente com a solidariedade, mas com ajudas diversas, advindas de entidades e pessoas, do restante do Brasil e de vários países do mundo, que culminou com a criação do Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia – MLPA, um dos mais conhecidos episódios de nossa história recente, no que tange as lutas e buscas por justiça social, nas relações entre trabalhadores rurais e fazendeiros, nas terras do Pará), nós voltamos a conviver com momentos muito difíceis nas relações entre donos de terras e trabalhadores do campo nessa parte da região Amazônica.

Essa região é reconhecida e tem o seu mapa, ilustrado pelo sangue de um grande número de vítimas das violências originadas pelas disputas por palmos de chão. O Bico do Papagaio parece ter seu destino talhado para a violência. Podendo ser visualizado em diversos momentos da história do Brasil, por diferentes motivos, como por exemplo, o ponto de ebulição da Guerrilha do Araguaia, e mais recentemente, por ser o lugar, onde se encontram, as maiores jazidas minerais do país. Porém, ele se faz notar principalmente, quando se buscam por informações sobre as disputas territoriais, brasileiras. Em qualquer ponto do planeta que um pesquisador se encontrar, ele achará neste mapa, o espelho das mazelas, geradas pela grande riqueza do solo, que em contrapartida dos números estratosféricos dos lucros gerados aos

grandes capitalistas nas bolsas do planeta, oferecem às pessoas humildes da região, a pobreza colossal. Um contrassenso, fácil de compreender quando visto pela ótica dos economistas, mas de difícil assimilação para os trabalhadores, moribundos e invisibilizados quando da divisão dos lucros.

Figura 1- Mapa da região sul e sudeste do Pará



Fonte: PEREIRA, 2015, p.19.

A história se repete, como farsa ou como tragédia? Não teríamos como apontar, assim de imediato, um ou outro, diagnósticos, mas podemos buscar entender o quanto e o porquê, não conseguimos avançar nessas relações. Qual o motivo que nos impede de acompanhar, por mais que se tenham passadas, duas, três ou mesmo quatro décadas, como é o caso, de não encontrarmos as ferramentas necessárias que nos possibilitem evoluir, não somente para a compreensão, mas para uma convivência mais pacífica entre fazendeiros e pequenos agricultores, entre patrões e peões, ou resumindo, entre o capitalismo e o trabalho assalariado nos campos do Pará, onde os conflitos e ocorrências com derramamentos de sangue continuam a acontecer.

Quando recebemos a aprovação de nosso projeto de pesquisa por parte da douta banca da Unifesspa, contava eu tão somente com os conhecimentos adquiridos às experiências de professor de História nos cursinhos pré-vestibulares por onde ministrei aulas. Sobre o

Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia - MLPA, contava com os conhecimentos acumulados nas leituras de alguns poucos trabalhos acadêmicos, e das também poucas, publicações disponíveis que utilizara para escrever meu artigo de TCC (que também foi sobre o mesmo tema), para a graduação no ano de 2016, além de algumas leituras aleatórias, que as fazia comumente, logicamente sempre que fosse possível encontrar um fragmento, na busca por ampliar meus conhecimentos empíricos, motivados pela familiaridade adquirida pelos anos de convivências e conversas, com pessoas que fizeram parte do movimento, portanto, diretamente envolvidas com os fatos, além das memórias, de minha transição entre a infância e adolescência (em minha casa, o assunto era muito recorrente), que foram paralelas a esses acontecimentos, além de memórias, adquiridas pelos meus testemunhos de alguns acontecimentos *in loco*⁵.

Aprovado o projeto, buscamos então, explorar os problemas propostos para viabilizar a realização da pesquisa. Dentre eles, havia a interrogação sobre a utilidade desse assunto para o meio acadêmico e qual a importância ou a relevância desse projeto, para essa comunidade (acadêmica) e para as comunidades outras que compõem a sociedade, incluindo principalmente, a comunidade do local onde se desenrolaram os primeiros fatos? Como primeira resposta, encontrei a da valorização, principalmente para a comunidade estudantil, da história recente de nosso estado, e de como ela se fez importante na história também recente, nas buscas por direitos democráticos no Brasil.

Em seguida, avaliar o grau de importância para os demais componentes, do conjunto da sociedade que se interesse por nossa história. De trazer à baila, um fato de dimensões maiúsculas, acontecido nos arredores de nossas casas e que, como citado nos parágrafos que antecedem a este, dispõe de poucos registros onde se possam consultar e obter subsídios para o conhecimento de nossa História recente, e indo um pouco mais além, permitir que essa publicação, se possível, somada a outras no mesmo campo histórico de tempo presente, possibilite que nos planejamentos de aulas sobre Estudos Amazônicos e às histórias mais recentes do Pará, os docentes de história, tenham a possibilidade de dispor desta e de outras publicações afins, para o enriquecimento dos conteúdos desses assuntos, que abordam as relações de poder nos ambientes amazônicos. Discutindo com os alunos de variados níveis

⁵ No dia 21 de julho de 1981, o dia do julgamento dos presos do Araguaia, meu pai Vicente Diniz Neris, estava sendo operado para que amputassem parte de sua perna direita, em um Hospital denominado Clínica Anchieta, que ficava situado no mesmo quarteirão do prédio da Auditoria Militar, assim, pude adentrar, em companhia de minhas irmãs, já que eu tinha apenas 11 anos, à área restrita para o julgamento, para que pudéssemos apanhar o membro amputado, para levar ao local onde deveria ser sepultado.

Obs: à época, os membros amputados, eram entregues aos familiares para que dessem destino ao mesmo.

escolares, as diversas, contrastantes e conflitantes relações de poder existentes nos locais onde habitamos.

Buscamos então, referenciais teóricos sobre Conflitos agrários na Amazônia, que já foram pesquisados no meio acadêmico. Encontramos no livro, “Do Possheiro ao Sem-Terra, a luta pela terra no sul e sudeste do Pará”, de 2015, de autoria do Professor Doutor, Airton dos Reis Pereira, um ensinamento, publicado no prefácio desse livro, nas páginas, XII e XIV, da Professora da UFPE, Regina Beatriz Guimarães Neto, onde ela nos esclarece que: “a desigualdade e a infelicidade, devem gerar a defesa absoluta dos direitos e não podem ser silenciados”. (PEREIRA, 2015, p. 14). Portanto, se faz necessário para o pesquisador, não apenas investigar, mas dar publicidade, às disputas desiguais sobre o direito de viver, nos lugares onde o trabalhador derrama seu suor, extrai o seu sustento e através dele, consegue manter sua família.

Nesta obra do professor Airton Pereira, encontramos dezenas de relatos de situações de litígios entre fazendeiros e posseiros, mas é importante ressaltar, que encontramos também, diversos depoimentos de pessoas vitimadas pelos órgãos de regulação de terras, órgãos esses, que agiram durante muito tempo, em defesa dos grandes proprietários de vastas áreas de terras, muitas delas griladas por esses proprietários, mas que segundo a pesquisa, tinham o mesmo direito que os trabalhadores, com uma diferença, é que estes grileiros, possuíam também, um fator determinante que os diferenciava dos demais. O dinheiro, para fazerem acordos com os agentes da lei.⁶

[...] o conluio e a conivência de funcionários do ITERPA, do GETAT e policiais militares com fazendeiros, madeireiros e pistoleiros ao que tudo indica foi grande, somente entre dezembro de 1979 e junho de 1980, segundo o informativo da Diocese de Marabá, *O Grito da PA-150* n° 02, de junho de 1980, cerca de 720 famílias de posseiros foram expulsas ou ameaçadas de expulsão de suas terras por pistoleiros a mando de fazendeiros [...]. (PEREIRA, 2015, p. 86).

Nossa pesquisa se debruça sobre os desdobramentos de um conflito ocorrido em São Geraldo do Araguaia, que envolveu posseiros, e dois padres, e que por conta disso, envolveu a atuação da Igreja Católica em causas voltadas para as questões fundiárias na Amazônia. Encontramos na tese de doutoramento do professor Fábio Pessoa, uma abordagem sobre a atuação da Igreja no campo político, e ele nos desperta para a análise apresentada por Pierre Bourdieu, sobre a definição de campo político como: “um microcosmo, isto é, um pequeno

⁶ São muitos os relatos, registrados em livros como: *Sentença e A Justiça do Lobo*, e de moradores daquelas áreas, dispostas em nossas entrevistas orais, de negociatas às claras, entre agentes dos órgãos de segurança e os grileiros.

mundo social relativamente autônomo no interior de um grande mundo social.” (PESSOA, 2022, p. 19), dessa forma, ele nos possibilitou perceber “essa” atuação da Igreja católica, representada pela Prelazia de Conceição do Araguaia, como um fragmento da Igreja, que atuou nesse campo político, não buscando dizer, que os eventos do conflito do Cajueiro, e os demais ocorridos à época no sul e sudeste do Pará, representassem as linhas gerais da Igreja Católica, mas, representavam sim, um microcosmo, ampliado é certo, para uma parcela considerável da Igreja Católica nacional, que aderiu à questão dos padres e posseiros no Brasil, mas que não interferiu nos rumos e decisões gerais, que a milenar instituição defendia, tampouco em sua atuação nos demais lugares do mundo, por onde ela atuava.

No que tange ao envolvimento político da Igreja com os poderes vigentes nessa parte do planeta e em especial no Brasil, identificamos que, caminhar em vias diferentes e serem antagonistas, historicamente, não foi a tônica preponderante entre governos autoritários na América Latina e as instituições comandadas por Cúrias locais, submetidas à Cúria de Roma da Igreja Católica. Pelo contrário, durante séculos de convivência digamos que homogênea, geralmente um, buscava por uma conveniência ou outra, legitimar as ações do aliado.

“[...] Mas, considerando esse alinhamento predominantemente conservador e anticomunista do clero católico brasileiro [...]” (PESSOA, 2019, p. 34), e nos aprofundando um pouco mais neste assunto, encontramos na mesma tese de, Pessoa 2019, fragmentos sobre as disputas internas de alas da instituição: entre os conservadores, resistentes à “modernização da Igreja”, e os que defendiam as necessidades de incorporação de aspectos novos, às estruturas de funcionamentos e de ações na Igreja Católica”. (PESSOA, 2020, p. 39).

As alas mais conservadoras, sempre se sentiram mais à vontade em apoiar os governos e sistemas de governos que se impunham sobre as populações latinas, mas as atuações dessa ala e a dos progressistas, não eram tão distanciadas assim. Indo além, nos esclarecimentos descritos nessa mesma tese, encontramos um fragmento que corrobora esse raciocínio. Ali, podemos identificar que a própria CNBB, criada em 1952, e vista por alguns, como um marco progressista do Clero brasileiro, seguindo as linhas propostas por Dom Helder Câmara⁷, que causou uma divisão, nas estruturas internas e nas formas de atuação da Igreja no Brasil. Teve notadamente, sua linha de atuação e posicionamento político, “entre os anos de 1954 e 1964,

⁷ Helder Câmara (1909-1999) Fortaleza-CE, foi um religioso, bispo católico e arcebispo emérito de Olinda e Recife. Ficou conhecido internacionalmente pela defesa dos direitos humanos. Recebeu vários prêmios internacionais e foi um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Disponível em: www.ebiografia.com. Acesso em: 18 ago. 2020.

desenvolvidos em sua maior parte, em harmonia com o Estado brasileiro independentemente dos indivíduos momentaneamente no poder.” (PESSOA, 2019, p. 67).

Acompanhar as mudanças de direcionamentos da Igreja pelos sertões do Brasil, é que se faz interessante para o desenvolvimento dessa temática. Como podemos observar, anteriormente, as linhas adotadas pela Instituição, lhes pareciam (e para muitos de seus membros), muito cômodas. O alinhamento ao Concílio Vaticano II e à Teologia da Libertação, é que provocam uma acentuada mudança em suas atitudes. Uma pergunta se faz ouvir, o Clero em sua maioria sentia-se à vontade com essa posição? Percebemos que não! Mesmo dentro do MLPA, tivemos cismas⁸ entre os Bispos da mesma Diocese. Durante as ações do MLPA, Dom Alberto Ramos, arcebispo metropolitano de Belém, tentava manter as ações em nome da Igreja, sempre numa zona de conforto que não o expusesse perante as autoridades governamentais. Já o recém-chegado, Bispo Coadjutor, Dom Vicente Zico, com suas estruturas milenares e suas influências globais considerado um dos pilares de reconhecida importância para a existência do movimento durante os momentos em que este existiu. Como podemos, e nos foi possível constatar, as disputas por hegemonia dentro da instituição (como é possível identificar dentro da história da mesma, desde as disputas entre os Católicos, representados por Santo Agostinho e os Donatistas⁹, durante o convívio da Igreja com o Império Romano), estavam vivas e presentes, mas percebemos também que a ala correspondente à Igreja progressista, levava naquele momento, vantagem nos protagonismos.

Ao investigar, no decorrer da pesquisa, diversos casos de conflitos agrários ocorridos nas terras do sul e sudeste do Pará, nos anos em que o país vivia sob o comando de governos dos “anos de chumbo¹⁰”. Constatamos ser plausível interpretar, que a Amazônia brasileira, passou a ser utilizada (em função da militarização das questões fundiárias e das políticas externas [mal] planejadas para que se instalasse ali, um grande programa de desenvolvimento nacional), como mercadoria e como objeto de barganhas para eventuais e convenientes

⁸ Cisma, segundo o dicionário Oxford Languages, é um substantivo masculino. Separação de uma pessoa ou grupo de pessoas, esp. religiosa; 2. Por extensão: dissidência; desacordo. Um dos momentos da história da Igreja Católica em que o termo é utilizado como parâmetro, é o Cisma do Oriente, que levou o mundo cristão a se dividir, em 1054, entre os ortodoxos e os católicos. Disponível em: www.infopedia.pt. Acesso em: 25 out. 2020.

⁹ Os Donatistas também olhavam com desconfiança as relações entre a Igreja e o Império depois de Constantino e consideravam a si mesmos a verdadeira “Igreja dos Mártires” que sofria, da parte do Império e da falsa Igreja Católica, as mesmas perseguições da Igreja dos tempos antigos. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br>. Acesso em: 27 out. 2020.

O donatismo (cujo nome advém de Donato de Casa Nigra, bispo de Numídia e posteriormente de Cartago) foi um culto religioso cristão, considerada herética e cismática pelo catolicismo. Surgiu nas províncias do Norte de África na Antiguidade Tardia. Iniciou-se no início do século IV e foi extinta no final do século VII. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br>. Acesso em: 27 out. 2020.

¹⁰ Termo usado no texto do livro de Alfredo Sirkis, de 1981, para classificar o tempo vivido pelos brasileiros no período da ditadura militar. SIRKIS, Alfredo. **Os Carbonários**, 1981.

negociações. (CHINEM, 1983, p. 99)¹¹. A igreja, portanto, querendo se posicionar em defesa dos pobres daquele lugar, automaticamente, se posicionava de encontro aos planos maiores dos militares e de seus associados do grande capital.

Outra inquietação a ser desenvolvida como problema apresentado no pré-projeto, se deu sobre: qual a diferença que essa pesquisa pode apresentar na prática, para os que vivem nos locais dos acontecimentos? Acreditamos que sempre que se despertam memórias individuais, e sabedores que somos, de que o homem é um ser social, a sua evolução para memórias coletivas, é um percurso natural. Para Maurice Halbwachs, o fenômeno da recordação e da localização das lembranças não pode ser percebido e analisado se não forem levados em consideração os contextos sociais que servem de base para a reconstrução da memória. (HALBWACHS, 2019).

Assim, todas as possibilidades de discutirmos os problemas que aconteceram e que ainda acontecem na região dos arredores do Araguaia, em seu lado paraense, podem ser interpretadas como elementos plausíveis, na busca de soluções para os conflitos até hoje existentes naquelas terras. As discussões sobre um passado recente, podem abrir caminhos para possíveis compreensões e soluções, dos graves problemas não resolvidos até aqui.

Mas, é imperativo dizer, que essas observações, são apenas possíveis contribuições, pois o fato de pesquisarmos determinado assunto, somente nos aloca na categoria dos que conhecem aquele assunto, não nos dá, portanto, poderes ou prerrogativas de nos inserirmos naquele contexto. Michel de Certeau, em sua obra: *A Escrita da História* nos orienta no capítulo intitulado de *A Operação Historiográfica*, a nos inteirarmos a uma compreensão importante: “Antes de saber o que a história diz de uma sociedade, é necessário saber, como funciona dentro dela” (CERTEAU, 1975, p. 76), por isso, nós entendemos se fazerem necessários, a humildade e principalmente o cuidado, para não enveredarmos pelas armadilhas que se apresentam nesse caminho, e não nos colocarmos, como também evidencia Gayatri Spivak: “no lugar incômodo do intelectual que julga poder falar pelo outro e, por meio dele, construir um discurso de resistência”, pois agir dessa forma, “é reproduzir as estruturas de poder e opressão”. (SPIVAK, 2010, p. 12). Quem conviveu com aqueles fatos, até pode permitir, mas não necessariamente, está aberto às nossas intervenções.

Não tivemos durante a pesquisa, a pretensão de acreditar em semelhanças entre as memórias. O trabalhador geralmente tem as perdas mais acentuadas, como as de vidas de seus

¹¹ DANTAS, Marcos. **Simpósio sobre Alternativas para Carajás** apud CHINEM, Rivaldo. Sentença: padres e posseiros do Araguaia, 1983. p. 99.

familiares. Foi o caso de Dona Oneide Ferreira Lima, que teve o marido, Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, assassinado. Teve a sua casa invadida e vandalizada diante dos filhos pequenos e além de tudo, teve sua reputação posta em dúvidas, através de panfletos caluniosos e difamatórios, produzidos pela sanha do regime militar, em culpar seus adversários no episódio do Cajueiro. Não seria honesto de nossa parte relativizar essas agressões, por isso, tivemos sim, a intenção de que na procura por melhores compreensões daquelas memórias e na tentativa de nos aprofundar em busca de outras interpretações, sobre o contexto do que aconteceu no tempo em que aquele lugar foi cenário de uma verdadeira guerra, chamar a atenção para as possibilidades de se poder alcançar, outro tipo de entendimento, que proteja os direitos de convivência, mas que principalmente, proteja as vidas.

Nos anos que sucederam os eventos do MLPA, e que antecederam nossa pesquisa, experimentamos ter no comando do país, um operário, metalúrgico e sindicalista, que saiu do chão de fábrica, para, após percorrer uma notória carreira política, ser eleito presidente da república e que com grandes avanços em diversos setores, principalmente na economia, conseguiu eleger de maneira inédita, sua sucessora. A primeira mulher a ser eleita para comandar a nossa vida política. Uma enorme evolução, em um país, reconhecidamente machista, patriarcalista e dependente de relações políticas tão íntimas com o patronato, que ostenta o destaque negativo de ter sido o último país nas Américas e um dos últimos do planeta a abolir legalmente o sistema de escravidão.

Mas, após esses avanços, que davam segmento a esses tempos de progressos, os ventos da retroação, sopraram com enormes forças sobre nós e pudemos acompanhar esse mesmo operário que foi presidente, ser acusado, de corrupção, ser conduzido coercitivamente de maneira abusiva (sem sequer ter recebido uma intimação prévia para se apresentar onde quer que, por ventura, tivesse sido convocado), julgado, condenado e preso de maneira persecutória e ilegal (dadas as recentes decisões dos tribunais superiores)¹², por “atos de ofício, indeterminados”¹³ em um processo conduzido por um juiz suspeito, que depois de exposta nos veículos de imprensa, a farsa. Foi declarado pelo Supremo Tribunal Federal, como parcial e por consequência disso, teve até o presente, a maioria das suas sentenças, referentes a esse réu, anuladas.

¹² Temos acompanhado diversas decisões do Supremo Tribunal Federal, no sentido das anulações de sentenças em inúmeras acusações que foram imputadas ao ex-presidente Lula.

¹³ Atos de Ofício Indeterminados podem ser classificados como, anomalias jurídicas, haja vista que Ato de Ofício, significa: “por lei, oficialmente em virtude do cargo ocupado”. Diz-se que o ato de um administrador público ou de um juiz foi “de ofício” quando ele foi executado em virtude do cargo ocupado: sem a necessidade de iniciativa ou participação de terceiros. (Wikipédia).

O mesmo juiz que protagonizou uma verdadeira “caçada” ao ex-presidente (que estava candidato, a um novo mandato com enormes vantagens nas pesquisas de intenções de votos), que teve sua candidatura suspensa, por conta das ações, que hoje sabemos, via órgãos de imprensa, que foram planejadas, pela denominada “Operação Lava Jato” e comandadas pelo mesmo juiz, (desobedecendo ao ordenamento jurídico brasileiro, já que a função de um juiz é de arbitrar e nunca de investigar), que, portanto, ao agir dessa maneira, favoreceu uma candidatura de um deputado do chamado “baixo clero”¹⁴ do Congresso Nacional Brasileiro, que a partir de ali, passou a contar com o apoio maciço da mídia e terminou como vencedor do pleito! Porém, logo em seguida à eleição, convidou o mesmo juiz, que tirou o adversário da disputa, para assumir um cargo em seu governo e ser um dos seus ministros. Para que não restassem dúvidas, o cargo logo foi aceito.

Para que se possa contextualizar, é importante registrar que, pouco antes disso, acompanhamos manifestações de ruas, surgidas em todas as partes do território nacional, pela deposição da Presidente Dilma, a primeira mulher presidente da República. As manifestações, também muito bem orquestradas pelos veículos de imprensa (tinham em comum, apenas o grito “fora Dilma”), se davam por vários motivos, muitos deles, podia-se observar, sem nenhuma conexão entre si, (mas que foram utilizadas, pelo que depois foi chamado de Partido da Imprensa Golpista, o PIG¹⁵, dado o empenho de vários veículos de imprensa, que se dedicaram a desconstruir a biografia da Presidente), para enfraquecê-la e conseqüentemente destituí-la. Esse processo se deu por conta de ação comandada pelo à época, presidente da Câmara, pastor evangélico, Eduardo Cunha, que logo após a conclusão do processo de impedimento (que foi classificado como um “Golpe de Estado” mais sofisticado, ou uma “parlamentada”, ou como um “Golpe Branco”), foi afastado do cargo e preso, por determinação do Supremo Tribunal Federal, por desvios, de condutas e de verbas.

Entretanto, o movimento executado no xadrez político, obteve sucesso e cumpriu o que se propunha. A presidente foi também afastada por vias de um processo supostamente fraudulento, reconhecido inclusive por Luiz Roberto Barroso, ministro do Supremo Tribunal Federal – STF, que declarou em uma aula de abertura do “Simpósio Interdisciplinar sobre o Sistema Político Brasileiro” em 05 de julho de 2021, em Brasília, que esse impedimento, se deu

¹⁴ Usa-se essa expressão baixo clero para identificar os deputados de pouca ou, quando isolados, nenhuma expressão dentro do Congresso Nacional.

¹⁵ Partido da Imprensa Golpista é expressão criada pelo jornalista Paulo Henrique Amorim (22/01/1942 – 10/07/2019), e usada por apoiadores do Partido dos Trabalhadores, entre outros, para descrever um conjunto de veículos midiáticos que, segundo eles, teriam em comum, valores conservadores e fariam oposição ao Partido dos Trabalhadores e à esquerda política.

por “perda de sustentação política” e que “não deve haver dúvida razoável”, de que o processo, possa ter sido movido por questões legais.

Nesse contexto, acompanhamos a extrema direita ressurgir com muita força no restante do planeta, e aqui no Brasil, estamos vivenciando, estarecidos, o renascimento do fascismo. Disfarçado de patriotismo e amparado por religiosos de caráter e procedências que inspiram muitas dúvidas. Testemunhamos uma guinada dos brasileiros, um dos maiores países católicos do planeta, para o fanatismo “telere religioso”¹⁶, onde milhares de pequenas seitas que se denominam de igrejas evangélicas (mesmo que seus alvarás não as reconheçam como tal)¹⁷, com horários comprados nos canais de televisões, assumirem o protagonismo espiritual nas casas de milhões de brasileiros, cobrando (de uma grande parcela da população, dentre esses a maioria de pobres, desalentados, descobertos das redes de proteção social e ignorados da presença do estado), o dízimo e os seus votos, nos por eles assim classificados, “irmãos ungidos na fé”, que após eleitos, compõem no Congresso Nacional, a denominada Bancada Evangélica, ou bancada da Bíblia. Notadamente demagógica e responsável por levantar as bandeiras de pautas morais que se efetivadas, aproximariam o povo brasileiro, dos povos sofridos em perseguições religiosas, semelhantes às de países e povos submissos às retrógradas teocracias, predominantes no Oriente Médio.

Considerando essas mudanças de opções religiosas nos costumes dos brasileiros, que possibilitaram também uma mudança no perfil conservador e fortalecido dos partidos de centro e de direita no Congresso Nacional. A Igreja Católica, um dos objetos de nossa pesquisa, conviveu também, internamente, com duas situações extremas. O jornalista Lúcio Flávio Pinto, esclarece em entrevista a concedida a este pesquisador, no dia 03/11/2020, que a Igreja Católica, é uma instituição que existe a cerca de 2.000 anos, portanto, é sem sombras de dúvidas, uma organização, extremamente bem estruturada e segura de seus passos.

Durante a entrevista, ele nos alerta para um movimento cíclico de avanços e recuos sistemáticos executados internamente por essa instituição Igreja Católica, de acordo com épocas e de como se apresentam suas conveniências. Ele usa como exemplos, os dois últimos papados. Um extremamente conservador, do alemão, Joseph Aloisius Ratzinger, o Bento XVI, um homem que quando esteve à frente do comando da Igreja, priorizou o chamado movimento

¹⁶ A expressão “telere religioso” é uma maneira de classificar o método mais utilizado pelas igrejas neopentecostais, que se disseminaram pelo Brasil, que alugam ou mesmo adquirem concessões de canais de rádios e de televisões, e por meio destes canais é que se recrutam fiéis em busca de milagres que os fariam melhorar suas condições financeiras, e por onde conduziram estes “crentes” à felicidade, pelo menos terrena.

¹⁷ Pelo acordo mútuo de batismo: católicos, anglicanos, metodistas, presbiterianos e ortodoxos, passam a aceitar a partir de 28 de janeiro de 2014, pessoas batizadas por qualquer uma dessas igrejas. Disponível em: www.publico.pt. Acesso em: 25 jan. 2014.

carismático, conhecidos pela defesa de conceitos muito, ou até mesmo, ultraconservadores, e um segundo, que o sucede, extremamente progressista, com relação ao seu antecessor, o argentino, Jorge Mario Bergoglio, o Papa Francisco. Um simpatizante da Teologia da Libertação, que adotou uma postura muito diferente e deveras liberal¹⁸ para um líder católico.

Assim, segundo Lúcio Flávio, os dois últimos papas podem ser notados pelos seus posicionamentos antagônicos, ou seja, como alertado por ele, a igreja sabe muito bem quem é, onde está, e o que deseja sua “clientela” e sabe também, seus momentos de acelerar e de frear. Mas é importante, para não incorrer em erros frequentes quando se abordam assuntos pertinentes a instituições tão longevas, atentar para o que defende Marc Ferro em sua obra “Os Tabus da História” de 2003, onde declara: “Está claro que na política e na História muitos tabus incidem sobre as origens das instituições que exercem uma autoridade sobre a sociedade, em convivência ou não com a própria sociedade”.

O advento da era digital, trouxe de volta às nossas terras, agora munido de muito mais força, um fantasma que a muito tempo se mantivera na espreita, o racismo. Esse triste elemento da história do Brasil, sempre esteve acompanhando de muito próximo, as vidas dos milhões de brasileiros, principalmente dos descendentes dos negros, os mais pobres e moradores das periferias. Vítimas constantes das truculências e violências policiais, ainda que, essa mesma polícia, seja composta também em sua grande maioria, por descendentes de negros e das camadas mais pobres da sociedade, também oriundos das periferias, mas que aparentemente, defendem, entre outros valores, o machismo, o patriarcalismo e um patrimonialismo, sendo que este último, sabidamente, não lhes pertence.

Não cabe ao pesquisador, nem é seu objeto de pesquisa, responder se a História se repete como tragédia e depois como farsa, e tampouco se o inverso pode ser questionado, primeiro como farsa e depois como tragédia. Fato é que condensando o tempo que antecedeu nossa pesquisa nesses parágrafos descritos acima, nos condicionamos e nos propusemos a apresentar uma pesquisa séria, objetiva, e antes de tudo técnica. O trabalho acadêmico requer além do empenho, estudos e muitas atenções voltadas para os ensinamentos que nos foram ofertados durante o curso, haja vista, o tempo que nos dispomos a pesquisar, e o tempo que nos foi dispensado por nossos orientadores, que é um tempo de mais valorosos, e que está repleto de muitas dificuldades, mas o compromisso com o ensino público de qualidade nos determina a

¹⁸ O Documentário “Francesco” de 2021, estreou no Festival de Cinema de Roma, e ganhou as manchetes por um comentário do Papa, de que “homossexuais têm o direito de estar em família e que as leis para união civil para homossexuais, são necessárias”. Disponível em: www.ouniversodatv.com. Acesso em: 20 abr. 2022.

cumprir essa tarefa, principalmente nesse período onde se busca por todas as ferramentas, desestruturar e desqualificar as Universidades Federais e as demais Universidades Públicas.

Nosso estudo se atém a um recorte temporal que corresponde principalmente às décadas de 1970 e 1980 (mais precisamente os anos de 1981 e 1982), que pela proximidade com o ocorrido, nos aloca no campo historiográfico, que chamamos de História do Tempo Presente, ou seja, estamos em um campo da história, no qual iremos nos encontrar diante de alguns problemas de ordem metodológica, onde a proximidade do pesquisador com o foco da pesquisa nos indica que devemos reforçar os cuidados com os referenciais teóricos, para não incorreremos no risco de ideologizá-la, e dessa forma, como nos foi alertado também pelo jornalista Lucio Flávio Pinto, não perdermos a objetividade. Já que é preciso ter cuidado, pois essa objetividade, não deve ser confundida com a parcialidade e tão pouco com a neutralidade. Conseguir manter esse equilíbrio nos possibilita a obtenção de resultados mais confiáveis, do que os que poderiam vir a ser apresentados, por aqueles que ignoram essa relação.

Segundo a professora Circe Bitencourt, “situar a História de Tempo Presente na história do mundo, é situá-la na história de todos os tempos”, para isso, um cuidado muito importante para o historiador de tempo presente, é do problematizar o seu aqui, o local onde ele atua politicamente. Outro cuidado seria de não perder a temporalidade. Temos uma história antiga, dentro da história de agora, que para isso, se faz necessário, sairmos do tempo presente, mas problematizá-lo, para que assim possamos ter a possibilidade de estudar o tempo histórico. (BITENCOURT, 29/09/2021, aula expositiva ministrada pela plataforma YouTube, dentro das programações do Instituto iTemppo).

O eixo principal desse trabalho é buscar esclarecer, da maneira mais objetiva possível, os fatos ocorridos no início dos anos de 1980, de um movimento político religioso, apartidário, que mobilizou vários segmentos da sociedade civil organizada, entidades representantes da defesa dos direitos humanos, instituições legalmente constituídas e que contou ainda, com um apoio e com a adesão de centenas de pessoas físicas que se voluntariaram nas manifestações e mobilizações que formaram o Movimento Pela Libertação dos Presos do Araguaia e que representavam uma parcela considerável da sociedade paraense, que se manifestava para expor suas posições de incômodo frente ao cenário político nacional, que àquele momento se apresentava.

Para Coelho (2014) a representação é o instrumento pelo qual um indivíduo, ou um grupo de indivíduos, constroem significados para o mundo social. É um processo de significação intencional, carregado de interesses, que corresponde a uma determinada estratégia de um agente social ou de um grupo social. Podemos perceber nas ações do MLPA, algumas

semelhanças entre sua existência prática e as aplicações desses conceitos. Não queremos ousar em dar os créditos da existência das mobilizações do movimento, às aplicações das teorias de Chartier, mas podemos constatar que essas representações, expuseram os interesses de um grupo em busca de um objetivo comum, através das estratégias programadas por eles acompanhados de outros grupos, que representavam uma já mencionada parcela considerável da sociedade, onde essa significação intencional convergia para a conquista de objetivos comuns àqueles grupos, que formavam no seu todo, o MLPA.

Aquela representação tinha como objetivo primeiro, a libertação dos presos do Araguaia, porém, a liberdade daqueles cativos, significava muito mais. Significava que o regime apresentava fraquezas e que aquele era o momento de explorar essas fraquezas e ainda, que aquelas micro federações, se apresentavam como alternativas capazes de propor outras formas de diálogo, que buscassem resolver os desconfortos sociais, vividos pela maioria da população local, mas que se estendia pelo desconforto geral, espalhado por todos os cantos do país, ou seja, as liberdades reivindicadas naquelas manifestações eram liberdades muito maiores e mais numerosas que a dos 15 presos. Eram reivindicações pelas liberdades de todas as pessoas da nação, que se encontravam amordaçadas por um regime, que até ali, ainda não tinha presenciado, nas ruas do norte do país, uma representação tão clara sobre o desejo pelo seu fim.

Buscamos referenciais bibliográficos nas publicações acadêmicas disponíveis e possíveis, mas também nos jornais diários que circularam a época, não somente em Belém, mas em todos os lugares possíveis, que divulgassem notícias sobre as prisões e as causas dessas prisões (as primeiras publicações davam conta de um atentado contra o estado), os desdobramentos do caso, os julgamentos coletivos, mas com sentenças individuais, e as subsequentes manifestações. Diversas delas em diferentes dias e lugares. As repressões, as tentativas de apagamento da História, através de manipulações orquestradas e oriundas dos interiores dos gabinetes militares e dos órgãos como: Auditoria Militar, Polícia Federal e Secretarias de Justiça.

Nos jornais de grande circulação, encontramos versões diversas, quase todas, defendendo o “devido processo legal”, pois era essa a versão que os condutores do poder e das opiniões, através dos controles de narrativas, queriam fazer a sociedade acreditar. Mas encontramos também, publicações independentes da Comissão Pastoral da Terra - CPT, do Instituto de Pastoral Regional - IPAR, da Sociedade Paraense Protetora dos Direitos Humanos - SPPDDH e do seu informativo periódico, e uma de nossas principais fontes, o jornal Resistência. Neste, podemos fazer um contraponto entre as versões publicadas pelas grandes mídias e as que ouviam os atores sociais e autores das narrativas da, assim classificada por

Edward P. Thompson, “História vista de baixo”, que por meio daquele veículo da imprensa escrita, podiam expandir seus pontos de vista, além de terem as liberdades de expressarem seus depoimentos, sem os devidos cortes, rotineiramente impostos pela censura que caminhava lado a lado com as redações dos grandes veículos de mídias.

Depois de organizado e minimamente estruturado, o próprio MLPA, já imprimia as suas publicações de: cartas e cartilhas, além dos manifestos e panfletos. As paróquias que se colocaram de acordo, e que de fato encamparam as lutas do MLPA, também deram suas contribuições para que as pessoas pudessem ter acesso, ao que de fato estava acontecendo nos porões da ditadura, aqui na capital paraense. Auxiliaram ao divulgar também, os abaixo-assinados, as coletas, as vigílias e missas maiúsculas, de uma maneira como ainda não se tinham presenciado por essas partes do território.

Podemos classificar como uma manifestação maiúscula, o Círio de Nazaré, que fora politizado de uma maneira, que de todas as suas edições anteriores, aquele de 1982, será provavelmente o mais lembrado e o mais emblemático, pois as pessoas saíram para o Círio, em clima de passeata. Foram pedir à Nossa Senhora de Nazaré, a padroeira dos paraenses, além das bênçãos de costume, justiça social. Porém, não esquecendo que vivíamos em uma ditadura, e a recepção dos agentes da lei, também foi programada para enquadrar manifestantes e agir reprimindo-os dentro do evento, mesmo com o clima festivo do Círio, dominando, ou pelo menos tentando dominar, as emoções dos paraenses. (Cartilha Informativa do MLPA, julho de 1982).

Na composição de nosso texto, para a exposição e o entendimento da pesquisa, buscamos objetivar de forma metodológica e organizada, o desenvolvimento desta. Buscamos organizar na melhor disposição possível, as discussões acerca das seções textuais que pretendemos apresentar. Na primeira seção, abordamos o meu interesse pelo tema. Para ECO, 2016; “O estudo debruça-se sobre um objeto reconhecível e definido de tal maneira que seja reconhecível igualmente pelos outros. O termo ‘objeto’ não tem necessariamente um significado físico” (ECO, 2016, p. 27). O que me trouxe para pesquisar um assunto que, aparentemente, não tinha tantas referências bibliográficas e que os arquivos dos quais poderíamos dispor, seriam limitados, de difícil acesso e quando físicos (arquivos de papel), de manuseio mais delicado ainda. Quando orais, obstaculizados pelo tempo, inimigo de muitas memórias de pessoas que viveram à época, mas que não guardaram com riquezas de detalhes, (segundo declarações destes), informações tão relevantes a ponto de enriquecer a pesquisa.

Depois, a disposição em apresentar um texto coerente, que relatasse a trajetória do lugar, e em seguida, as relações desse lugar, com os personagens que irão ilustrá-los. Os movimentos

apresentados pelos órgãos da ditadura civil/militar e as entidades que se mobilizaram para fazer frente e protagonizar os eventos que vamos, ou pelo menos pretendemos, desnudar no decorrer da pesquisa, para dessa forma, fazermos cumprir os objetivos. O principal, e os específicos, que apresentamos no ato da submissão de nosso projeto para o programa de mestrado.

Acreditamos que o assunto MLPA, é de extrema importância para nossa comunidade acadêmica amazônica, por diversos motivos, dentre eles, é imperativo aos estudantes das Ciências Humanas paraenses, terem conhecimento de um evento que mobilizou pessoas e entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, seções Pará, e Nacional, a Sociedade Paraense de Defesa dos direitos Humanos, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, diversos sindicatos (esses em processo de recriações, ou mesmo nascentes naquele momento), e partidos políticos que estavam debutando no cenário político nacional, como o Partido dos Trabalhadores – PT, o Partido Democrático Trabalhista – PDT, e o Partido Comunista do Brasil PCdoB, que buscava voltar à legalidade depois de anos de clandestinidade.

Na primeira seção, é onde vamos expor os detalhes de minha vida estudantil e os meios que foram essenciais para minha formação acadêmica e de cidadão. É, portanto, nela, que procuraremos mostrar a ótica de um pré-adolescente, diante daquele momento que mobilizava as pessoas nas ruas, dentro e no entorno das nossas casas e que os noticiários, expunham a capital Belém, e se falava no sudeste do Pará, com muita frequência, nas manchetes de abertura do todo poderoso Jornal Nacional (veículo de informação que dispunha de esmagadora audiência), de maneira a nos fazer acreditar de fato, que a história do país, era vivida (e estava mesmo acontecendo), bem perto de nossos lares.

Ali também, é onde vamos narrar os pormenores das ações da Igreja Católica, nas rotinas das famílias que viviam sob as mais diversas formas de intimidações nas áreas de ocupações da capital paraense. Que eram pressionadas pela Aeronáutica, numa disputa por terras (respeitadas as devidas proporções)¹⁹, tal qual as disputas vividas pelos trabalhadores rurais, que naquele momento, ilustravam as manchetes dos veículos de imprensa. As ações práticas da Teologia da Libertação nas vidas dos paroquianos, dos locais de onde essas práticas eram adotadas, e onde expomos também, uma visão superficial das demais seções, que irão compor e dar a estrutura final ao texto, além de solidificar as ideias propostas para o trabalho. Utilizamos algumas referências de publicações anteriores de alguns professores, e buscamos em fontes orais, através de entrevistas, registrarmos com a maior riqueza de detalhes possíveis, os resultados das buscas

¹⁹ Nos campos as disputas eram para trabalhar nas áreas em que residiam. Na capital, eram por direito de moradias, pois os pobres trabalhavam para suprir as necessidades da cidade e não tinham casas para dormir.

pelas memórias de vários personagens que foram voluntários e que se dedicaram a nos auxiliar nessa jornada.

Na segunda seção, vamos explorar os eventos que antecederam as prisões, as origens dos municípios de Conceição e São Geraldo do Araguaia, e as suas relações com a Igreja. As estruturas do sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Geraldo do Araguaia - STRSG, seu processo de montagem e os dilemas para sua efetivação, as conturbadas eleições sindicais de 1980, e as disputas pelo cargo de presidente. A atuação da CPT, o sermão da discórdia, a chegada do “Major Curió” comandando sua tropa de tarefeiros, o tiroteio e a imputação de culpa aos padres e posseiros, além das prisões arbitrárias, e do início das manifestações de apoio por meio de muitos atores sociais que atuaram no episódio, de forma muito profunda.

Baseamo-nos em depoimentos de pessoas que, a pesar de terem sofrido agressões e ameaças, durante aqueles acontecimentos, nos brindaram com seus testemunhos de memórias, para a melhor composição de nossa pesquisa, considerando que neste momento da pesquisa, foi importante atentar para uma relevante indicação de outro pesquisador. Pois, para Brandão, a entrevista: “[...] Reclama uma atenção permanente do pesquisador aos seus objetivos, obrigando-o a colocar-se intensamente à escuta do que é dito, e a refletir sobre a forma e o conteúdo da fala do entrevistado [...]”. (BRANDÃO, 2008, p. 8).

Livros e jornais, como o Resistência, Bandeira 3, O Liberal e A Província do Pará, também nos serviram como referências e como fontes. Muitos deles, arquivados na biblioteca pública Arthur Viana do CENTUR, onde encontramos além do acervo, uma gentileza e um voluntarismo muito importantes por parte dos servidores daquele lugar. Outros arquivos particulares nos foram disponibilizados por professores e pesquisadores. Arquivos da Comissão da Verdade, de servidores públicos e de profissionais liberais, que participaram de variadas maneiras dos eventos, e que mesmo depois de tantos tempos, ainda mantém, além dos seus arquivos e de fotografias particulares, interesses muito grande pelo assunto.

Na terceira seção, vamos descrever as ações ocorridas no pós-prisão dos personagens, padres e posseiros, nos movimentos organizados pelo MLPA, pelas Paróquias que se engajaram na luta pela libertação dos presos, nas ações orquestradas da Justiça Militar com o intuito de primeiro expulsar os estrangeiros, e na impossibilidade disso, punir exemplarmente os cativos, pois assim agia o regime militar e esses eram seus modos de lidar com contrariedades. É, portanto, nesse momento, que podemos observar a maior atuação das pessoas, as maiores manifestações e também, os momentos mais tensos, como o cerco da igreja da Trindade, e o “sitiamento” da cidade de Belém, ordenado pelo regime, para a realização do primeiro julgamento, na sede da Justiça Militar, no centro da cidade, com um aparato enorme de forças

armadas dispostas nos locais (ainda não se tinha visto igual na capital do Pará), em plena época de Copa do Mundo. Nesse recorte de tempo, o evento do julgamento, dividia as atenções do restante do país, com a seleção brasileira, candidata ao tetra campeonato do mundo, nas terras da Espanha.

Por fim, concluindo a terceira seção, vamos expor as disputas de narrativas, travadas entre os órgãos da imprensa alternativa, e dos veículos chamados “oficiais”, cujos donos, eram próximos ou mantinham alguns laços de afinidades com o regime, ou com os senhores de terras do sudeste do Pará. Geralmente, foreiros de castanhais, políticos e membros de oligarquias rurais que dominaram durante muitos anos (ainda existem nos meios políticos, principalmente paraenses, membros dessas oligarquias), e por conta disso, tinham interesses maiores nas terras às margens do Araguaia e do sul e sudeste do Pará, do que à primeira vista, se poderia supor.

É dessa maneira que está disposta a nossa pesquisa. Esperamos atingir os nossos objetivos e as expectativas da Banca e do orientador. Dedicamo-nos, ao máximo nas buscas por fontes, testemunhos e entrevistas. Conseguimos um conteúdo oral e uma quantidade de documentos que legitimam e apoiam nossos argumentos. Com isso, esperamos chegar o mais perto das verdades possível, já que para o historiador, que publica algo nesse momento de negacionismo e reducionismo, é importante esclarecer que, a História não é uma mera opinião, é ciência!

2 O DESPERTAR PARA A VIDA, A EDUCAÇÃO, A PESQUISA

O ano de 1968 é sem dúvidas, um ano dos mais emblemáticos do século XX, em plena efervescência da contracultura e dos movimentos Híppies espalhados pelo planeta e do movimento Tropicalista no Brasil. “Paz e amor” (*peace and love*) e “o poder da flor” (*power flower*), eram os slogans de boa parte da juventude daquela década. Concomitantemente, fatos políticos e de mobilização da sociedade civil por todo o planeta, viraram verdadeiros ícones do comportamento social dos anos que compuseram a segunda metade do último século do segundo milênio da era cristã.

Dentre os vários eventos registrados naquela época, alguns se destacaram com maior relevância, entre eles podemos citar: os protestos que ultrapassaram as fronteiras estadunidenses, contra a Guerra do Vietnã e o governo de Lyndon Jhonson; a Primavera de Praga, onde Alexander Dubcek, recém-eleito, esboçou trazer para a antiga Tchecoslováquia – um dos países da chamada Cortina de Ferro²⁰ - reformas contrárias às imposições soviéticas em busca de um socialismo humanizado; o assassinato de Martin Luther King, um dos líderes mais importantes do movimento por direitos civis nos Estados Unidos, autor da frase: “*I have a dream*”, no dia 04 de abril, em Memphis; a Revolta de Maio, dos estudantes Franceses, quando estes ocuparam a Sorbone, uma das mais tradicionais universidades da Europa, fundada em 1257, e que os efeitos desta ocupação se espalharam por toda a França, gerando outras pautas reivindicatórias que iam além das estudantis; os protestos de atletas negros estadunidenses durante as olimpíadas da Cidade do México, que, de luvas pretas, cerraram os punhos repetindo a saudação dos *Black Powers* e Panteras Negras.

Já no Brasil, a morte do estudante paraense de 17 anos, Edson Luís²¹, durante um protesto de secundaristas no Rio de Janeiro; a Greve dos Metalúrgicos de Contagem – MG, a primeira durante a ditadura, que poderíamos considerar como a “estreia” de Jarbas Passarinho como porta-voz da repressão, e a Passeata dos Cem Mil, onde estudantes, religiosos, artistas, dentre eles, Chico Buarque, Gilberto Gil e Caetano Veloso, além de diversos outros setores da sociedade, caminharam pelas ruas do centro do Rio de Janeiro demonstrando suas insatisfações

²⁰ Cortina de ferro: Em 1946, a expressão Cortina de Ferro foi utilizada pela primeira vez. Ela apareceu em um discurso de Winston Churchill, ex-primeiro-ministro britânico. O termo refere-se à divisão entre territórios capitalista e socialista, após o fim da Segunda Guerra Mundial. A Cortina de Ferro, portanto, seria a composição de países alinhados ao bloco socialista. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br>. Acesso em: 21 maio 2020.

²¹ Edson Luís de Lima Souto foi um estudante secundarista brasileiro assassinado por policiais militares, durante um confronto no restaurante Calabouço, centro do Rio de Janeiro. Disponível em: www.redebrasilatual.com.br. Acesso em: 22 maio 2020.

e seus posicionamentos políticos, contra o regime civil/militar, protagonista da ditadura que aqui se instalara.

Considerando o título da obra de Zuenir Ventura, 1968, *O ano que não acabou*. Título dado ao livro, como forma de pontuar os tantos fatos e eventos importantes acontecidos naquele ano. Dentro desse contexto, posso me considerar um privilegiado, já que paralelamente a seu transcorrer, minha vida biológica se iniciava. Quando nasci em 11/12/1968, apenas quarenta e oito horas antecediam o ato mais violento e de maior repercussão, de uma parte relevante de nossa história republicana. O Ato Institucional número 5, o quinto de um total de dezessete grandes decretos emitidos pela ditadura militar, que comandou a vida política no Brasil, após o golpe de estado, de 01 de abril de 1964. Editado exatamente dois dias após meu nascimento, mais precisamente no dia 13 de dezembro de 1968, assinado em Brasília, capital federal, pelo presidente Artur da Costa e Silva (03/10/1899 – 17/12/1969), o 27º presidente da República, que presidiu o Brasil entre 15 de março de 1967, até 31 de agosto de 1969. Portanto, era ele quem dava as ordens também durante “o ano que não terminou” e que infelizmente, por consequência de sua truculência e de seu AI5, terminou compulsoriamente, com os sonhos de infâncias de milhões de brasileiros.

O ato que trazia em sua redação, dentre outras, as seguintes e mais contundentes determinações: dava ao Presidente da República autoridade para fechar o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas dos estados, (prerrogativa posta em prática logo em seguida a assinatura do mesmo); estabelecia que, o Presidente da República e os Governadores dos estados assumiriam respectivamente as funções dos poderes legislativos federais e estaduais; permitiam ao governo federal, sob o pretexto de “segurança nacional”, poderes para que este pudesse intervir em estados e municípios, nomeando interventores federais para dirigir os entes confederados, ou seja, estados e municípios teriam mandatários biônicos; censura prévia de música, cinema, teatro e televisão, além de impor censura à imprensa no geral e nos outros meios de comunicação; a ilegalidade de reuniões políticas, não autorizadas pela polícia e toques de recolher, além da suspensão de *habeas corpus* (remédio jurídico constitucional, que é um dos instrumentos que visam garantir algum direito fundamental no que tange a liberdade do indivíduo), por crimes de motivação política.

Vivi e “cresci os dentes” durante esse período, menino pequeno, de saúde frágil, décimo filho legítimo e nono biológico, de Vicente Diniz Neris e Maria da Gloria Neris, ele, nem tanto, mas ela sim, uma católica fervorosa (sem confundir com fanática religiosa, considerando suas visões e comportamentos progressistas), frequentadora das missas dominicais na paróquia de São Sebastião, bairro da Sacramento, periferia de Belém, sob a condução pastoral do Padre

crúzio (da ordem da Santa Cruz)²², o holandês João Antônio Beukeboom (1938 – 2007), o padre João; homem de conhecida inteligência e que se fazia notar pelo seu engajamento nas questões populares, destacando-se nestas, a questão do direito pela moradia. Ativo nas questões de legitimação e conquista de habitações populares em uma área urbana muito extensa, de terras pertencentes à época, ao advogado Clóvis de Ferro Costa (1919 – 1992)²³. Esta área, era conhecida como “Área Ferro Costa”²⁴ e era também, objeto de litígio por parte dos moradores e ocupantes desta e de seus arredores, com o advogado Ferro Costa, suposto proprietário.

Padre João, à época em que nos referimos na pesquisa, era um adepto da Teologia da Libertação²⁵, segmento Católico que partia da premissa de que o Evangelho exigia de seus membros e dos leigos, membros de pastorais, que agiam em nome da Igreja Católica, a opção preferencial pelos pobres, além de especificar que a teologia, para concretizar essa opção, deveria também, se utilizar das ciências humanas e sociais.

Como a maior parte dos sacerdotes e dos teólogos da libertação, o padre João era favorável ao ecumenismo e a inculturação da fé, esse movimento Católico, embora não censurado pelo Vaticano, era visto e notado por suas aproximações com o marxismo. Assim sendo, a influência da Teologia da Libertação, não era somente percebida, mas praticada na Paróquia de São Sebastião, por meio dos discursos proferidos durante os sermões, e das liturgias de rotina, dos grupos de formação política (presentes nos grupos de jovens e de catequese) e também, dos dois mais emblemáticos, esses sem dúvidas os maiores instrumentos de discussão e conscientização do papel desempenhado pela paróquia naquele segmento social, a encenação na procissão da Via-Sacra, nas chamadas três horas da agonia, nas sextas-feiras santas, e do sofrimento popular, corporificado na existência de um presépio temático, exposto nas dependências da Paróquia, nas épocas das festas de finais de anos.

²² Ordem religiosa, fundada em 1210, pelo Beato Teodoro de Celles. O nome Crúzios deriva do francês Croises. Na Inglaterra medieval, Crúzios eram conhecidos como frades Crutched e a designação refere-se à cruz do brasão da Ordem. Fonte: Wikipédia.

²³ Político (filho de juiz), fundador da UDN no Pará, com mandatos de deputado estadual e federal, tendo seu mandato de deputado federal cassado em 10 de abril de 1964, em face do ato institucional número 1. Fontes do CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas.

²⁴ Área de terras urbanas que foram objeto de disputas entre a Comissão dos Bairros de Belém – CBB, e o advogado Clóvis de Ferro Costa. “[...] É a história de uma luta vivida por nós, povo de uma baixada de Belém. Serve de lembranças de momentos onde fomos obrigados a enfrentar forças ainda maiores do que a nossa, momentos em que as vezes nos deram medo mas de outro lado nos uniram mais [...]”. Disponível em: <https://ufpadoisponzero.wordpress.com>.

²⁵ Uma corrente teológica cristã, nascida na América Latina, depois do Concílio Vaticano II, iniciado em 11 de outubro 1962, no papado de João XXIII (25/11/1881- 03/07/1963), e encerrado em 08 de dezembro de 1965, no papado de Paulo VI (26/09/1897 – 06/08/1978) e legitimada nas Conferências de Medellín, Colômbia (24 de agosto de 1968 a 06 de setembro de 1968) e de Puebla (Puebla de Los Angeles - México, de 27 de janeiro de 1979 a 13 de fevereiro de 1979).

Guardo fortes lembranças da instalação, exposta nas dependências internas da capela de São Sebastião, a maquete trazia a figura de um menino Jesus, acompanhado de seus pais, como moradores dos barracos comuns daquela periferia. Onde as casas, eram representadas como de fato eram; ameaçadas constantemente, por tratores, por viaturas repletas de soldados da Polícia Militar e da Polícia da Aeronáutica - PA, munidos de motosserras, que serviam para “retalhar” as tábuas em pequenos pedaços, para que assim, não voltassem a ser utilizadas, além dos cães, que intimidavam e impunham medo nesses moradores.

Para dar mais veracidade à maquete, a representação do lugar era ainda adornada com miniatura de faixas que indicavam naquela instalação, os barracos que representavam a atuação e presença ali; da Comissão dos Bairros de Belém, a CBB; da Companhia de Desenvolvimento Urbano de Belém, a Codem²⁶; dos prédios que simbolizavam as edificações, lógico, da Aeronáutica, também de pequenos barracos pontuais, que representavam as existências e atuações, dos centros comunitários, além das casinhas, choupanas e casebres dos postulantes às terras, que se faziam representar naquela demanda.

O outro elemento, ou fato, que detinha muita relevância na doutrinação religioso/progressista, era a encenação da via sacra, que percorria as ruas do bairro, entoando cantos da Teologia da Libertação, como maneira de alertar a opção de um Jesus Cristo voltado não para a opulência e dominação, que explorava os trabalhadores, moradores e congregantes daquela paróquia, mas sim de um Jesus, que como os demais defensores da Teologia da Libertação, fazia opção pela defesa dos pobres e mais necessitados. De um Jesus, que era percebido na quase totalidade da letra que compõe a música do padre, cantor e compositor católico, muito conhecido durante a Teologia da libertação, André Luna, onde se pode ouvir:

[...] seu nome é Jesus Cristo e passa fome e grita pela boca dos famintos e a gente quando vê passa adiante, as vezes pra chegar depressa à igreja [...] seu nome é Jesus Cristo e está sem casa, e dorme pelas beiras das calçadas e a gente quando o vê aperta o passo, e diz que ele dormiu embriagado [...] entre nós está e não o conhecemos, entre nós está e nós o desprezamos [...].

Naquele momento, essa vertente da Igreja Católica, representada por seus adeptos da Paróquia de São Sebastião na Sacramenta, saía às ruas do bairro em defesa do direito pela titulação de terras que eram por eles reivindicadas nas áreas Ferro Costa e no lugar que depois viria a ser popularmente chamado de “Malvinas” ou “Elo perdido” (outra área de terras, desta feita, pertencentes à Aeronáutica), como já descrito, era mais uma forma de expor essa demanda

²⁶ Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém.

antiga dos moradores daquelas circunvizinhanças, que finalmente, após um longo período repleto de muitas contendas, resistências e lutas, diante de minha pré-adolescência, porém já razoavelmente consciente da conjuntura, os moradores enxergavam a conquista se aproximar, e pouco mais à frente, saíam vitoriosos e seriam contemplados, finalmente com a titulação de posses daquelas terras.

Figura 2 - Via Sacra da Igreja de São Sebastião em Belém



Fonte: Arquivo pessoal do autor, via sacra de 1981.

Posto isso, em 1980, fui estudar em uma escola da Rede Salesiana de Ensino²⁷, a Escola Salesiano do Trabalho. Fundada em 01 de maio de 1962, na área de fronteira entre as baixadas da Pedreira e do bairro da Sacramento, área outrora pertencente ao Ferro Costa, que (por ser, ex-aluno da fração opulenta de educação dos Padres Salesianos no tradicionalíssimo Colégio Salesiano Nossa Senhora do Carmo, situado na Cidade Velha, centro histórico de Belém), fizera uma doação ao padre Lourenço Bertolusso (1924 – 2006), um italiano de Cúneo, (que nesta situação específica, agiu como preposto da ordem). O local fora escolhido pelo Padre Lourenço e exatamente ali, seguindo suas convicções, foi onde ele decidiu por reproduzir em Belém do Pará, a obra de Dom Bosco (patrono e fundador da Ordem Salesiana).

²⁷ A Congregação Salesiano ou Salesianos, é uma congregação religiosa da Igreja Católica fundada em 1859 por São João Bosco e aprovada em 1874 pelo Papa Pio IX. Fonte: Wikipédia.

Naquela área de acesso restrito à época, segundo o hoje Senador da República, Paulo Rocha (em entrevista a este pesquisador em 17/12/2021), também ex-aluno salesiano, foi ali, naquele lugar, uma área muito violenta, ilhada ente os canais, do Galo e do Pirajá, situada num terreno bastante alagado, que ele deu início a um projeto social dos mais relevantes, já implementados na Cidade de Belém. Empreendimento este, que mudou a realidade social e econômica de grande maioria dos atendidos por aquela escola, que inclusive serviu também como modelo para outro projeto de reconhecido valor na capital paraense, que foi a “República do Pequeno Vendedor”, criado pelo também italiano, Padre Bruno Sechi (1939 – 2020), oriundo da Escola Salesiana e da Ordem dos Salesianos.

Bem no meio da turbulência do golpe civil-militar de 1964, que instaurou um regime militar no Brasil, padre Lourenço proferia a seus alunos, diariamente, discursos de como costume chamar, “evangelização consciente”²⁸, que alertava para a importância da educação como instrumento de ascensão e transformação social, e que buscava despertar nos seus “alunos”, valores éticos e morais, mas que primava muito pelas verdades e que exatamente por mostrá-las, (muitas das vezes através de parábolas), caminhos que eram possíveis de serem seguidos. Esclarecia que nem todos ali seriam economicamente bem-sucedidos, mas que todos deveriam ter a dignidade de seus trabalhos, ressaltando ainda, que apesar de todos os ensinamentos e esforços ali empregados, parte daquele “rebanho”, também iria habitar as celas das penitenciárias, pois assim era a sociedade e assim eram as pessoas.

Nas estruturas da Escola Salesiana do Trabalho, tinham diversas oficinas de formações profissionais, pois segundo o padre, nem todos os alunos de “sua escola” seriam doutores, mas que em sua grande maioria, seriam, para fazer jus ao nome da escola, trabalhadores. Operários com formações técnicas e com formação intelectual que os permitissem alçar voos mais altos, se assim o quisessem e pudessem, após suas saídas das dependências daquele projeto.

Assim sendo, os profissionais formados pela escola salesiano do Trabalho, eram nutridos também, de consciência de classe (Paulo Rocha nos alertou que, mesmo não existindo na grade curricular, o próprio Padre Lourenço, ministrava aulas de Sociologia), de sentimentos de lideranças e de capacidades de organização profissional, ou seja, daquele projeto, muitos dos hoje sindicalistas e representantes das classes políticas e burocráticas da cidade de Belém, do estado do Pará, espalhados pelo Brasil e pelo mundo, foram forjados nas fileiras dos ensinamentos originados na “evangelização consciente” e que por consequência, nos aproximou dos assuntos pertinentes às demandas populares, das simpatias pelas causas dos

²⁸ Termos utilizados pelo pesquisador, para identificar a maneira pedagógica utilizada pelo padre.

trabalhadores e pra muitos, pelo engajamento nas organizações político-partidárias, educacionais e também, como não, nas questões religiosas, ou mesmo nas questões que surgiam nos limites dos anos 1970 para 1980, que fundiram alguns desses segmentos em prol de um objetivo convergente, que foi a busca pela volta da democracia e as lutas por questões pertinentes aos direitos humanos (engajamentos no MLPA, por exemplo), que haviam sofrido um golpe talvez, mais profundo do que os demais, sentidos pela imposição de uma ditadura, que violentou direitos de trabalhadores e relegou a sociedade brasileira, a uma subjugação sem precedentes nas questões que tangiam às liberdades coletivas e individuais.

Os alunos desse projeto visionário, devidamente orientados, estariam talhados a cumprirem um papel na organização social, aptos a serem submissos, mas também a liderar, seguindo um conselho novamente em forma de parábola proferido por Lourenço em um dos inúmeros ensinamentos matinais. Aprendemos com ele que: “as pessoas poderiam ser comparadas a um trem, onde se poderia fazer a opção por seguir sendo a locomotiva, que conduzia e liderava o complexo, ou seguir como um vagão, àquele que não é inútil, faz parte do sistema, mas que será sempre conduzido pela locomotiva”, ou seja, os alunos salesianos tinham a opção de liderar ou de serem liderados.

Segundo nos contou em entrevista concedida em sua residência no dia 14/09/2021, a professora da Universidade Federal do Pará e Doutora em Estudos da Mídia, Elza Fátima Rodrigues, que ela aprendeu com o padre Lourenço a lição de que “A juventude tinha de ser fermento, sal no mundo e que tinham que ter um comprometimento com a transformação da sociedade” (sic) e ainda, que alertou ele aos alunos, para a criação do Partido dos Trabalhadores, que procurassem “ver, julgar e agir”, também para o engajamento e lutas pelas demandas políticas das áreas (nos seus arredores), em litígio, pelos direitos à moradia, e para tanto, fazia leituras de trechos da carta de Puebla, nos momentos que antecediam as missas vespertinas dos domingos, expandindo e divulgando à comunidade, as máximas da Teologia da Libertação.

Digo tudo isto, para que possamos chegar ao ponto de encontro, de minha (e de muitos outros), formação intelectual, com a opção pelas causas que se identificam com as demandas pelos direitos humanos e pela conquista isonômica, de justiça social.

A educação libertadora de Paulo Freire se fez presente em minha vida escolar, desde a infância e por conta dessa aproximação de educação com religiosidade (na escola o corpo auxiliar, era basicamente composto por religiosos italianos), e conscientização de classe. As questões que envolviam o Clero naquela época eram muito mais próximas de nós alunos Salesianos, que da grande maioria das pessoas fora daquela comunidade. Deste modo, se fez muito presente em nosso ambiente, a repercussão da morte por assassinato de Dom Óscar

Romero (adepto da visão católica da Teologia da Libertação²⁹), arcebispo metropolitano de San Salvador, capital de El Salvador, no dia 24 de março de 1980, atingido por uma bala disparada por um atirador de elite do exército salvadorenho durante a guerra civil naquele país. Este fato alcançou grande notoriedade na imprensa mundial, por ter acontecido no altar, diante dos fiéis que assistiam a missa que o arcebispo celebrava e por se tratar também de uma representação da “Guerra-Fria” e dos seus desdobramentos latino-americanos, na corrida imperialista que polarizava o mundo no pós-guerra, por conta disso e por se tratar de uma personalidade religiosa, o assunto foi amplamente discutido no nosso ambiente escolar, refletindo as notícias que chegavam via telejornais, e por via do clero europeu, predominante na escola.

Outro episódio, que demonstrava antagonismos, entre o Clero Católico e a ditadura brasileira, foi a questão que envolveu o padre italiano Vito Miracapilo³⁰. Sua expulsão, em 30 de outubro de 1980, se deu por conta de uma barulhenta campanha capitaneada pelo então Deputado Estadual, Severino Cavalcanti, que anos depois, viria a presidir na esfera federal em Brasília, a Câmara dos Deputados e ser envolvido, a ponto de renunciar ao mandato em 2005, pelo recebimento de subornos mensais no valor de R\$10.000,00, no escândalo conhecido por “Mensalinho”³¹. O deputado alardeou e pressionou autoridades do governo do presidente Figueiredo, para a expulsão do Padre Vito, embasando-se na Lei dos Estrangeiros (Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980), ferramenta muito utilizada para a intimidação, principalmente de padres e agentes pastorais, atuantes nas ordens religiosas e prelazias católicas espalhadas pelo território nacional e que neste momento, eram vistos por alguns, governistas, como subversivos, simpatizantes e disseminadores de ideias “comunistas”. Disponível em: <https://blogs.oglobo.com>. Acesso em 20 set. 2021.

Também no ano de 1980, mais precisamente entre os meses de junho e julho, o Papa João Paulo II visitou o Brasil, à época com uma população de imensa maioria católica, e fez celebrações gigantescas. Essa visita teve suas peculiaridades e momentos muito marcantes,

²⁹ Segundo Jesus Delgado, seu biógrafo e Postulador de sua causa, Oscar Romero concordava com a visão católica da Teologia da Libertação e não com a visão marxista. Acreditava que havia duas teologias da libertação. Uma que via a libertação como libertação material e a outra, era a de Paulo VI, e ele estava com Paulo VI. Delgado disse que Romero não leu os livros sobre Teologia da Libertação que recebeu, e que deu a prioridade mais baixa à Teologia da Libertação entre os tópicos que estudou. Disponível em: www.amazon.com. Acesso em: 20 set. 2021.

³⁰ Pároco da igreja de Ribeirão, ligada à Diocese Palmares em Pernambuco, expulso do país após se negar a celebrar uma missa no dia 7 de setembro de 1980, para comemorar a Independência do Brasil. Argumentou em carta que não havia independência para um “povo reduzido a condição de pedinte e desamparado em seus direitos”.

³¹ Mensalinho, foram as denúncias de propinas recebidas pelo deputado do Partido Progressista Severino Cavalcanti em 2005, quando ocupava a posição de Presidente da Câmara dos Deputados, para deixar o empresário Sebastião Buani instalar seus restaurantes nas dependências da casa parlamentar. Disponível em: <http://g1.globo.com>. Acesso em: 20 set. 2021.

dentre eles, a subida ao morro e favela do Vidigal, no Rio de Janeiro, e um discurso, dirigido aos operários de São Paulo, reunidos no estádio do Morumbi, onde, acompanhado de Dom Paulo Evaristo Arns e de pessoas ligadas a Pastoral Operária (entidade que havia redigido preliminarmente o discurso do pontífice, mas o discurso teria seu texto suprimido e resumida sua leitura ao primeiro e último parágrafos, por suposto atraso, alegado pelo cerimonial do Vaticano, no cronograma da visita)³², rezou uma missa.

Ainda, encontrou-se, com a hoje, “Santa Dulce dos Pobres”, à época, apenas irmã Dulce, em Salvador; visitou indígenas em Manaus e passou por outras capitais totalizando 12. Nesse ínterim, visitou Belém, a capital do estado do Pará, o estado sabidamente com a maior incidência de violência no campo e onde dois meses antes o agente pastoral Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, ligado à Comissão Pastoral da Terra - CPT (um braço voltado às questões agrárias da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil a CNBB) e candidato a presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, fora assassinado, às cercanias de Araguaína, hoje estado do Tocantins, a mando de grileiros, desafetos dos posseiros que lutavam para se manter nas terras próximas aos locais, do outrora, palco da Guerrilha do Araguaia, dentro da jurisdição de Conceição, região do “Bico do Papagaio”, reconhecida não somente pela guerrilha, mas também pelos numerosos conflitos pela posse de suas terras.

Os tempos, em regime de exceção, como não é difícil perceber, nunca foram tranquilos, portanto, não podemos vislumbrar nesse contexto uma racionalidade positiva, assim sendo, seguimos elencando embates entre a Igreja e o regime. Em fevereiro de 1981, o prêmio Nobel da Paz, o ativista argentino Adolfo Perez Esquivel, em visita ao Brasil, foi preso pela Polícia Federal. Abordado na rua antes de proferir uma conferência para estudantes. O argumento? Também a lei dos estrangeiros! Ele discursara na Ordem dos advogados do Brasil – OAB, no Rio de Janeiro, e ao chegar a São Paulo, em companhia de Leonardo Boff, para uma palestra no colégio Sion, onde realizaria um novo discurso acompanhado por outros religiosos, foi preso. Prisão esta, que foi condenada e comparada pelo arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, como um “sequestro”³³.

Esquivel foi visitado na prisão pelo, à época, senador pelo Pará e presidente do congresso nacional, considerado um dos homens mais fortes do regime àquelas alturas, Jarbas Passarinho (11/01/1920 – 05/06/2016), que naquela visita, defendeu a anistia, argumentando que sem esta, seria impossível construir uma democracia, e mais, que as forças armadas tinham

³² Fonte: Waldemar, o pedido de Dom Paulo e o discurso para o papa. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br>. Acesso em: 08 set. 2011.

³³ Fonte: BBC NEWS, Brasil.

colocado ordem no caos, discurso considerado por Esquivel, como “típico de ditadores” e simbolizava a fala de Dom Paulo Evaristo Arns, que expunha a fragilidade das liberdades existentes no Brasil. Ele dizia, que naquele período: “a democracia no Brasil, só deixava passar um passarinho”³⁴, posto isto, nós, alunos salesianos, munidos dessas informações que eram ignoradas pela grande maioria da população, já tínhamos a capacidade de fazer uma análise da conjuntura que nos cercava e desta maneira, tomamos postura de como iríamos participar daquela sociedade, se como meros espectadores (o vagão), ou como atuantes, no sentido de protagonizarmos, nas lutas que a sociedade brasileira nos apresentava a partir daquele momento, e que nos apresentaria no futuro, durante os percursos a serem seguidos no decorrer de nossas vidas, (a locomotiva).

Assim, nesse contexto e seguindo o fluxo temporal dos primeiros anos da década de 1980, (os anos que, felizmente para muitos, foram os anos que antecederam o fim do regime totalitário civil/militar que dera as cartas na vida política do Brasil desde o golpe de 1964), o regime tentava reagir, e mesmo sem a mesma força de outrora, ainda elegia seus inimigos e buscava seus personagens para, contra estes, imputar um discurso de meias verdades, para não deixar claro que foram de completas mentiras, na continuação de suas políticas de manipulação das opiniões, e que pretendiam como consequência dessas, a manipulação do todo da sociedade, atendendo as demandas satisfatórias a uma casta de militares, que se vislumbravam e se locupletavam com o poder, e que para suas manutenções, utilizaram-se de todas as formas de violações possíveis.

A mais duradoura e prevalecente propaganda da tentativa de justificar a manutenção dos militares no poder no Brasil, (além do discurso da suposta luta contra a implantação do comunismo, versão essa recriada agora, nos anos de 2013, para os dias atuais), era a derrota impingida pelos “bravos militares”, o “braço forte” da nação, sobre os guerrilheiros do Araguaia. Para fortalecer essa narrativa, a criação de mitos e heróis se fez necessária, assim, uma pessoa foi fundamental nessa campanha, o cidadão mineiro de São Sebastião do Paraíso, Tenente-Coronel Sebastião Rodrigues de Moura (15 de dezembro de 1934...), o “major Curió”.

Personagem emblemático e uma espécie de tarefeiro do regime, (ele será um dos personagens desse episódio), que por esse motivo (a manutenção dos mitos dos heróis da pátria) e por ostentar algumas “qualidades”, vistas como estratégicas para o sistema (ele gerenciava naquele momento, o maior garimpo a céu aberto do planeta, o garimpo de Serra Pelada, que

³⁴ Fonte: Cesar Sanson, 14/04/2014. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br>.

comportava, no ano de 1980, a média de 100 mil mineradores)³⁵, Curió foi requerido para novamente, nas longínquas terras do Araguaia, elevar a moral externa e já cambaleante do regime militar diante da sociedade, além promover a autoestima da caserna, para leva-la a brigar, se possível e necessário, pela manutenção dos privilégios, aos quais o alto oficialato, estava acostumado. (Cartilha do MLPA, 1982, p, 12).

As disputas por terras, consequências das incoerências dos projetos de militarização da Amazônia e dos péssimos resultados dos investimentos feitos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, que priorizou o financiamento de grandes grupos de capitais nacionais e estrangeiros na região e ignorou solenemente, as demandas por terras para os brasileiros pobres, muitos deles convencidos a migrar para a região amazônica como parte dos “soldados da borracha”³⁶, que foram para aquelas terras em busca das promessas de que a Amazônia era a: “Terra sem homens para os homens sem terras” e, que no Brasil ditatorial, aquelas terras seriam a justificativa do slogan “integrar para não entregar”, uma suposta estratégia de defesa, que ao contrário do que rezava a propaganda, abria precedentes para o entreguismo das riquezas das nossas florestas para os grandes projetos de investimento de capitais estrangeiros, em detrimento das demandas e necessidades dos brasileiros desabastados. Tudo financiado com dinheiro público, fruto dos empréstimos do Fundo Monetário Internacional - FMI, drenando as nossas riquezas e aumentando a dívida externa, ou seja, empobrecendo cada vez mais os brasileiros, que se dispuseram a ir para aquele território, enfrentar na forma de mão de obra barata, aquela empreitada.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (Decreto Lei 1.164, de abril de 1971), em âmbito nacional e depois o Grupo Executivo das Terras do Araguaia Tocantins – GETAT (Decreto Lei 1.767, de 01 de fevereiro de 1980), foram estrategicamente aparelhados para resolverem contendas agrárias na região, mas as disputas pelas posses e usufrutos das terras na região do Bico do Papagaio (onde se situa o hoje município de São Geraldo do Araguaia, que à época, era um distrito de terras pertencentes ao município de Conceição do Araguaia), não foram arbitradas de maneira imparcial. Os órgãos, não atenderam nada que fosse alheio aos interesses de grupos financeiros e de grupos familiares tradicionais, remanescentes da era de exploração da borracha e dos castanhais. E esses interesses, se

³⁵ Fonte: IBRAM: Instituto Brasileiro de Mineração: Serra Pelada foi o maior garimpo a céu aberto dos anos 80, 25/07/2010.

³⁶ Termo utilizado para identificar os brasileiros que entre 1943 e 1945, foram alistados e transportados para a Amazônia pelo SEMTA (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia), com o objetivo de extrair borracha para os Estados Unidos da América. O contingente de Soldados da Borracha é calculado em 55 mil, sendo na grande maioria nordestinos. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br>. Acesso em: 07 ago. 2021.

contrapunham às reivindicações dos trabalhadores rurais que se instalaram na região, atraídos para lá, pelas promessas feitas de distribuição das terras para a subsistência e sobrevivências dessas famílias, em projetos de colonização, que supostamente seriam implementados por esses órgãos.

Assim sendo, em um número muito grande, trabalhadores que se alojaram nas terras, e que nelas trabalharam por vários anos, nas manutenções de suas lavouras, e na efetivação de suas moradas, começaram a ser ameaçados e despejados indiscriminadamente, dos seus lotes e benfeitorias. Grandes empreendimentos e fazendeiros locais, em detrimento dos interesses dos lavradores ou “posseiros”, invadiam e impunham à força, a ampliação de suas terras, avançando sobre as pequenas propriedades (as posses), geralmente de forma violenta e ilegal. Para tanto, contavam com a ausência e ingerência dos órgãos de estado ou o que era ainda pior, muitas das vezes se utilizando do auxílio das forças policiais, essas apropriadas como verdadeiras milícias particulares ou mercenárias, para alcançarem os resultados, por eles pretendido. (PEREIRA, 2025, p. 46).

O cajueiro, um castanhal (área de terra), de cerca de 9.500 hectares, que ficava a 35 Quilômetros de São Geraldo do Araguaia, era um desses objetos de litígio e se encontrava ocupado por quase uma centena de posseiros, alguns já se encontravam ali há mais de 20 anos, porém, reivindicavam também a posse dessas terras, os fazendeiros, José Almeida, Evandro Azevedo e o deputado do PDS goiano Juraci Teixeira. Todos (os fazendeiros), alegavam possuir títulos de aforamento³⁷ concedidos pelo governo do estado do Pará, o que se traduzia em afirmar, que aquelas terras não pertenciam a união e sim, ao estado do Pará, mas essa alegação esclarecia também, que se esses aforamentos fossem legítimos, os foreiros teriam direitos somente ao usufruto dos produtos dali extraídos, no caso a castanha do Pará, e não direito de propriedade, como eles se autodeclaravam. (TELES, 2005, p. 94).

O controle dessas áreas e o domínio do mercado de castanha provocavam rivalidades entre essas famílias, que constituíam uma oligarquia, garantindo o poder político na região, com o apoio de políticos da capital do estado, Belém. (CORRÊA, 2016, p. 15).

Com a obtenção dos aforamentos, à oligarquia local, ampliou o permanente interesse nessas áreas de castanhais, já que o domínio destes assegurou-lhes o poder político e econômico nas regiões sul e sudeste do Pará. Entretanto esse poder se percebeu ameaçado em virtude das políticas de desenvolvimento postas em prática pelo governo civil/militar, o que se evidenciou

³⁷ Aforamento, é um direito real, constituído por meio de um contrato, em que o Senhorio (Prefeitura, Estado ou União), é o titular do domínio direto e o foreiro (Posseiro “proprietário do imóvel”) do domínio útil. Fonte: Dicionário Oxford.

nas aberturas de rodovias como a Transamazônica, e da PA-279 (entre a Vila de Xinguara e São Felix do Xingu), da construção da usina hidrelétrica de Tucuruí e a implantação e financiamento de projetos minerais e agropecuários, o que gerava um choque entre poderes e influências políticas nas três esferas de governos.

Esses projetos acabaram contribuindo para a diminuição da castanha na região, pois as áreas de castanhais acabaram sofrendo redução com o aumento do desmatamento, devido o aumento da agropecuária na região sul e sudeste do Pará – incentivado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), além da construção da infraestrutura dos projetos de desenvolvimento do estado. Outro fator que contribuiu para a diminuição da castanha foi a ocupação de algumas áreas por posseiros, para realizar agricultura de subsistência, e da falta de mão de obra, que foi alocada para realizar as construções do governo ditatorial na região. (PETIT, 2003 *apud* CORRÊA, 2016, p. 16).

Como é possível perceber, o panorama socio político do estado do Pará naquele momento, se aprestava bem complexo e para poder entendê-lo, se fazia necessário uma boa quantidade de reflexões, sobre a conjuntura, e também, nas disputas pelas influências nas cercanias das obras de infraestrutura que o estado ali estava instalando e prometia que mais seria feito, valorizando os locais e ampliando os interesses e conflitos.

A história da PA-279 é, por si só, uma crônica ilustrativa das forças que influenciaram a geografia do assentamento humano nas terras do Estado. Se hoje a estrada aparece no mapa como uma linha relativamente reta é porque a mão firme do cartógrafo esconde as numerosas mudanças de plano que ocorreram antes que a estrada se tornasse uma realidade, e suaviza o tumultuado processo político que difundiu sua rota final. Como tantas outras facetas das mudanças na fronteira, à direção que a PA-279 tomou foi o resultado de uma dramática história de poder e política e do embate de interesses entre elites locais e indígenas e entre agências estaduais e federais, em disputa pela autoridade sobre as novas áreas de assentamento na fronteira. (SCHMINK; WOOD, 2012, p. 193-194).

É necessário realizar uma análise entre os três níveis de poder, nos âmbitos nacional, estadual e municipal, sobre a região sudeste do Pará, o que permitia aprofundar o conhecimento sobre a região, pois há a necessidade de intensificar a investigação do papel desempenhado pelas diferentes instâncias de governo sobre o domínio territorial executado na Amazônia durante o período da ditadura militar. (CORRÊA, 2016).

Entre os anos de 1977 e 1978, chegam respectivamente à região do Araguaia, para atuarem na Prelazia de Conceição do Araguaia, os padres Aristides Camio e Francisco Gouriou, ambos pertenciam às Missões Estrangeiras de Paris, ambos, haviam sido expulsos do Laos, vieram para se integrar e trabalhar com o Movimento de Educação de Base, o MEB, foram recebidos com frieza e desconfiança pela população local, pois o exército havia imposto ao

povo duas coisas: padre estrangeiro não é padre; padre vindo do Pará não é padre. (FIGUEIRA, 1986, p. 51).

Como eles vinham do Pará, eram estrangeiros e estavam sob a orientação da igreja de Conceição, foi lenta a aproximação e o rompimento das barreiras do medo, foram permeadas pela desconfiança. Aquele era um povo sofrido e marcado por experiências dolorosas, consequências das heranças de fantasmas dos tempos da guerrilha, como nos relata o padre Ricardo Rezende, “ali foi cenário de muita prepotência e arbítrio, planejados e executados pelos órgãos de repressão. Nestas terras aprende-se a nada ver, a nada saber”. (FIGUEIRA, 1986, p. 52).

Podemos perceber então que, a subserviência compulsória, o despotismo e a superexploração naquele lugar campeavam livres, principalmente nas relações de trabalho. O sistema de aviamento³⁸ mantinha o empregado ou caucheiro³⁹, ligado ao seringalista numa dependência terrível. Essa dependência se enraizou e banalizou a relação dos fazendeiros com os trabalhadores, peões de fazenda e demais habitantes das cercanias. Nessa explosão de tensões, os despossuídos procuraram conforto e apoio na mais antiga das tradições daquela localidade, a compaixão e a expectativa da justiça divina, representadas pela igreja.

Desde a fundação do Arraial de Conceição do Araguaia, por frei Gil de Vilanova, em 1897, e com a posterior chegada das freiras dominicanas, criando o Educandário Santa Rosa, e tendo em seu clero a única médica da região, a Igreja Católica, era a única instituição, e mais respeitada, que os habitantes daquelas terras e os lavradores conheciam, e a única entidade a qual eles poderiam recorrer como mediadora, em qualquer situação adversa que se apresentasse. Assim, superadas as primeiras barreiras de desconfianças, aqueles religiosos estrangeiros que se encontravam naquele distante distrito, como citado anteriormente, nessa verdadeira explosão de tensões, como última fronteira de retirantes de muitas partes, os padres assumem então uma liderança que ultrapassava à espiritual.

No início da década de 1970, a presença do aparelho governamental na região sul e sudeste do Pará, servia para dois objetivos: o primeiro era reprimir, e o segundo, para o recolhimento de tributos e impostos. Entretanto, era notório ali o grau de inflamabilidade e

³⁸ O aviamento, termo cunhado na Amazônia, é um sistema de adiantamento de mercadorias a crédito. Começou a ser usado na região na época colonial, mas foi no ciclo da borracha que se consolidou como sistema de comercialização e se constituiu em senha de identidade da sociedade amazônica. Disponível em: <https://vocepergunta.com>.

³⁹ Caucheiro, substantivo masculino, variação de seringueiro. Explorador de caucho. (Disponível em: www.dicio.com.br). Caucho, árvore que atinge mais de 35 m (*castilloa ulei*), com madeira própria para pasta de papel, látex de que se faz borracha, folhas oblongas, frutos com polpa mole, comestível, e sementes oleaginosas; caucho. (Definições de Oxford Languages).

como consequência disso, o caos fundiário que estava alojado naquele lugar, com todas as ferramentas possíveis para ir de encontro aos discursos de Brasília, que insistiam em manter longe de suas pautas, qualquer aproximação com um debate que pusesse à tona, a “tal” da reforma agrária. Esta mesma reforma agrária, que já havia sido utilizada como um argumento preponderante na narrativa construída para legitimar o golpe de 1964, que destituiu o presidente João Goulart (01/03/1919 – 06/12/1976, 24º presidente do Brasil), acusando-o de tentar expropriar bens e propriedades privadas e de tentar, através desses meios, implantar nas terras brasileiras, um governo comunista, alinhado a Moscou, Pequim e Havana. Fonte disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br>, consultado em 28/09/2021.

Tivemos então, por parte do governo federal, no início da década de 1970, como medida de contenção e controle das distensões sociais, a criação e operacionalização do INCRA, mas o órgão que era pra mediar e organizar, não atingiu seus objetivos. Embora tenha agido como moderador em vários episódios que tiveram notoriedade (como a disputa de interesses entre o governo federal, por meio do próprio INCRA, e o órgão estadual, o Instituto de Terras do Pará – ITERPA [Lei nº 4.584, de 08 de outubro de 1975], quando dos interesses pelas terras transferidas pela união, de 100 km de cada lado das rodovias federais que passariam assim, para o controle dela própria, a união. Além de arbitrar vários outros litígios como o das terras da Empresa Brasil Central - EBC [1976]; fazenda Capaz [1976]; das fazendas reunidas, pertencentes ao Bradesco [1973], Itaipavas, [1976]; Perdidos [1976], essa ainda mais complicada por envolver a prisão e tortura do padre Florentino Maboni, dentre outros), não se mostrou, com a capacidade de apaziguar os ânimos, e muito menos, de consolidar a paz que os militares tanto desejavam, ressaltando, que essa paz por eles desejada, não era um sinônimo de equilíbrio das demandas, mas apenas uma aceitação pacífica dos menos assistidos, para a consolidação dos pleitos dos fazendeiros, grileiros e donos do dinheiro, que irrigavam os bolsos de alguns agentes públicos de favores e “benesses”, ao mesmo tempo em que irrigavam o chão, com o sangue dos descontentes.

No ano de 1979, o INCRA já havia procedido no Cajueiro, uma demarcação que ameaçava os posseiros com até 20 anos residindo na área, assim, a disputa por essas terras se acirrou, e então os órgãos de governo foram convocados a mediar e decisões foram tomadas. Entretanto, essas decisões não eram favoráveis aos trabalhadores, estes então, recorreram à casa paroquial, dispostos que estavam a não permitir a ação dos funcionários do INCRA, porém, para que não criassem problemas, eles foram dissuadidos pelo “major” Curió, que os aconselhou que permitissem o trabalho, pois essa demarcação, segundo ele, não teria valor algum. Curió, que já havia, em situação anterior, feito uma intervenção a favor dos posseiros,

contra Neif Murad, (O turco), dispunha diante dos posseiros, de certa credibilidade, e por conta disso, pedia que confiassem nele, mas reiterava que era para ficarem atentos, pois: “Não é bom confiar nos estrangeiros”, numa clara alusão aos padres de São Geraldo. (CHINEM, 1983, p. 48).

Acontece que os três fazendeiros postulantes à área, tinham contratado “fiscais” (jagunços) e ameaçavam o povo. Quando da transição de gerenciamento do INCRA para o GETAT, os fazendeiros viram a oportunidade de se apropriarem de vez daquelas terras, até porque o GETAT reconheceu apenas 52 lavradores como legítimos posseiros, e os demais, como “invasores”. Alegando possuírem títulos de aforamento, o GETAT, passou então a reconhecer aos fazendeiros, direitos também sobre aquelas terras, o que levantava novamente a dúvida, que era: quem de fato teria autoridade legal sobre as terras, a federação ou o estado? Portanto, era plausível a interpretação de que, enquanto durasse aquela indefinição, ficava claro que ao GETAT, não caberia tomar nenhuma decisão ali, porém não foi o que aconteceu, e este, não só “mergulhou” na defesa dos fazendeiros, como passou a ameaçar os lavradores.

Na região do Cajueiro, desde 1979, esse litígio vinha se aprofundando. Mas no ano de 1980, com a instituição do GETAT como mediador, criou-se por parte dos posseiros, uma expectativa positiva. Entretanto, como foi possível perceber, o órgão só advogou em favor e pelos fazendeiros, e como consequência disso, os ânimos se exaltavam cada vez mais. Assim sendo, no ano de 1981, o clima estava ainda mais tenso. Os fazendeiros se sentindo confiantes, por contarem com os apoios, da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, do INCRA, do GETAT, das polícias Federal, Civil e Militar, e ainda, com os seus pistoleiros, decidiram expulsar de vez os posseiros. Estes por sua vez, se reuniram e resolveram resistir, houvesse o que houvesse, e para tanto, recorreram além da proteção divina, à orientação dos padres, que a estas alturas, já assumiam a condição de se posicionar e auxiliar, não apenas espiritualmente, mas também através da Comissão Pastoral da Terra – CPT, injetando além da fé, ânimo, organização e consciência de classe àqueles trabalhadores, que diferentemente das disputas anteriores, estariam desta feita, amparados por um auxílio jurídico profissional.

Os posseiros pediram ao padre Aristides, que rezasse uma missa na casa de um deles, João Matias, evangélico e mateiro, ou bate-pau do Curió na época da guerrilha, o pedido foi agendado, e mesmo com reservas e contratempos, ele foi atendido. Nesta celebração, o padre Aristides proferiu o seu sermão e alertou para a importância da união entre eles, “pois ninguém tem medo de um marimbondo só”, mas, que unidos, eles teriam forças, pois “ninguém toca num enxame de marimbondos”, e segundo o jornalista Marcos Soares, no Jornal Resistência de fevereiro de 1982, “eles teriam de mostrar que ali não tinha só Maria, mas José também, e os

Josés teriam que lutar, teriam, que se unir”, que seria preciso enfrentar a ameaça para manter a terra, mas que em nenhum momento falou em emboscada, nem tiros muito menos. Pediu aos posseiros, sim, valentia, mas jamais um confronto armado. (RESISTÊNCIA, n. 30, out. 1981, p. 7).

A polícia entrou no dia 10 de agosto. Chegou com ameaças e prepotência. O João Matias reuniu-se com 50 homens e resolveu resistir. Duas viaturas e dois funcionários do GETAT, três elementos da Polícia Federal e um pistoleiro do deputado Juraci, formavam a comitiva. Houve um confronto no dia 13, quando o jagunço Luís Antônio dos Santos, morreu, e alguns agentes da Polícia Federal, dentre os quais o delegado Alan Kardeck, saíram feridos. “Os 13 posseiros, que estavam na emboscada, se dispersaram escondendo-se” na mata. (FIGUEIRA, 1986, p. 75).

Foi o suficiente para que a repressão do governo, principalmente nas figuras de Jarbas Passarinho, e de Sebastião Curió, fosse derramada sem moderação sobre o Araguaia. O descaso nas questões de violências sofridas por anos a fio pelos trabalhadores rurais foi contrastante, e nem se aproximava do aparato que se montou, para a prisão dos posseiros. Foram disponibilizados para a área, um grande contingente de agentes da Polícia Federal e das Forças Armadas, contando ainda com o uso de helicópteros e pequenos aviões, uma mobilização que só se havia visto semelhante, na época da guerrilha do Araguaia.

Os posseiros passaram a ser caçados e o padre Aristides (por quem Curió nutria um sentimento de revanchismo e certo desconforto, por conta dos desdobramentos nas últimas e tumultuadas eleições no STR de Conceição do Araguaia), fora apontado como o mentor intelectual da emboscada. A princípio, os jornais de Belém noticiaram que o gerente de uma fazenda local, havia sido emboscado e morto, mesmo estando em companhia de agentes da Polícia Federal. E que dentre os agentes, alguns também teriam saído feridos do “confronto”. (O LIBERAL, 14/08/81, p. 01, capa, p. 14). Com essa narrativa, o regime militar elegeu seu inimigo e passou a desferir discursos: no Araguaia, em Belém, e principalmente em São Paulo e Brasília, de que a Igreja Católica, era um recanto de comunistas, e que para não permitir que esse inimigo se instalasse novamente no interior do Brasil, medidas, as mais drásticas, se faziam necessárias. Os padres estrangeiros, principalmente, foram os alvos de acusações, e em seguida, a Igreja Católica como um todo. Esta, portanto, invertera ali a sua subscrição ao golpe civil/militar de 1968, para passar a frequentar o lado opositor ao regime, e dessa vez, ela iria sentar-se no banco dos réus.

A prisão dos padres e posseiros causou grande comoção e chocou pela força de mobilização, até ali nunca vista na região norte, no que dizia respeito ao contraditório com o regime. As mais diversas camadas populares e da sociedade civil, se mobilizaram no sentido de

esclarecer aquele episódio, e de expor, que na verdade, o que se dera no Cajueiro era sim, mais um capítulo da escalada de violências em função dos conflitos agrários nas terras do sudeste do estado do Pará, e que se fazia necessário uma apuração dos fatos de maneira imparcial, para não somente comprovar a inocência dos padres e posseiros, mas também explicitar que o regime ditatorial, em sua pauta de prioridades na militarização da Amazônia, estava travestido, disfarçado sob a égide de “projetos de desenvolvimento”, além de expor, que ele tinha um lado preferencial, e que como era de se esperar, este lado não era o dos trabalhadores, e que para dar segmento aos seus anseios qualquer um que tentasse intervir ou se contrapor a eles, seria tratado como inimigo, mesmo que esse inimigo, dessa feita, fosse a tradicional e outrora aliada, Igreja Católica e seus representantes.

O regime militar, acostumado a resolver nos “bastidores” as contradições que se apresentavam em quaisquer que fossem as circunstâncias, foi dessa feita surpreendido, pois esse conflito tomou uma proporção maior e diferente, por esse motivo (segue seu tema hoje, passados exatamente, 41 anos do ocorrido, sendo um objeto de diversas pesquisas acadêmicas), ele será o objeto desta pesquisa, haja vista, ter sido nessa contenda armada, que se tem por início, o Movimento pela Libertação dos padres, presos e posseiros do Araguaia, o MLPA. São nos desdobramentos desse episódio, que vamos acompanhar as ações da Igreja Católica, como uma ativista pelos direitos humanos na região conflituosa. Onde seus membros, padres, bispos, arcebispos, agentes pastorais e leigos, serão vistos como inimigos do sistema, ou seja, a mesma igreja que subscreveu o golpe de 1964 sofrerá uma guinada que a transformará, numa das maiores críticas, e divulgadora de denúncias, sobre violações dos direitos humanos, cometidos pelos governos militares e seus apoiadores. (PESSOA, 2019, p. 148).

A história dos trabalhadores e posseiros, bem como as dos demais habitantes do sudeste do Pará e dos territórios que compõem o “Bico do Papagaio”, é uma história que frequentemente se repete. As violências e as arbitrariedades relatadas no texto que vos apresentamos, são do passado, tanto quanto continuam no presente. Estudar, pesquisar e discorrer sobre as questões fundiárias e os conflitos, registrados ou não (tem os apagados, os sem registros), nas cercanias do Araguaia, requer do pesquisador, redator ou leitor, apropriar-se dessa atemporalidade e como poderia classificar o professor, Ivan Jablonka,⁴⁰ precisaria, “Formular um estudo anfíbio ou inclassificável, uma mistura de pesquisador, testemunha e personagem, pois o objeto a ser discutido, não ficou no passado, não virou um arquivo de papel, ele se renova tristemente a cada

⁴⁰ Citação do Professor Durval Muniz em aula virtual pelo Instituto, iTemppo, no dia 16/09/2020. Ivan Jablonka, (1973...) É professor na Université Paris XIII e coeditor da revista *La vie des idées*. Publicou entre outros, *Laetitia: Ou La Fin des Hommes* (2016).

evento ocorrido e noticiado”, (infelizmente com as perdas de vidas e sangue derramado), pelas redes de comunicação que documentam as contendas e litígios, violações e escravidão.

O sudeste do Pará, desde as narrativas da “guerrilha do Araguaia”, não teve ainda a chegada de um tempo de convivência pacífica, entre os diversos atores sociais que se apresentam como personagens das muitas histórias e versões, que são propaladas fora daquelas fronteiras. A pergunta que fica é: conseguimos vislumbrar um futuro mais tranquilo, com menos violações e a prevalência de justiça social a curto e médio prazos? Achamos que não! Por conhecermos seu histórico, o Bico do Papagaio detém sim, uma vasta e triste lista de nomes, geralmente ligados às demandas dos trabalhadores pobres e desprovidos socialmente das terras, os subalternos como classifica Gayatri Spivak, objetos de estudos, pesquisas e materialização de histórias, tristes ou não, mas geralmente de derrotas para o posseiro ou lavrador, o menos provido postulante da história descrita naquela fronteira e aquele a quem não é dado o protagonismo, aquele que não tem a oportunidade de contar, partindo de sua ótica, a sua versão das histórias.

No início dessa pesquisa, houve a preocupação e o cuidado de seguir os ensinamentos discutidos e aprimorados na parte teórica do curso, para tanto, nos apropriamos e nos utilizamos de alguns conceitos, mas ressaltamos que tivemos a preocupação (dadas as orientações recebidas do orientador e dos professores das disciplinas teóricas), de contextualizá-los e adequá-los dentro de uma consciência positiva, para contribuir com a qualidade do material produzido. Uma dessas apropriações me remetem a Peter Burke (2003), onde ele nos alertar para o “lugar que o pesquisador precisa encontrar”. Ele ensina no seu livro, *Uma história Social do Conhecimento I, de Gutemberg a Diderot*, que:

[...] ‘Os lugares’ incluíam conceitos abstratos como comparações e oposições que ajudavam o leitor a organizar a informação e a recuperá-la quando necessário. Como recomendavam escritores, como: Erasmo e Vives, os tópicos também incluíam qualidades morais como prudência, justiça, coragem e temperança, às vezes em pares com os vícios correspondentes. (BURKE, 2003, p. 163).

Portanto, o lugar do pesquisador deve ter o mínimo de equilíbrio para dar uma versão organizada das informações, para que o leitor seja respeitado em seu direito de avaliar e julgar o texto da pesquisa a ele apresentada.

O historiador egípcio, Eric Hobsbawm (1917-2012), no livro “Era dos Extremos, O breve século XX, 1914-1991”, faz um alerta para os historiadores de tempo presente, quando nos diz que:

À medida que o historiador do século XX se aproxima do presente, fica cada vez mais dependente de dois tipos de fontes: a imprensa diária ou periódica e os relatórios econômicos periódicos e outras pesquisas, compilações estatísticas e outras

publicações de governos nacionais e instituições internacionais. (HOBSBAWM, 1994, p. 9).

Ali, ele alerta para a dívida dele com os jornais *The Guardian*, de Londres, o *Financial Times* e *The New York Times* e chega a afirmar que: “nenhuma história das mudanças sociais e econômicas ocorridas neste século poderia ser escrita sem essas fontes”. (HOBSBAWM, 1994, p. 9).

Transcrevi isso, intencionando chamar a atenção para um aliado muito importante, nesses episódios de enfrentamento entre trabalhadores rurais e fazendeiros, sociedade civil e governo militar. Os órgãos de imprensas que noticiaram, expuseram seus lados e deram suas versões aos fatos. No desenvolvimento dessa pesquisa, se fez necessário apresentar uma verdadeira batalha de redações, de pontos de vistas, e, de posições políticas, que tomaram partidos e se expuseram como aliados e opositores de um lado e de outro, assim sendo, uma parte relevante da dissertação, será dedicada à exposição desses lados, os alinhamentos, da imprensa tradicional e da imprensa alternativa, o quem é o quê de cada versão, e a exposição desses recortes, numa hemeroteca situada no conflito e nas análises de pessoas em função deste.

O Jornal Resistência, enriquecido pelas opiniões de jornalistas que o redigiam (Paulo Ferreira, Marcos Soares, Luiz Maklouf, entre outros), e de personagens, que foram menos ou mais atuantes, personagens que foram pouco ou muito influentes nas fileiras do MLPA, como construtores daquele movimento. Foram eles: operários; advogados; religiosos; políticos e sindicalistas, que deram estrutura física para as vozes que se faziam ouvir através do jornal e dos panfletos de mobilizações. As posições da Sociedade Paraense Protetora dos Direitos Humanos, a SPPDDH, serão também parte desse texto, pois os direitos humanos são reconhecidamente direito de todos, e por isso, todos os que por ele se mobilizaram e se mobilizam, tem importância relevante na consolidação dos mesmos.

Para a historiadora norte-americana Lynn Hunt, os direitos humanos, “não são um dado da natureza, nem uma graça divina e nem tampouco surgiram de repente na consciência dos homens” (HUNT, 2007, abas de apresentação), explicitando seu ceticismo em torno do tema, ela ainda instiga com alguns questionamentos de profunda reflexão ao inquirir, por que os direitos devem ser apresentados numa declaração? Por que os países e os cidadãos sentem a necessidade dessa afirmação formal? “[...] Como podem os direitos humanos ser universais se não são universalmente reconhecidos [...]” (HUNT, 2007, p. 18). Nesta sua inquietação, se torna plausível compreendermos, que o contrato social, assinado à revelia da maioria pobre e despossuída das sociedades, é um contrato que privilegia; que escolhe um lado; que é desigual.

E que nas planícies do Araguaia, o lado favorecido pelo contrato social, geralmente é o lado do privilegiado, o do fazendeiro opressor.

Que nas planícies do Araguaia, o lado escolhido, foi o de quem esteve emparelhado ao lado do regime, dos que muitas das vezes, na procura por se impor, e atingir o objetivo do domínio territorial da área em questão, se utilizaram das torturas e das violações. Já o lado que nós resolvemos escolher, pelo contrário, foi o de ouvir além das narrativas dos vencedores, as vozes e versões dos vitimados por estes. Desta forma, considerando todos esses eventos, elementos e critérios, adotados para dar aqui nessa dissertação, além da credibilidade (inerente à uma pesquisa acadêmica), uma imparcialidade *razoável*, é que pretendemos apresentar o texto, produzido por esta pesquisa.

3 DAS SOMBRAS DO CAJUEIRO, NASCE DO CONFLITO O MLPA

*Rio dos meus sonhos
Meu belo rio Araguaia,
encantos a natureza
um canto de amor e paz,
quero cantar tuas belezas,
ei de levar onde for,
teu nome e tua grandeza.
**Meu Araguaia, rio que me faz sonhar,
Com suas praias douradas
Com suas noites de luar.
Águas claras cristalinas,
que as pedras vão beijar,
areia pura e dourada
de uma beleza sem par,
e o barqueiro em sua canoa,
segue feliz a cantar. (Manelão)***

Quem ouve ou lê os versos da canção do morador da região do Araguaia, (trilha sonora do filme “Igreja dos Oprimidos”, produção franco-brasileira de 1986)⁴¹, não consegue de imediato enxergar que as verdades ali vividas, são bem distantes da leveza que a melodia nos apresenta O Araguaia cantado por Manelão, pode até representar as belezas naturais daquelas paragens do sertão do Brasil, no entanto, a vida dos trabalhadores e habitantes daqueles lugares de fronteiras, tem uma denotação diferente. Tem a violência como pano de fundo. Tem ainda, a exploração do trabalho em vários sentidos, escravo e infantil dentre outros, além de supressões de condições dignas de sobrevivências, desrespeito às legislações cíveis, criminais e trabalhistas e para coroar o circo de horrores vivenciado por aquelas pessoas invisíveis ao sistema, desassistidas de quase tudo, a usurpação dos seus direitos a vidas dignas, dos seus direitos mais elementares e humanos.

Em entrevista concedida a este pesquisador no mês de março de 2021, o Padre Ricardo Rezende⁴², autor do livro “A Justiça do Lobo” de 1986, onde discorre sobre disputas fundiárias na região e também sobre os episódios que antecederam e levou ao conflito do Cajueiro (que originou o MLPA, e os eventos que ganharam as ruas, os tribunais e o consequente engajamento de um sem número de instituições da sociedade civil, além de virar pauta principal de diversos órgãos de imprensa, que noticiavam sobre os ocorridos em consequência desse conflito), nos

⁴¹ O documentário franco-brasileiro de 1986, fala da questão agrária na região do Rio Araguaia, com ênfase na participação da Igreja Católica, por meio de representantes da chamada Teologia da Libertação. A presença dos religiosos no local foi fundamental para a grande repercussão dos acontecimentos, inclusive internacionalmente. A direção é de Jorge Bodanzky e Luís Carlos Barreto.

⁴² Padre Ricardo Rezende, vivera na região como leigo desde 1977, foi ordenado diácono em 1979, depois sacerdote em 1980 e ali permaneceu por mais alguns anos até o final de 1996, o que o credencia ser respeitado como uma das vozes mais lúcidas a depor sobre os referidos assuntos.

município de importantes informações. Na oitava, ele evidencia que a escravização de homens no interior da Amazônia, era e ainda é, em nossos dias, uma questão muito presente, ele nos esclareceu que lançará um livro em 2022, onde irá narrar que; “O panorama de 1984, com o fim do regime ditatorial, era exatamente igual a 1970, no seu auge; que a militarização da questão fundiária, apenas reforçou, através das atuações de órgãos criados pelo regime como INCRA e GETAT, a legitimação das imposições de sub condições aos pobres”, haja vista, que seus impositores se sentiam plenamente respaldados por estas autarquias, que determinavam (geralmente em favor dos fazendeiros), todas e quaisquer negociações, da maneira que melhor lhes conviesse.

Para melhor compreendermos alguma coisa sobre a região de influência do rio Araguaia (ou “Rio das araras vermelhas”, nome originário da língua Tupi que era predominante na região antes da chegada dos religiosos que fundaram naquele lugar - um “pedaço” de um extenso território denominado de Baião - um posto de catequese, a gênese do que viria a se tornar o futuro município de Conceição do Araguaia), cenário dos episódios que virão a ser discutidos nesta pesquisa, faz-se mister, situar o leitor a uma subdivisão desse território, o Cajueiro. Uma serra de terra localizada no, à época, distrito de São Geraldo, epicentro das ocorrências, já que naquele lugar, encontrava-se a paróquia onde atuavam Aristides Camio, e François Gouriou, e onde congregavam parte⁴³ dos 13 posseiros, acusados pelos “atentados” a tiros que motivaram: as prisões; julgamentos; condenações, e, principalmente; às mobilizações na sociedade civil, que se organizou de maneira surpreendente ao regime, e unida à Igreja Católica (que recebeu a adesão de outras igrejas cristãs e de religiões de matrizes africanas, numa verdadeira federação ecumênica), para criar o MLPA, a maior mobilização popular do norte do Brasil, durante os tempos em que vivíamos sob a tutela dos militares na ditadura brasileira, mas que se originou daquela localidade.

3.1 Às margens do rio das araras, o cristianismo funda um Arraial

As águas do rio Araguaia, cantadas no poema do caboclo, banham uma das mais importantes planícies alagáveis brasileiras⁴⁴. Essas águas irrigam a bacia hidrográfica do rio Araguaia, onde se encontram com as do seu “meio irmão” rio Tocantins e juntas compõem a

⁴³ Quando escrevo parte dos posseiros, é pelo fato de que nem todos os envolvidos, eram católicos.

⁴⁴ A planície de inundação do rio Araguaia é uma das mais importantes planícies alagáveis brasileiras, com uma área de drenagem de aproximadamente 386.478 KM², localizada inteiramente em território nacional e localizada bem no coração do Brasil.

bacia hidrográfica do Tocantins Araguaia. Elo entre dois dos maiores biomas brasileiros, o cerrado, (onde se situa o Pantanal), e o amazônico, é fronteira das duas regiões brasileiras menos povoadas, a Centro-Oeste e a Norte, a bacia do Araguaia, irriga “As veias abertas da América Latina”⁴⁵ em sua porção centro-norte, (Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br>. Acesso em: 25 abr. 2020) e foi exatamente por essas veias, por esses vasos situados nesse território de fronteiras, que ainda no período do Brasil imperial, mais precisamente no ano de 1888, ano da promulgação da Lei Áurea, (lei 3.353, de 13 de maio de 1888), que navegando pelas águas decantadas desse rio, chega à região, um francês, membro da ordem dos Dominicanos, o frei Gil Villeneuve, (25/12/1851-05/05/1905),⁴⁶ ele, além de fundar a cidade e alguns equipamentos urbanos, dará início à relação entre religiosos franceses, o Araguaia, e o jornalismo, haja vista, ser também de sua autoria o periódico denominado “A Cruz”, o primeiro a registrar fatos e ocorrências nas regiões do Tocantins e sul do Pará, que foi fundado em 1900 e que circulou até sua morte em 1905. Disponível em: <https://saogeraldodoaraguaia.pa.gov.br>. Acesso em: 12 maio 2020.

Assim, a localidade onde hoje se situa o município de Conceição do Araguaia e os demais municípios consequentes de seus posteriores desmembramentos, tem também seus primeiros registros ligados ao período do Brasil imperial, também no ano de 1888, quando frei Gil de Vilanova e os dominicanos chegam ao local com a suposta intenção de catequisar os índios Kaiapó, ali foi criado um posto de catequese e que em paralelo ao aumento da procura pela borracha amazônica, rapidamente foi crescendo a ponto de se tornar um movimentado povoado. (FIGUEIRA, 1986, p. 15).

Segundo fontes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, foi no ano de 1897, que Vilanova fundou o Arraial com o nome de Conceição do Araguaia, que em seguida, passou à categoria de freguesia e em 14 de abril de 1900, foi elevado à categoria de Vila. Um pouco mais a diante no ano de 1908, o então governador do Pará, Augusto Montenegro, elevou a vila à categoria de cidade para fazer frente às ameaças do estado de Goiás de anexar a área ao seu território. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br>.

Dados extraídos do livro “A Justiça do Lobo”, revelam que: “após a chegada dos religiosos Dominicanos, estes “escolheram” os índios mais arredios, os que viviam no interior e com eles começaram o arraial de Conceição do Araguaia. Nesta fundação participavam como

⁴⁵ Os termos “Veias Abertas da América Latina”, foram aqui utilizados como uma alegoria, que faz referência ao livro publicado, em 1971, com o mesmo nome, do escritor uruguaio Eduardo Galeano (1940-2015), onde ele faz referências ao continente, como uma região repleta de mazelas e onde ele buscou analisar o continente desde sua origem.

⁴⁶ Gil Villeneuve, aporuguesado com o nome de Vilanova ou Vila Nova.

primeiros moradores, 500 índios Kaiapó, os frades e alguns caboclos batizados, introduzidos na vida sacramental. Os últimos seriam importantes auxiliares nesta tarefa. Posteriormente chegaram as freiras dominicanas para cuidarem da educação das meninas indígenas, criando o educandário Santa Rosa”. (FIGUEIRA, 1986, p. 15).

A população cresceu a olhos vistos, primeiro pela introdução da agricultura de subsistência estimulada pelos frades e em seguida, pelo “surto” do caucho*² (matéria-prima da borracha), que neste local encontrava-se em abundância, sendo ali, portanto, uma riquíssima zona de borracha, principal meio de arrecadação e à época, a maior fonte de receitas dessa parte do território nacional.

Bem valorizada nas bolsas internacionais em função da crescente demanda mundial decorrente do crescimento da indústria automobilística no restante do planeta e com o preço do produto alcançando níveis muito compensadores, intensificou-se ali um fluxo migratório de tal natureza, que no ano de 1911, a população local já alcançava o número expressivo de 11.000 habitantes.

Paralelamente ao crescimento demográfico e da evolução política do lugar, a religiosidade através da Igreja Católica, também evoluía e se instrumentalizava, assim sendo, em 10 de junho de 1911, por um decreto assinado por Pio X⁴⁷ (02/06/1835 – 20/08/1914), a localidade foi transformada em sede de uma nova Prelazia: a da Santíssima Conceição do Araguaia. (FIGUEIRA, 1986, p. 16).

Como fica fácil perceber, as ligações da Igreja Católica com a localidade do bico do papagaio e imediações são longevas. Como longevos também, são as histórias de conflitos armados, emboscadas, saques, assassinatos, balas e sangue, ou seja, o conflito do Cajueiro, não foi o primeiro e tampouco o último a acontecer naquela faixa de terra, entretanto, foi por consequência de dele, que os atores envolvidos protagonizaram as páginas de jornais, as pautas e redações de meios de comunicação, que ultrapassaram as fronteiras do Araguaia e são até hoje, instrumentos de pesquisas e discussões acadêmicas, de como podemos buscar melhorar as condições dos moradores que trabalham e dão vida, fazendo girar a ciranda econômica tão permeada de discórdia, nas relações de capital e trabalho dos invisibilizados nas terras por vezes esquecidas e excluídas do contrato social do sudeste do Pará, e dos interiores do Brasil.

Dadas as distâncias e as dificuldades de acesso, da inexistência de rotas terrestres entre a região do Araguaia e a capital Belém, os tempos ali eram difíceis. Bandos armados se impunham pela força, saqueavam casas e cidades, maltratando pessoas e deixando rastros de

⁴⁷ Pio X, nascido Giuseppe Melchiorre Sarto, conhecido como o “Papa da Eucaristia”.

mortes por onde se instalavam. No ano de 1909, há um registro de que a Vila fora invadida por homens comandados pelo “coronel” Leão Lêda, eles vinham do Maranhão, depois de ensanguentarem Boa Vista (atual Tocantinópolis) e Pedro Afonso, em Goiás. Os padres solicitaram reforços armados de Barreira de Sant’Ana e dos campos. Cerca de 1.200 populares armados reagiram e depois de cerrado tiroteio, com um saldo de nove jagunços mortos e treze presos, livraram a cidade dos invasores, então no dia 9 de março, negociaram a retirada dos demais. Por conta do ocorrido, neste mesmo ano instalaram-se em Conceição um juiz e 80 praças, sob o comando de um capitão. (FIGUEIRA,1986, p. 16).

O processo de “domesticação” que os religiosos impuseram aos índios os tornou vulneráveis a toda a sorte de trabalhos, os mais inumanos possíveis. Feitos de escravos por longos meses e expostos a doenças que facilmente os aniquilava, eles sofreram um verdadeiro morticínio, (consequência do desconhecimento deles para tais enfermidades), dessa forma, eles se tornaram muito vulneráveis e não conseguiram resistir, porque a desintegração cultural e social a que foram submetidos, os impedia de se organizarem e conseqüentemente se defenderem. (FIGUEIRA, 1986, p. 17).

Inspirados pela coragem de seu irmão de outrora, o frei, Bartolomeu de las Casas⁴⁸, a igreja se sente então no dever de zelar pelos indígenas. Como a prelazia era possuidora do único hospital, do único médico (uma freira dominicana), e praticamente detém o controle político local⁴⁹, ela começa a interceder pelos habitantes primitivos e tem sua autoridade reconhecida, inclusive em registros de discursos de políticos locais da época, que se dirigiam o Bispo Diocesano como “a primeira autoridade do município”, assim, portanto, podemos identificar a Igreja Católica, como uma autoridade não somente eclesial, mas principalmente, como uma autoridade política, nas questões que envolvem os direitos humanos dos moradores da região do Araguaia.

No livro paradigmático intitulado “O confronto em Eldorado dos Carajás”, Campos (2016), esclarece que:

[...] na Amazônia, a igreja tem sido condenada, com alguma razão, por exercer tutela política sobre índios e grupos camponeses. Ainda assim, em muitas áreas do país, incluindo a do Programa Carajás, as CEB’S (comunidades eclesiais de bases), tem sido de importância crucial não só para gerar uma maior conscientização entre grupos de agricultores ameaçados, mas, talvez, ainda mais importante, criar autoconfiança necessária como base de ação coletiva em busca de justiça social. (CAMPOS, 2016, p. 34).

⁴⁸ Bartolomeu de las Casas foi um frade dominicano espanhol, cronista, teólogo, bispo de Chiapas e grande defensor dos índios. É considerado o primeiro sacerdote ordenado na América. (Wikipédia)

⁴⁹ O Bispo era considerado a primeira autoridade do local, segundo o livro “A Justiça do Lobo”

Como podemos entender. A rotina de muitos lugares da Amazônia, e os casos de Conceição do Araguaia e dos municípios oriundos dos consequentes desmembramentos de seu território, (dentre os quais São Geraldo do Araguaia, onde se situa a localidade do Cajueiro), estão intimamente ligados à presença de religiosos,⁵⁰ e das capilaridades da instituição Igreja Católica, notados pela existência de órgãos como: a CNBB, e seus sub órgãos, tais como a Comissão Pastoral da Terra – CPT, criada em 1975, e do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, criado em 1972, que desempenharam um papel fundamental na divulgação da luta pela terra e da resultante violência rural, e que, assim, portanto, tiveram e ainda tem, uma importância ímpar na existência, na estruturação política, e nas histórias e memórias desses lugares.

3.2 Sob a cátedra católica nascem: o sindicato e a CPT

A Igreja Católica teve grande influência na formação do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR). Informações encontradas nos arquivos e exemplares de “caderno de Crônicas dos Dominicanos”, relatadas no livro “A justiça do lobo”, dão conta de que antes das instalações dessas instituições, “em maio de 1962, “Padre Ribamar, começa um movimento novo na cidade: procura agrupar os lavradores da região em um sindicato, a fim de proteger contra os ‘tubarões’ de terras que invadem o território, com seu dinheiro comprando tudo, até as consciências”. “Para tal fim, o Pe. Ribamar, viaja até Goiânia com o fito de registrar o sindicato”. No dia 24 de maio de 1963, o engenheiro agrônomo Otto Vergara, a serviço do Movimento de Educação de Base – MEB palestrou aos trabalhadores, explicando-lhes sobre a importância da existência e, sobre o que eram as entidades, sindicato e cooperativa. (FIGUEIRA, 1986, p. 24, 58-59).

No dia seguinte à fala do agrônomo Otto, houve nova reunião e ali se decidiu pela união dos trabalhadores nas representações de um sindicato e de uma cooperativa, para viabilizar o escoamento dos produtos da lavoura e que, ainda segundo notas do mesmo informativo, “isto marca certamente o início de uma nova era para Conceição. Um povo individualista e disperso se une para formar uma grande comunidade. Bem parece que está finda a era do garimpo e começa agora a era mais estável da lavoura e trabalho construtivo, estável e honesto”. (Caderno de Crônicas dos dominicanos, 26 de maio de 1963). (FIGUEIRA, 1986, p. 59).

⁵⁰ Especialmente de religiosos de ordens francesas, como foram os fundadores da cidade e dos padres Aristides Camio e François Gouriou, que protagonizaram os fatos que nos dedicamos a pesquisar e expor as nossas conclusões nessa dissertação.

Apesar dos esforços coordenados entre a igreja católica e alguns cidadãos mais dedicados às causas dos trabalhadores, o sindicato não conseguiu ser registrado, somente alguns anos depois em 1971, foi eleita uma diretoria provisória, que foi desfeita na primeira assembleia de prestação contas, pois ela não conseguiu convencer os associados de que as receitas do sindicato haviam sido gastas com pagamentos de dentistas, já que estes atendiam gratuitamente, segundo os próprios puderam afirmar nas apurações feitas pelos interessados.

No mesmo ano, a Igreja contou com o apoio do advogado Paulo Botelho de Almeida Prado, um paulista recém-chegado de Jaú para gerenciar uma fazenda em Conceição. Homem que se fez notar por sua sensibilidade às causas dos assalariados, e tido como uma pessoa de percebida retidão, ele logo abandonou a função de gerente da fazenda e se pôs a defender os trabalhadores, que eram em sua visão, injustiçados pelos fazendeiros, dessa forma, deu segmento à demanda da igreja de ajudar a organizar esses trabalhadores, contando então com o apoio de mais 213 lavradores, conseguiram realizar uma assembleia no Colégio Santa Rosa e a partir dali, fundarem a Associação dos Trabalhadores Rurais, onde para cumprimento da primeira gestão foram eleitos como presidente, o senhor Pedro Duarte, o senhor João Cunha como tesoureiro e o combativo José Basílio Siqueira, o Doza, como secretário. (FIGUEIRA, 1986, p. 59).

O clima estava muito tenso e a Igreja, através de sua rádio comunitária local, denunciava os desmandos ocorridos com frequência por parte dos funcionários da Fazenda Bradesco contra os trabalhadores rurais. O Sr. Paulo Almeida, logo após a fundação da Associação, foi convocado à casa do responsável pela fazenda, o Sr. Aigo H. Pylle, sobrinho do banqueiro Amador Aguiar, e ali foi ameaçado de morte, ouviu daquele homem que a ameaça se concretizaria se ele porventura ousasse defender algum “peão” contra o Bradesco. “Indefeso, porém corajoso, o advogado deu as costas e retirou-se, fato este que ao ser levado ao conhecimento dos demais diretores, ocasionou as renúncias do presidente e do tesoureiro”. (FIGUEIRA, 1986, p. 60).

Os lavradores, contudo, não se intimidaram e em outra assembleia, elegeram e empossaram uma nova diretoria e o fizeram mesmo sem ter recursos para sequer estabelecerem uma sede, foi quando o monsenhor, Augusto Dias de Brito, lhes cedeu gratuitamente as dependências necessárias para o funcionamento da associação por quase um ano. Em junho de 1972, aquela Associação foi transformada em Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia e dois anos depois, em 14 de junho de 1974, o Sindicato é finalmente reconhecido pelo Ministério do Trabalho. (FIGUEIRA, 1986, p. 60).

Formalmente estatuído o sindicato, houve então uma eleição com apenas uma chapa inscrita. Foram eleitos José Alves de Paula, Djacir Maranhão Silva e Alexandre Ferreira de Barros. Entretanto em 1975, houve uma eleição complementar e nelas foram eleitos Guilherme Pereira dos Santos, como novo secretário e Raimundo Torres como novo tesoureiro, estes após eleitos se uniram e convocaram uma tumultuada assembleia geral onde acusaram Djacir de irregularidades, e com o auxílio do advogado Sérgio Dias Guimarães, Djacir foi destituído, para substituí-lo foi nomeado o Sr. Bertoldo Siqueira de Lira, interventor que se perpetuou na direção do sindicato, com o apoio e servindo aos anseios dos fazendeiros e grileiros da região, ele passou então a tratar a Igreja, seus membros, colaboradores e o clero, como seus ferrenhos antagonistas. (FIGUEIRA, 1986, p. 61).

Com a presidência do STR nas mãos de um aliado dos fazendeiros e grileiros, (os mesmos que precarizavam ao máximo as condições de trabalho dos lavradores), que em função dos lucros, dificultavam ao máximo as relações entre senhores e peões, restou aos lavradores, apoiados novamente pela Igreja, mas auxiliados desta feita por profissionais liberais e voluntários ligados à CPT, retomarem o processo de discussão para a formação de uma chapa de oposição à presidência do sindicato. Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, é o nome que surge, como agente pastoral e líder na localidade de São Geraldo do Araguaia. Ele conseguiu aglutinar apoio de trabalhadores de diversas outras localidades e dessa maneira, causar a incerteza da manutenção do aliado Bertoldo à frente da liderança dos trabalhadores. (FIGUEIRA, 1986, p. 60).

A incerteza dos fazendeiros, grileiros e de Bertoldo, se ampliava, pois os trabalhadores enfrentavam sérios problemas com a espera inútil por uma demarcação de terra. Depois de inscritos na lista do INCRA, os poucos que foram contemplados com um lote entre Xinguara e Rio Maria, foram logo em seguida expulsos de maneira violenta ainda no ano de 1979, e mesmo portando carteiras de colonos e dos Títulos Provisórios, tiveram seus pertences queimados por funcionários do INCRA, soldados da PM, oficial de justiça e segundo relatos orais, até um juiz esteve conivente. E por tais prejuízos, os lavradores não receberam qualquer indenização. (CHINEM, 1983, p. 30).

Para que se possa entender, após todas as ocorrências, o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais, saiu em defesa dos agressores e ainda se ofereceu como testemunha de acusação contra seus próprios associados, o que causou indignação extrema na categoria. No mesmo ano, haveria uma assembleia geral na sede do sindicato em Conceição. O delegado sindical de Rio Maria acompanhado de alguns sindicalizados, fretaram um caminhão e se encaminharam para o local, distante 200 km por estradas de terras recheadas de atoleiros,

assustado com as presenças, o presidente cancelou a assembleia, o que causou confusão e agressão de colonos por parte dos funcionários do sindicato. Este fato, adicionado ao temor pela candidatura de Gringo, motivou a mobilização dos fazendeiros e grileiros. (FIGUEIRA, 1986, p. 61-62).

Desta feita, porém, mais do que de costume, houve um envolvimento mais incisivo dos órgãos de governo, que empenhados na política de fomento de incentivos financeiros para implementação de grandes projetos de investimentos de grupos de capital nacional e estrangeiros, não viam com bons olhos a permanência dos trabalhadores nas áreas outrora a eles prometida desde a época em que muitos chegara como “soldados da borracha”, mas que a estas alturas, já eram percebidas como um alvo em potencial em um grande projeto de exploração e internacionalização dos recursos e riquezas daquela parte da floresta amazônica, pois o “[...] Programa Grande Carajás e o Programa de Mobilização Energética são os dois principais projetos de desenvolvimento do país no limiar da década de 1980 [...]”. (CHINEM, 1983, p. 93).

A eleição do sindicato de Conceição do Araguaia, que seria realizada em junho de 1980, potencializou uma disputa muito acirrada e que como de costume nas terras do sul e sudeste do Pará, foram manchadas por sangue. No mês de maio, mais precisamente no dia 29, numa viagem de retorno de São Paulo, Gringo foi sequestrado e assassinado na saída da cidade de Araguaína, à época pertencente ao estado de Goiás, menos de um mês antes da eleição, o que causou um impacto negativo na oposição, pois o fato amedrontou muitos trabalhadores, temerosos por terem o mesmo fim e ainda mais. Pelo fato de o autodeclarado assassino, José Antônio, filho adotivo de Fernão Leitão Dinis, (morto pouco tempo antes em um confronto com posseiros na região de São Geraldo), não ter sido preso e tampouco importunado por isso. (FIGUEIRA, 1986, p. 63).

A eleição aconteceu, a chapa 2 venceu, porém, não havendo quórum, ela foi invalidada, devendo então ser realizada uma outra em um prazo de 15 dias, o que não aconteceu, e assim, a diretoria, somente convocou uma nova eleição, para onze meses depois, em maio de 1981, prazo suficiente para refazer as estratégias e “aparelhar” o sindicato, com serviços médicos e dentários gratuitos, além de outras “ferramentas” de persuasão e indução dos trabalhadores para votarem na chapa da situação, ou seja, a chapa 1.

A chapa 1 agora, passará a contar com o apoio indistigado dos órgãos de governo, e das forças policiais. Também serão executadas algumas manobras, como a quitação de mensalidades sindicais, promessas de títulos de terras, carteiras de garimpeiros, e a mais invasiva de todas. A intervenção direta de um personagem, que além de conhecido, era

mistificado na região. Desta feita, o “cabo eleitoral” da chapa situacionista, era ninguém menos que o “major Curió”. (FIGUEIRA, 1986, p. 65).

Sebastião Rodrigues de Moura,⁵¹ conhecido cumpridor de tarefas do regime militar e a representação viva do Serviço Nacional de Informação, (o temido SNI), viera com a missão de manter as coisas como estavam e mais, de desmobilizar e desacreditar o trabalho desenvolvido pela Igreja Católica e seus membros nas terras do “Bico do Papagaio”, o exterminador da Guerrilha do Araguaia viria calar o “clero comunista”, “que insistia em organizar os trabalhadores para uma revolução anticapitalista”, pelo menos era o que pregavam, ele, e seus comandados.

Com a data da próxima eleição marcada, Curió, pôs-se a articular a manutenção da direção sindical sob o controle da situação. Para alcançar seu objetivo, lançou mão de todas as possibilidades de que dispunha e das boas relações que mantinha com os fazendeiros e grileiros locais, os quais, seriam imediatamente beneficiados se tudo ocorresse como planejado e que exatamente por esses motivos, eram simpatizantes do regime, do qual ele não somente fazia parte, como o representava com razoável influência naquela região.

Além disso, também não se pode deixar de entender, que ele fora designado para cumprir mais uma “missão” e essa missão, tinha um claro e estabelecido objetivo, dentro de um planejamento maior na política de alianças entre a militarização da Amazônia e o seu atrelamento aos investimentos empresariais, que visavam os lucros, em contrafluxo aos interesses de milhares de trabalhadores, que pleiteavam apenas por um pedaço de terra para suas subsistências e manutenções de suas famílias.

Portanto, há de se perceber que a eleição do STR de Conceição do Araguaia, não era uma mera formalidade burocrática, para o programa de militarização da Amazônia, outros interesses estavam presentes, mesmo que estes se encontrassem, disfarçados nas entrelinhas:

[...] Em julgamento estava a visível tendência do regime militar em favorecer as grandes empresas capitalistas em detrimento dos pequenos agricultores, e em apoiar empresas de colonização orientadas para o lucro, em vez de programas financiados pelo Estado, com o objetivo de distribuir lotes agrícolas para a população carente e sem terra do Brasil [...] (SCHMINK; WOOD, 2012, p. 265).

⁵¹ Curió começou a aparecer na região do Baixo Araguaia no segundo semestre de 1973. Ele se apresentava no Brejo Grande e na região da OP-3 como comprador de terra. Nunca andava sozinho. Encostava em todas as casas, até então muito espalhadas, utilizando a picada da futura OP-3. Foi no dia 7 de outubro de 1973 que ele foi conhecido como sendo do Exército, pois foi visto de farda, acompanhando as turmas do Exército, indo atrás do “povo da mata”. Quando se iniciou a última fase da repressão contra a guerrilha do Araguaia, Curió era conhecido como o “mandão”. (CHINEM, 1983, p. 71-72).

Ou seja, a missão de Curió era a de defender os interesses dos militares, que por sua vez, em um desdobramento ampliado, defendiam os interesses dos grandes investidores, e para que se atingisse tal intento, não seriam pessoas pobres, associadas em um sindicato de lavradores nos confins da Amazônia, que iriam causar “atropelos”, para aquela “empreitada progressista civil/militar”, afinal de contas, para ele (um homem de direita, como o próprio costuma até os dias atuais reconhecer), o homem que comandou a “Operação Sucuri”⁵², e esfacelou os anseios dos jovens guerrilheiros do Araguaia, precisaria, “somente”, apascentar os trabalhadores e “engessar” as ações de uns padres estrangeiros, a quem ele logo elegeu como alvos, e imediatamente, passou a atacar e tentar desacreditar, por meio de campanhas difamatórias, de desintegração moral, e de intimidações.

Padre Aristides, foi para ele, o adversário que ele não contava, e a medição de forças durante eleição do sindicato, o fez nutrir por este padre, um grande sentimento de revanche, que segundo relatos do Padre Ricardo Rezende em entrevista via Google meets a este pesquisador, ajudou a desencadear todo o movimento de prisão, julgamento e condenação dos padres. Em contrapartida, provocou também, o levante da Igreja e as mobilizações populares contrárias, no Araguaia, na capital Belém, e no restante do Brasil, se espalhando pelo mundo. Estes fatos formaram o conjunto dos dispositivos, que fugiram aos planejamentos do regime, e de seu preposto, o estrategista Curió. (Padre Ricardo Rezende, em entrevista oral a este pesquisador, via Google meets, em 10 de março de 2021).

Mobilizando tudo o que estivera ao seu alcance, usando o aparato do exército e contando com o apoio da Polícia Federal (que fechou até mesmo a emissora de rádio da Igreja, que funcionava desde 1962), deu início à sua ofensiva. Como podemos observar nesse trecho de *A Justiça do Lobo*:

O Curió, no dia da eleição, percorreu todos os locais onde havia urna. Ameaçava os lavradores e lhes fazia promessas. Foi até São Geraldo e buscou os padres Aristides e Francisco. Dentro da casa paroquial iniciou um diálogo difícil. Explicava aos sacerdotes que vinha constrangido fazer campanha para o Bertoldo. Que foi mandado. ‘os homens’ exigiam que ele provasse sua influência, sua capacidade de convencimento, justamente ali onde havia investido tanto dinheiro público, tinha jogado tantos soldados etc. Os padres precisavam auxiliá-lo, pedia com insistência. (FIGUEIRA, 1986, p. 65).

⁵² A Operação planejada em 1973, em uma nova ofensiva do Exército contra os guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil – Pc do B. Idealizada no Centro de Informações do Exército (CIE), e a novidade era o uso de métodos de disfarces similares aos que os militantes do partido usavam para se instalar na região. Disponível em: <https://www.arquivoadaditadura.com.br>.

“Aristides foi breve: ‘Nós não apoiamos a chapa 1 e os trabalhadores não são crianças e não precisam de intermediários. Vá e converse com eles’”. (FIGUEIRA, 1986, p. 65).

3.3 A Chegada dos Padres Franceses (Quem é esse peregrino?)

*Quem é esse viajante?
 Quem é esse menestrel?
 Que espelha esperança,
 e transforma sal em mel.
 Quem é esse saltimbanco,
 falando em rebelião?
 Como quem fala de amores
 para a moça no portão.
 Quem é esse que penetra
 no fundo do Pantanal?
 Como quem vai manhãzinha,
 buscar frutas no quintal.
 Quem é esse que conhece,
 Alagoas e Gerais?
 e fala a língua do povo
 como ninguém fala mais,
 Quem é esse?
**De quem essa ira santa?
 essa saúde civil?**
**Que tocando na ferida,
 redescobre o Brasil.**
 Quem é esse peregrino
 que caminha sem parar?
 Quem é esse meu poeta,
 Que ninguém pode calar?
 Quem é esse?*

Menestrel das Alagoas (Milton Nascimento e Fernando Brant).

A canção que se tornou atemporal, “Coração de Estudante”, composta na década de 1980, e imortalizada na voz da cantora paraense, Fafá de Belém, que se tornou o hino, nas ruas, dos eventos promovidos pela campanha das “diretas já”, em 1984, é mencionada aqui por motivos óbvios. Embora lançada após a prisão dos padres e posseiros (fora lançada em 1983), ela fez parte do cancionário, e também, das memórias dos brasileiros, especialmente dos paraenses, e dos demais moradores da região norte, que viveram a efervescência do MLPA, e após o encerramento do julgamento e das sentenças, os eventos consequentes de seus desdobramentos.

Alguns de seus versos, ouvidos através das repetidas execuções radiofônicas, podem servir como tema, ou mesmo, como pano de fundo, para o desenvolvimento das diversas histórias vividas, durante as estadas na Amazônia, dos padres peregrinos franceses, da Ordem das Missões Estrangeiras de Paris (perseguidos pela ditadura e pelos tarefeiros dela), Aristides Camio e François Gouriou.

Os peregrinos, que nascidos europeus, chegaram expulsos do Laos⁵³, país asiático (vizinho do Vietnã), localizado numa região de antigas e fortes influências francesas, chamada de Indochina, e que vivia também, naquela época, sob uma ditadura comandada por militares, e que essas coincidências (viver sob um regime ditatorial e totalitário nas décadas de 1970 e 1980), serão para nós pesquisadores, e para quem se dispuser a ler esta dissertação, cruciais, para dar início às contradições⁵⁴ apresentadas sobre esses personagens, durante suas estadas por nossas terras. Digo início das contradições, pois foi exatamente se utilizando dessa pecha (de serem comunistas), e amparados, pela Lei de Segurança Nacional, e, pela Lei dos Estrangeiros, que se deram grande parte das acusações a eles impingidas, pelos militares brasileiros, e que também, sob esse mesmo fraco argumento, é que se buscou desacreditar e desmerecer todas as tentativas de atribuir a eles, alguma qualidade ou virtude moral, que os legitimassem para o desenvolvimento do sacerdócio em nosso país.

Padre Aristides Camio, aos 36 anos, um de nossos peregrinos, desembarcou no Brasil no ano de 1977, e em dezembro desse mesmo ano, chegou à Prelazia de Conceição do Araguaia, em companhia de outro padre, Clemente Montagne. Ambos pertenciam às Missões Estrangeiras de Paris e sondavam a possibilidade de trabalhar naquela área. Foram de imediato, vistos com desconfiança, pois haviam sido expulsos de um país que, do pouco que se sabia, era que fazia fronteira com o vizinho Vietnã, e assim como o vizinho mais conhecido, também vivera naquele momento, uma guerra civil, isto somado ao fato de terem sido expulsos de um país, que embora pouco se soubesse sobre, era um país, e que “expulsara” aquelas pessoas! O que se tornava mais do que o suficiente, para motivar sobre eles, as devidas reservas.

Durante um retiro do clero em Goiás, membros do MEB e padres da prelaia de Conceição do Araguaia, discutiram a aceitação ou não dos recém-chegados. Depois de serem aceitos, logo em seguida, no ano de 1978, chegaram mais dois padres, também franceses, e que também haviam sido expulsos do Laos. François, ou Francisco Gouriou, e Miguel Le Moal. Vinham do Rio de Janeiro, onde tinham passado por um breve período de aprendizado do idioma. François (que a partir desse ponto do texto será identificado como Chico) e Clemente, foram deslocados para Xinguara, lugar de muitas tensões por contar com um número muito grande de retirantes de várias partes do país e de diferentes lugares.

⁵³ País asiático da Indochina Francesa, que vivia uma ditadura comunista sob o comando dos guerrilheiros nacionalistas do Pathet Lao*, vertente que saíra vencedora na guerra civil ocorrida nesse país desde 1959. (Wikipédia).

*Pathet Lao: foi um movimento político, nacionalista e comunista organizado no Laos e formado no meio do século XX. A organização assumiu o poder no país após uma guerra civil, que durou dos anos 50 até 1975. (Wikipédia).

⁵⁴ Apenas seis anos após se tornar independente da França.

Aristides e Miguel são enviados para São Geraldo, situado no lado oposto do rio Araguaia, exatamente à frente de Xambioá (onde a Guerrilha do Araguaia, deixou não somente muitas de suas memórias gravadas na população ali residente, mas também às lembranças de experiências dolorosas do *modus operandi* de como o exército lidava com as pessoas, num passado muito recente, quando contrariado em seus objetivos)⁵⁵, ali tiveram uma recepção fria, haja vista o exército já ter incutido ao povo residente, duas máximas: “padre estrangeiro não é padre” e “padre vindo do Pará (embora ali fosse território paraense) não é padre”. Ou seja, eles vinham do Pará e eram estrangeiros, segundo a “bula” ditada pelos militares, esses peregrinos poderiam ser qualquer coisa, menos padres, portanto para a população local que até ali, não conhecia os que viriam a ser num futuro muito próximo, dois dos principais protagonistas do MLPA, pairavam além das dúvidas e do receio, a pergunta, “quem é esse peregrino”?

Superar as desconfianças seria a primeira barreira. Seguir o que está escrito na Bíblia, no evangelho de Marcos 16:15, onde se lê: “[...] e disse-lhes: ide por todo o mundo, pregai o evangelho a toda criatura”, seria então o próximo passo. Desta forma, padre Aristides, partia para os campos, para o início de sua árdua tarefa, já que segundo (CAMPOS FILHO, 2012, p. 201): “O sul do Pará, a partir da época da Guerrilha, recebeu uma atenção redobrada do governo militar. A repercussão internacional do acontecimento guerrilheiro [...]”, deixou arranhada a imagem das forças armadas; o temor de que o movimento não tivesse sido extirpado por completo gerou uma paranoia entre os militares, em relação à população da região, e mais, outro obstáculo que se podia perfeitamente perceber, ainda segundo (CAMPOS FILHO, 2012), era que:

A neurose criada pela guerrilha transformou em suspeitos principais os religiosos missionários que atuavam na região, desde o ano que se iniciou a Guerrilha, alguns deles de origem estrangeira, que chamavam a atenção até por suas características físicas, bem diferentes das do povo paraense. (CAMPOS FILHO, 2012, p. 202).

A tez, somadas a outras características flagrantes nos biótipos europeus, facilitavam suas identificações, o que conseqüentemente se transformava em mais um elemento de medo e distanciamento para aquele povo, dificultando a tarefa de evangelizar, que era o motivo da estada daqueles estrangeiros peregrinos nas terras do Araguaia.

Assim sendo, evangelizar naquela região, necessitava antes de tudo, uma incursão em busca de um rebanho. Pessoas que viviam sob fortes tensões e litígios. Que se encontravam

⁵⁵ Muitos textos e relatos, coletados através de entrevistas com pessoas que habitaram e habitam a região, dão conta de que a pressão dos homens do Exército, sobre as pessoas moradoras do lugar, era apavorante. ou se colaborava com as forças do sistema, ou passava-se a ser mapeado como inimigo ou mesmo, como colaborador do inimigo.

espalhadas por vários povoados e áreas de terras, situadas numa porção do mapa do Brasil, que ainda carregava consigo, as sombras de um tempo muito nebuloso da história recente do país.

Apesar de toda a repercussão e de toda a logística belicista, que o governo ditatorial lhe dedicara durante o tempo da guerrilha, a região do bico do papagaio, continuava sendo uma região muito pobre, isolada nos confins da Amazônia e privada das atividades mais elementares de estrutura e assistência aos seus moradores. Onde a presença do estado só se fazia perceber, pela manutenção ali, das forças de segurança e que estas, geralmente, serviam tão somente para a manutenção unilateral e torpe, da defesa de um direito, o de propriedade. Direito esse, que além de ser excludente, invisibilizava os lavradores e posseiros, era seletivista e voltado apenas para a defesa dos interesses dos possuidores de latifúndios, dos grandes investimentos e dos fazendeiros.

As viagens pelos interiores da circunscrição que compunham a prelazia de Conceição do Araguaia, se iniciaram por Itaipavas, onde souberam que o lugar, fora objeto de disputas e onde houvera poucos anos antes, em 1976, um despejo atribulado de 42 famílias. Nesta ocasião, houve discórdia e resistência por parte dos posseiros, e que por conta disso, a Polícia Militar foi acionada e fez ali uma incursão, onde responsabilizou e tentou prender Raimundo Lima, o Gringo, o que só não aconteceu, graças às intervenções de Dom Estêvão e do frei Henrique Marques, que acompanhados por um advogado, o “Doutor” Sérgio Dias Guimarães, (que depois inverterá de posição e passará a defender os interesses dos latifundiários), se deslocaram para lá com o objetivo de evitar a prisão. (FIGUEIRA, 1986, p. 32).

Depois, visitaram também Boa Vista e Perdidos, onde também no ano de 1976, houve diversos incidentes entre os posseiros e um “grileiro” conhecido por “Careca”, que alegava manter o controle da região, mediante o pagamento de subornos aos agentes do INCRA. Ele mandou demarcar “suas” terras, avançando sobre as dos posseiros, que segundo os depoimentos registrados no livro: “A Justiça do Lobo”, “Careca”, afirmava ainda, que “chutaria” a todos dali, pois contava com o apoio da Polícia, que já estava mobilizada e que viria junto, para garantir que se realizasse a sua demarcação. (FIGUEIRA, 1986, p. 35).

De fato, a Polícia Militar, para respaldar a demarcação, deslocou para a área, 18 soldados comandados pelo tenente Walmary. Os lavradores comunicaram que iriam resistir caso prosseguisse a demarcação que os prejudicava. Não havendo consenso e respondendo a uma ameaça provocadora da polícia, que os subestimou e entrou na área, ocorreu no local um cerrado tiroteio e por consequência deste, os posseiros mataram dois soldados, Ézio Araújo dos Santos e Claudomiro Rodrigues da Fonseca, além de deixarem feridos, mais dois, conhecidos por Máximo e Rui Silva. (FIGUEIRA, 1986, p. 37).

Este episódio ganhou uma grande repercussão, pois o enterro dos soldados foi transformado num fato político que serviu de palanque para o governador do Pará, Aloísio Chaves (1920-1994), demonstrar o seu total alinhamento ao regime, tanto que o próprio, fez questão, não somente de participar da cerimônia fúnebre, mas de pegar ele mesmo, nas alças dos caixões dos “praças” mortos, além de insinuar com insistência através de declarações aos jornais, que “existiam elementos estranhos”, que insuflaram os lavradores, e externando sua visão elitista que desqualifica a capacidade intelectual dos menos favorecidos, dizia acreditar nisso, “porque por si próprios os lavradores não atirariam”. (FIGUEIRA, 1986, p. 37).

Começava a se desenhar ali, uma tendência para os anos que se seguiriam onde “os elementos estranhos” seriam: os padres, a Igreja Católica⁵⁶, (embora houvesse uma via dupla para essa interpretação, a considerar os laços fraternos, notados e expostos para toda a sociedade paraense, entre os políticos da ditadura e o arcebispo de Belém, Dom Alberto Gaudêncio Ramos), e membros leigos que trabalhavam, militavam e faziam parte da cúria dessa igreja.

Amparados nesse modo de pensar e por consequência dos acontecimentos de Boa Vista e Perdidos, que foi preso, mantido incomunicável, interrogado com capuz e submetido a torturas físicas e psicológicas,⁵⁷ o padre gaúcho de Santo Ângelo, Florentino Maboni, que estava no local com a missão de levar uma mensagem do bispo de Conceição do Araguaia, Dom Estêvão Cardoso de Avelar, aos lavradores, que naquele momento passavam por grande tensão e eram fortemente pressionados a deixarem suas terras, obedecendo aos interesses e ações de empresas, que disputavam com eles, o mesmo pedaço de chão.

⁵⁶ As violências a que os padres católicos passaram a receber por parte das Forças Armadas, tiveram uma espécie de laboratório, no episódio do Padre Florentino Maboni.

⁵⁷ Conforme informações de moradores da região, por nós recebidas através das entrevistas, orais e escritas, a igreja de São Geraldo foi fechada pela repressão que passou a deter a chave da porta. A vila assistiu, atemorizada os fatos. Quem quis rezar foi obrigado a fazê-lo escondido. As famílias queimavam os livros religiosos, de orações e cânticos e escondiam as Bíblias. Um grupo de oração articulou em sigilo suas preces nos quintais. Esse grupo conseguiu algumas vezes manter contato com os presos e lhes passar alimentos. As comunicações eram muito precárias. A distância entre São Geraldo e Conceição, mais de 400 km, dificultava ao bispo e à equipe diocesana se inteirarem dos últimos acontecimentos. Quando soube dos fatos, D. Estêvão e D. Alano Maria Pena, de Marabá, foram para a área, mas conseguiram estar com os presos. Finalmente, no dia 5 de novembro de 1976, os dois bispos concederam uma entrevista ao *Correio do Povo* de Goiânia, que a publicou no dia seguinte, na página 5. Mostraram a irresponsabilidade e omissão de quem deveria arcar com as soluções do conflito. (FIGUEIRA, Ricardo. **A Justiça do lobo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986. p. 45-46).

A transferência do padre Maboni para Belém se deu no dia 12 de novembro do mesmo ano. No dia 17, cinco dias após, *O Correio Brasiliense* e a *Província do Pará* publicaram uma longa entrevista que o padre havia “concedido” ao jornalista Carlos Flexa no dia 9. Não é todo dia que se consegue entrevistar um preso incomunicável, reconhece a revista *VEJA*, no dia 24 de novembro de 1976, na página 63. Ela ainda estranhou o fato do *Correio Brasiliense*, contra as regras do “furo” jornalístico, ter guardado a entrevista nas gavetas por tantos dias. O conteúdo da entrevista foi bastante polêmico e confuso. O sacerdote se apresentou arrependido e fez duras críticas à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), à Igreja local de Conceição do Araguaia e, em especial, a D. Estêvão. É visível que ele concedeu tal entrevista depois de graves coações e distúrbios psicológicos. (Ibid, p. 46).

Percebendo a maneira desigual com que eram tratados os dois lados, a Igreja resolveu se posicionar pelos trabalhadores e decidiu então (como já vinha fazendo desde as tentativas de estruturação, anos antes das cooperativas e do sindicato), que era o momento de apoiá-los, afinal de contas, eram eles, os fiéis que assistiam suas missas e que atendiam aos ensinamentos dos que deveriam ser assistidos, pela nova (considerando a longevidade da Igreja), e emergente corrente católica, da Teologia da Libertação, por isso, seria a opção da igreja, dar o seu apoio a eles, diante de tão notória fragilidade.

Foi por conta dessas viagens aos povoados, que compunham a paróquia onde agora professava seu sacerdócio. Conhecendo as histórias desses lugares e vendo de perto, as realidades as quais estavam submetidos àqueles trabalhadores, (que eram também o público ou a clientela a ser conquistada), foi que Aristides, foi vencendo as primeiras desconfianças e se inteirando com a comunidade. Com carisma e simplicidade, foi adquirindo a confiança daquelas pessoas e gradativamente, foi assumindo uma função de liderança entre os trabalhadores e as autoridades, não somente quando requisitado, mas também deliberadamente, quando se fazia necessária à sua intermediação.

Vencidas as desconfianças, e agora já sob a companhia de Chico Gouriou, os padres peregrinos franceses, começam então a reconquistar a visibilidade, a importância e o respeito, que os pioneiros missionários que fundaram o município recebiam dos antigos moradores locais. O bispo já não era a principal autoridade do lugar, mas eram novamente os representantes da Igreja, investidos de um senso de responsabilidade e obedecendo aos preceitos defendidos pela ala de ações progressistas, lideradas dessa feita pelos teólogos da libertação, quem detinham a autoridade moral (de fato e muitas das vezes de direito, através das intervenções de assessoramentos jurídicos da CPT), outorgada pela comunidade para representá-los nas questões onde havia discórdias e divergências de interesses entre os fazendeiros e os trabalhadores.

3.4 Das igrejas vazias ao Sermão da Discórdia

Para José de Souza Martins, “após o golpe de Estado de 1964 e do estabelecimento da ditadura militar, a Amazônia transformou-se num imenso cenário de ocupação territorial, massiva, violenta e rápida” e ainda segundo ele:

[...] não só os índios da fronteira, foram envolvidos na luta violenta pela terra. Também os camponeses⁵⁸ da região, moradores antigos ou recentemente migrados, foram alcançados pela violência dos grandes proprietários de terra, pelos assassinatos, pelas expulsões, pela destruição de casas e povoados. Entre 1964 e 1985, quase seiscentos camponeses foram assassinados em conflitos na região amazônica, por ordem de proprietários que disputavam com eles o direito à terra. (MARTINS, 1996, p. 26).

Era nesse cenário, que os padres franceses, principalmente Aristides, desenvolveriam suas funções religiosas. Informado do teor das histórias dos constantes conflitos acontecidos recentemente nas áreas onde acabara de conhecer e visitar, e considerando que naquele momento, ele já contava com a confiança (lentamente conquistada) dos trabalhadores, o padre agora, já é reconhecido pela comunidade, como uma pessoa centrada e que tem conhecimento aprofundado “das coisas”, que saberia se impor, para negociar as demandas daquelas pessoas, em condições razoáveis de equiparação com os representantes dos supostos donos das terras. Assim, ele recebe dos trabalhadores, a outorga para representá-los, nas duras e difíceis negociações, com os “patrões”, mas principalmente, representá-los perante as autoridades designadas para arbitrar as discussões em torno dos direitos às terras, “eterno” objeto de discórdias. Litigâncias geralmente muito difíceis de atingirem acordos, que favorecessem de maneira razoável, os dois lados das disputas.

Desde 1976, várias áreas de antigos castanhais, se tornaram objetos de disputas pelas manutenções de suas posses. Em algumas delas, como no lote 7, ou Itaipavas, houve uma sucessão de ordens de despejo e de retorno dos posseiros. As diversas ocupações, como: Sobra de Terra; Caçador; Evandro Mutran; Axixa; Sampaio I e II; Olho D’água; Açaizal; Cumaru e Poço Bonito, esta última de propriedade do banco Bamerindus, foram completamente cercadas por posseiros. Estes, segundo Figueira (1986) no texto: “A Justiça do Lobo”, podemos nos informar que, os lavradores, em 1977, não possuíam sequer 80.000 hectares e, em 1981, com muita resistência conquistaram 250.000. Conquistas de uns e desespero de outros, era o cenário apropriado para mais desentendimentos e tensões. (FIGUEIRA, 1986, p. 69).

⁵⁸ A definição de camponês de pessoa do campo, que trabalha no campo e que é próprio do campo. É geralmente empregada aos camponeses proletários russos, enquanto que as relações dos trabalhadores nos campos do Brasil, geralmente estão ligadas às relações diretas com o capital.

“Há razões para definir “camponês” e há razões para deixar indefinida a palavra, uma figura de linguagem fora do domínio onde residem as criteriosas categorias do conhecimento. Tal decisão jamais é inconsequente, pois este conceito, se aceito como tal, vincula-se ao próprio âmago do pensamento teórico sobre a sociedade global contemporânea e reflete-se em conclusões de imediato interesse político e analítico. SHANIN, T. (2012). A definição de camponês: conceituações e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista. Revista Nera. n.7, p. 1-21.

Figura 3 - Imagem do mapa do polígono dos castanhais



Fonte: Corrêa (2016, p. 88)

Os fazendeiros como forma de manter as terras, passaram a contratar “fiscais de picada”, um eufemismo para pistoleiros. Estes faziam o “serviço” sem aparentes precauções e restrições do ponto de vista da legalidade jurídica. Entretanto a ferramenta usada para intimidar, provocou nos posseiros um sentimento de coesão que os levou a cada vez mais, se organizarem com o intuito de autodefesa e de manutenção das suas duras, lentas e sofridas conquistas. (FIGUEIRA, 1986, p. 69).

Conscientes de que aquelas terras, de direito, não pertenciam aos fazendeiros, os lavradores desta feita já organizados e com um assessoramento jurídico disponibilizado por conta da CPT, já não se deixam afugentar e passam a resistir às ameaças e despejos ilegais. Organizados, resolvem revidar aos ataques de pistoleiros, na mesma “moeda”, ou seja, se eram intimidados por conta das armas de fogo, passaram também, mesmo que de forma precária e desigual (suas armas eram basicamente, artesanais e de caça), a se armarem para não permitirem as invasões, despejos e incêndios de suas casas, práticas recorrentes por parte dos agressores.

No caso específico do Cajueiro, a questão dos trabalhadores, era contra três fazendeiros: Juraci Teixeira, deputado estadual pelo Partido Democrático Social – PDS, de Goiás, José Almeida, fazendeiro mineiro de Juiz de Fora e Evandro Azevedo, dono de castanhais nas circunvizinhanças. Estes homens já haviam antes, com as garantias de seus “fiscais de picadas”, expulsado várias vezes os trabalhadores de seus locais de posses, o INCRA, interviu por

algumas vezes e garantiu, também por algumas vezes, que eles retornassem, mas com a substituição do INCRA⁵⁹ pelo recém-criado GETAT, os problemas recomeçaram, já que este novo órgão, reconhecia apenas 52 famílias como posseiros legítimos, além disso, também passou a considerar as outras famílias que ali se encontravam, como invasores, o que dava aos fazendeiros, um aparente direito sobre as terras em disputa. (FIGUEIRA, 1986, p. 72).

Os fazendeiros alegavam possuir títulos de aforamento concedidos pelo governo do estado, porém, a existência desses títulos lhes permitiriam, se de fato os possuíssem, nada além do que o usufruto dos bens retirados dali, ou seja, a Castanha do Pará e a madeira, já que o aforamento é, sem que se necessite fazer muitos esforços para compreender, um instrumento jurídico muito diferente da titulação de propriedades de terras, assim, fica plausível compreender, que sendo ou não foreiros, esses direitos de propriedades os fazendeiros não possuíam.

Essa indefinição se dava, muito por conta de um desentendimento jurídico entre estado e união, anos atrás⁶⁰, disputa de competências, dificultava a compreensão de quem de fato, ou de direito, tinha poderes jurisdicionais sobre aquelas terras. Porém, essa lacuna legal, favorecia os trabalhadores, pois o GETAT, ao reconhecer os títulos de aforamento dos fazendeiros, caía em uma enorme contradição, já que ele reconhecendo que os títulos outorgados aos fazendeiros pelo governo do estado tinham valores legais, reconhecia também que não lhe caberia aplicar ali, legislações ou quaisquer outros tipos de intermediação, pois se as terras e os títulos eram do estado, a quem caberiam as mediações, intervenções ou aplicações de medidas, era ao ITERPA, órgão estadual criado especificamente para exercer a gestão de terras e arbitrar, quando necessário, dentro do exercício de suas prerrogativas legais, quaisquer decisões sobre contendas e litígios que envolvessem questões fundiárias, nas terras pertencentes, logicamente, ao estado.

⁵⁹ Os tecnocratas em Brasília, especialmente os do Ministério do Planejamento, mal escondiam seu desprezo pela maioria dos funcionários do INCRA, que consideravam idealistas com a cabeça cheia de fantasias, tentando conduzir de forma ineficiente um programa de colonização igualitário, que ia na contramão das prioridades de desenvolvimento do país. Na Amazônia, o INCRA tornou-se motivo de piadas, conhecido como “Instituto que Nada Conseguiu Realizar na Amazônia”. (WOOD; SCHMINK. **Conflitos Sociais e a formação da Amazônia**. p. 126)

⁶⁰ Em 1945, o interventor Magalhães Barata, doou 50 milhões de hectares, à margem esquerda do Araguaia, para a Fundação Brasil Central (FBC), a empresa nada fez nas terras. Em 1961, o Governador Moura Carvalho, revogou e considerou nula essa doação, sem, no entanto, anular judicialmente os registros imobiliários de 35 glebas, que abrangem uma área total de 152.000 hectares. Sobre essa mesma área o Estado expediu títulos provisórios de aforamento, sobrepondo-os aos anteriores, sem fazer com seriedade a discriminação dos lotes, o que provocou uma marafunda, agravada pelo fato de que centenas de famílias se assentaram ali como posseiros antigos. Mais tarde trágicos acontecimentos virão em função dessa irresponsabilidade do poder público. (FIGUEIRA, 1986, p. 20).

Poucos anos depois, o Governo Federal, através do Decreto-Lei nº 1.164 de 1º de abril de 1971, declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais, terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.

Era, portanto, um novo momento e os posseiros, que já tinham conhecimento dessas incompatibilidades entre os governos federal e estadual, ou seja, entre o GETAT e o ITERPA e dessa feita, contando com os aconselhamentos dos padres da prelazia de Conceição e o amparo jurídico da CPT, decidem enfrentar os inimigos e resistir. Já que as soluções para essa disputa deveriam se dar por via judicial, eles não iriam se retirar e tampouco, permitiriam ser retirados de maneira compulsória, já que as decisões do GETAT deveriam ser ignoradas até que uma sentença fosse publicada em favor de uma das partes.

Quando houve a substituição do INCRA pelo GETAT, a expectativa dos posseiros era de um arbitramento dotado do mínimo de imparcialidade, só que não foi isso o que aconteceu. Contrariando as esperanças, o GETAT, se atirou com tudo no impasse em defesa dos fazendeiros e para completar, passou a também ameaçar os lavradores. No mês de julho de 1981, pistoleiros derrubaram alguns barracos demonstrando muita agressividade, com o intuito não somente de intimidar, mas principalmente para mostrarem “serviço”, (o que poderia lhes garantir futuros “contratos”) e cumprirem com “garbo”, a tarefa que lhes foi encomendada. A polícia federal esteve no local, fazendo “vistas grossas” e ignorando os pistoleiros, buscou retirar os trabalhadores. Para tanto e buscando demovê-los de suas determinações, prendeu alguns posseiros.

Atendendo aos pedidos das mulheres dos detidos, Aristides procurou o diretor do GETAT em São Geraldo, o Dr. Carlos Chaves. Alertou-o de que a polícia provocava os lavradores e que por conta dessas provocações, como reação, poderia acontecer ali um conflito ainda maior e com possibilidades de um desfecho trágico. Ele foi ouvido e o executor do GETAT, se solidarizou e agiu para que os detidos fossem libertados. (CHINEM, 1983, p. 48).

As pressões e tensões só aumentavam, no dia 17 de julho, os posseiros representados por João Matias, que se dirigiu ao padre e pediu a Aristides que em sua casa, fosse realizada uma missa. O pedido foi recebido com reservas por dois motivos; primeiro, que o pedido partira de uma área onde havia pessoas (inclusive o próprio João Matias, guia e bate-pau de Curió entre 1972 e 1975), ligadas à repressão à guerrilha, e que até então, não tinham muitas afinidades com os membros da Igreja e o segundo motivo das desconfianças, era o fato de Matias, não ser católico e ainda assim, solicitar uma missa, mesmo sendo ele, conhecido como membro de uma denominação evangélica.

Contornados os receios, a missa foi agendada para o dia 08 de agosto, que por coincidência, era também o dia do aniversário do padre. Informado do fato, o Dr. Carlos Chaves, procurou o padre para demovê-lo daquela viagem, argumentou que o local ficava a 35 Km de distância da sede do município e lhe disse também, que exatamente naquele dia, a polícia

federal entraria no castanhal. O padre se conteve e não repassou a João Matias, a informação de que uma ação da Polícia Federal estava prestes a acontecer, e, que a operação, estava programada para aquele mesmo dia e local em que seria realizada a missa. Mesmo tendo sido alertado, Aristides, acompanhado por Chico, que estava recente na paróquia de São Geraldo, e juntos acharam que deveriam manter a celebração, sob o argumento de que o compromisso da Igreja é com o povo, não com a polícia. Diante da decisão dos padres, o coordenador do GETAT conseguiu segurar a Polícia Federal, que só entraria na área no dia 10 de agosto. (CHINEM, 1983, p. 49).

Os padres chegaram no dia 7 de agosto, véspera da missa e do sermão, que classificamos nesse texto como “o sermão da discórdia”, pelo fato de ele ter sido utilizado pelos advogados aliados do regime, promotores militares e pelos agentes da repressão, para arguir em favor da condenação dos padres, enquadrando-os na Lei de Segurança Nacional, sob a alegação de uma suposta incitação à subversão à ordem vigente do país⁶¹ e ainda, na tentativa de afirmar que documentos das Missões Estrangeiras de Paris – MEP, entidade a qual os padres eram vinculados, tinham ligações com o Partido Comunista do Brasil – PCdoB,⁶² que à época, era inexistente de direito e, portanto, ilegal⁶³.

Na noite que antecedia a missa, aconteceu a reza de um terço, um instrumento litúrgico da religião Católica e na ocasião, foi o padre Chico quem tomou conta do evento, já que na manhã seguinte, mais precisamente às 08:00h, padre Aristides presidiria a missa e seria auxiliado por Chico, que se incumbiria da distribuição dos cadernos de cânticos. Assim, dentro do programado, iniciou-se a celebração com um público em torno de 60 adultos ali reunidos, na ocasião o padre os avisou-os da diligência programada pela Polícia Federal para aquele local. Na homilia, ou como conhecemos no português coloquial, o popular sermão. O padre optou de uma maneira mais didática, pela utilização de parábolas. Que pelo simbolismo, se tornam muito mais acessíveis para as interpretações de diversos públicos, portanto de melhor compreensão e assimilação pelos ouvintes, neste caso, os lavradores.

Falou de modo inflamado como sempre. Disse que sabia da ameaça que mais uma vez rondava os posseiros, dependentes das terras em que viviam e que cultivavam. Que,

⁶¹ Esta frase foi depois proferida por Demócrito Noronha, promotor público, e foi quem fez a leitura da peça acusatória no julgamento dos presos do Araguaia. Cartilha do MLPA, julho de 1982. p. 7.

⁶² Continuação da leitura da peça acusatória por parte da promotoria pública. Cartilha do MLPA, julho de 1982. p. 7.

⁶³ O Partido Comunista do Brasil – PCdoB, só retornaria à legalidade com o final da ditadura militar e a aprovação do chamado “emendão”, pacote de emendas constitucionais que alteraria vários dispositivos da Constituição em vigor, outorgada em 1967. Dois meses após assumir, José Sarney em 1985, aprovou esse pacote. Até então, o PCdoB, existia, na clandestinidade, como uma ala, alocada dentro do PMDB.

como sempre, era preciso enfrentar a ameaça para manter a terra. E que enfrentar a ameaça sozinho era uma loucura, “pois ninguém tem medo de um marimbondos só”. Mas unidos eles seriam respeitados, unidos eles teriam forças: “ninguém toca em um enxame de marimbondos”. Esse exemplo dos marimbondos e uma frase que diria a seguir – segundo a qual eles teriam que mostrar que ali não tinha só Maria, mas José também, e os Josés teriam que lutar, teriam que se unir – seriam a base de sua condenação posterior. Aristides não falou uma única vez em emboscada. Pediu aos posseiros que resistissem valentemente, mas não pregou a emboscada. Nem tiros muito menos. (SILVA, 2005, p. 96-97).

Aristides reportou ao padre Ricardo Rezende, não se recordar “se usou o texto de Lc, 6,46-49 dos “dois alicerces”: onde se lê que: “a comunidade se constrói firmemente sobre o alicerce da palavra de Deus posta em prática”, nesses trechos, são feitas comparações entre a casa que se edificou sobre a rocha e o ímpeto da corrente não pode lhe abalar e casa edificada sobre a areia, sem alicerces, onde a corrente facilmente a derrubou, ou se utilizou o trecho do evangelho de Mc, 4,3-9, que aborda o tema do semeador. “[...] A qualidade da comunidade depende da qualidade dos membros dela (da qualidade da terra) [...]”. Terminada a celebração, padre Chico ainda batizou algumas crianças locais e em seguida ao almoço, às 13 horas, partiram em direção a São Geraldo, onde à noite juntos com alguns paroquianos, comemoraram o aniversário do padre. (FIGUEIRA, 1986, p. 75).

A polícia, que tinha sua operação anunciada para o dia da missa, mas que fora retardada pela ação do coordenador do GETAT, chegou com ameaças e prepotência, apenas no dia 10 de agosto. Matias e cerca de outros 50 homens resolveram que daquela ocasião em diante, seriam os Josés, que defenderiam os seus lares e conseqüentemente suas Marias, e que não seriam mais os marimbondos isolados, que desta feita, iriam se juntar e então, formariam o enxame de marimbondos, ou seja, ali estava decidido que iriam lutar.

No livro “Sentença, padres e posseiros do Araguaia”, Chinem (1983) nos reporta que:

João Matias e Simplício, ex-guias do Exército, são particularmente visados pela Polícia Federal. São tidos como líderes do que se passa na região. Na terça ou quarta-feira, dia 11 ou 12 de agosto, cerca de 50 homens se reúnem na posse de João Matias. Tomam conhecimento da perseguição de que são vítimas João Matias e Simplício e resolvem resistir. (CHINEM, 1983, p. 49).

A comitiva policial estava composta por duas viaturas, dois funcionários do GETAT, três policiais federais e um pistoleiro de nome Luiz Antônio dos Santos, que prestava serviços para o deputado Juraci Teixeira, mas que para dar uma aparente razoabilidade à versão defendida pela Polícia Federal, durante as apurações dos fatos, era apresentado como “gerente de fazenda”. A notícia sobre o confronto foi publicada nos jornais da capital, sem que se quer houvesse tempo hábil para averiguar os fatos (como se pode constatar nas figuras abaixo, no transcurso dos processos e nas narrativas dos órgãos concessionários de imprensa, que antes do

término dos processos, provavelmente para agradar os mantenedores do poder, já tinham definidos os culpados e as vítimas), assim, divulgou-se que uma armadilha preparada por posseiros, teria atacado os agentes públicos, criando portanto, a ideia de que foras da lei, atacaram e mataram um trabalhador, que acompanhava uma comitiva legalmente constituída por agentes do estado, em cumprimento de missão oficial.

A matéria publicada na manhã do dia 14 de agosto de 1981, ou seja, na manhã seguinte ao ocorrido na região do Cajueiro (que como sabemos é distante de Marabá, e conseqüentemente mais distante ainda da capital Belém), foi apresentada com o roteiro de costume, no que tange às notícias chegadas daquela região. A Polícia Federal dava proteção aos técnicos do GETAT, ou seja, fora atacada, uma guarnição da Polícia Federal que cumpria suas atribuições. À primeira vista, era de fato o que seria mantido como discurso, que hoje se pode comprovar, de uma falsa verdade sustentado por militares e as polícias: Federal, Civil e Militar, até a data do julgamento dos presos do Araguaia, a versão sustentada pela ditadura, e que já trazia uma história pronta, foi o grande elemento de discórdia que motivou o levante nas ruas, já que o povo não aceitou aquela versão, e o contra fluxo dessa notícia, foi a força motriz que trouxe à tona, a existência de um movimento democrático dos mais relevantes de nossa história.

Figura 4 - Imagem de fotografia de O Liberal de 14 de agosto de 1981



Fonte: Jornal O Liberal, setor de microfilmagens do CENTUR.

3.5 Tiros e prisões dão origem ao MLPA

Como é plausível compreender, um confronto armado em um entroncamento dentro do castanhal conhecido por Cajueiro, colocou em posições antagônicas, agentes da Polícia Federal e do GETAT de um lado, e do outro, posseiros que eram moradores daquele lugar. Uns, defendendo os interesses de fazendeiros e grileiros, que mesmo não habitando naquelas áreas, desejavam a tutela das terras, para fins de investimentos futuros, já que nelas, os militares brasileiros, cedendo aos anseios financeiros de grupos de capitais internacionais, haviam anunciado a pouco, que pretendiam implementar na mesorregião (onde aquela localidade se encontrava), o megaprojeto de exploração agro mineral conhecido como Projeto Grande Carajás, o PGC, e os outros, defendiam o direito de morar e viver do que conseguissem produzir naquelas mesmas terras.

[...] em 1967, as autoridades brasileiras autorizaram os Estados Unidos a fotografar todo o país através de satélites que possibilitam com absoluta segurança detectar riquezas no solo. Assim sendo, uma grande área correspondente ao Norte de Goiás, Sudeste do Maranhão e Sudeste do Pará comprovou ser uma das mais ricas regiões do globo terrestre.

O Programa Grande Carajás e o Programa de Mobilização Energética são os dois principais projetos de desenvolvimentos do país no limiar da década de 80. Através do Decreto Lei nº 1.813, de 24/11/80, foi instituído um regime de incentivos para os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás, a ser desenvolvido em área ao norte do paralelo 8º de latitude sul e entre os rios Amazonas, Xingu e Parnaíba, abrangendo parte dos Estados do Pará, Goiás e Maranhão [...] (CHINEM, 1983, p. 93).

Com a intenção de manter as terras “limpas” para futuras negociações ou obtenções de financiamentos da SUDAM, INCRA e bancos estatais e privados através das suas carteiras de créditos rurais. Fazendeiros e grileiros de terras nas regiões sul e sudeste do Pará, se apropriavam dos órgãos de segurança e deles faziam uso para conseguirem manter sob seus domínios, vastas áreas de terras na região. Para tanto, faziam o que fosse necessário e abdicavam de quaisquer escrúpulos ou sensibilidades.

O que causou uma preocupação (como é possível encontrar nas fontes por nós utilizadas, dentre elas, livros e jornais da época), muito grande nas pessoas que se inteiraram dos planos de implementação desses projetos, foi exatamente a ausência de alternativas para as populações locais. Em agosto de 1981, exatamente o mês do Conflito do Cajueiro, o jornalista Rivaldo Chinem, revela em seu livro *Sentença*, de 1983, o seguinte trecho:

[...] Marcos Dantas, já havia questionado em agosto de 1981, no Simpósio sobre Alternativas para Carajás, na Câmara e no Senado, que havia no Projeto poucas palavras sobre a população local: ‘Nenhuma palavra sobre a estrutura fundiária local, sobre a forma como se incorporarão ao ‘Carajazão’ posseiros, camponeses, trabalhadores sem terra, catadores de coco e fazendeiros que já moram, trabalham e

tem ou não tem suas propriedades na região. Ao que consta, esses não foram e não são ouvidos. São desapropriados pura e simplesmente, e se caso não estejam satisfeitos que se queixem ao bispo. O que, aliás, exatamente estão fazendo [...] (CHINEM, 1983, p. 99).

Não foi diretamente ao bispo, e sim ao padre, e apagados dos olhos dos governantes, no dia 13 de agosto de 1981, treze posseiros atiraram contra a diligência do GETAT e da Polícia Federal, o local do confronto foi entre as fazendas de Zé Almeida e Juraci Teixeira. A diligência se encontrava no lugar, fazendo a defesa de terras em litígios, sem nenhuma definição judicial, ou seja, estavam fazendo a defesa dos grandes contra os pequenos, já que naquele momento, a preocupação maior daqueles fazendeiros era, como conta Emmanuel Wambergue, ex-coordenador da CPT de Marabá, “a grande luta dos posseiros não era propriamente a dos que já estavam estabelecidos” ele continua: “eram posseiros que ocuparam grandes propriedades, trabalhadores que chegavam pelo funil da Transamazônica e começaram a ocupar as áreas continuando, no primeiro momento, a colonização oficial.” (PEREIRA, 2015, p. 273).

No texto de José de Souza Martins, “O tempo da fronteira”, ele esclarece que “a história do recente deslocamento da fronteira é uma história de destruição. Mas, é também uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança” (MARTINS, 1996, p. 26). Os migrantes que travaram aquela luta. Enfadados de tantas derrotas e humilhações, tentavam se amparar em diversas formas de resistência, inclusive nas palavras de um sermão que os encorajava a resistir, (se queixaram ao padre), em busca de conquistar, pelo menos uma parte de seus sonhos e de terem esperanças.

O sermão da discórdia, como pode ser apreciado em toda a sua essência, não convocava os trabalhadores para a luta armada, mas como resistir ao inimigo que usa com tanta frequência desse artifício? Os números de assassinatos de trabalhadores rurais na Amazônia, tem como características, as dificuldades de serem contabilizados, dados o dinamismo das ocorrências. Aqueles trabalhadores, que poucos meses antes, numa tentativa de conquistar a direção de um sindicato que os representava, tiveram o seu candidato (como já mencionado anteriormente em nosso texto), assassinado de maneira covarde, e acostumados a perderem tudo, desta vez ao perderem tudo novamente, perderam inclusive o medo.

A entrada da Polícia Federal, junto com os agentes do GETAT e principalmente de um pistoleiro, já anunciava que dali se poderia esperar um trágico desfecho. Só o que não estava nos planos da diligência, era que dessa vez, o sangue jorraria do seu lado, haja vista que, derramamento de sangue pelo lado dos lavradores, isso já era “de costume”. O pistoleiro, Luiz Antônio, que não fora ali para uma missão diplomática, foi alvejado de morte, os outros integrantes também saíram feridos. Vale ressaltar, que pelo que podemos averiguar e ouvir de

pessoas⁶⁴ que viveram “*in loco*” aqueles dias, não era esse desfecho que se esperava por parte dos posseiros, tampouco, dos membros da prelazia de Conceição do Araguaia.

Desde o período que antecedia as eleições do STR de São Geraldo, quando o uso da máquina administrativa, sob o comando de Sebastião Curió, foi acionado e mesmo assim, teve um resultado vergonhoso nas urnas. Curió, e alguns membros das forças de segurança locais (policiais federais e militares), nutriam pelo padre Aristides, um desejo muito grande de prendê-lo e retirá-lo do contato com os trabalhadores, pois alegavam que era ele quem os incitava para não se submeterem aos desejos dos fazendeiros.

Em entrevista do padre Ricardo Rezende, através da ferramenta Google Meet, a este pesquisador em 10/03/2021, ele reporta que “a Igreja Católica, era naquele momento, a pedra no caminho” da ditadura, pois os padres e membros da igreja, não poderiam ser destituídos. Destituía-se um delegado, um coordenador, ou mesmo um órgão (como aconteceu no caso de substituição do INCRA pelo GETAT). Podiam: prender, bater, torturar (caso do padre Florentino Maboni), e até mesmo matar (caso de João Bosco Penido Burnier, assassinado por um policial em outubro de 1976), um membro da Igreja⁶⁵, mas não poderiam nomeá-los e muito menos, destituí-los”.

No dia 13 de agosto de 1981, dia do confronto, um emissário de João Matias, chega à sede da paróquia, onde somente se encontrava o padre Chico, já que Aristides estava em “desobriga” pelo interior. Trazia notícias e pedia orientações, padre Chico ao recebê-lo, informou-lhe de que não era prudente enfrentar a polícia e de que não deveriam atirar. Entretanto, antes do mensageiro partir de volta com as orientações do padre, chegam à cidade os feridos, e com eles, o corpo do pistoleiro Luiz Antônio.

A notícia se espalha e ultrapassa as fronteiras de São Geraldo e de maneira extremamente veloz, atinge outros lugares bem distantes, como a capital do estado Belém e a capital do país Brasília. Afinal de contas, agentes do estado haviam sido alvejados por posseiros de terras na região onde, em um passado muito recente, o “fantasma da Guerrilha do Araguaia”

⁶⁴ Das pessoas que viveram *in locu* e que nos deram testemunhos orais, podemos destacar, D. Oneide Lima, viúva do agente de pastoral e líder sindical, assassinado em 1980, Gringo, e o padre Ricardo Rezende, membro da prelazia de Conceição do Araguaia à época dos acontecimentos. Ambos nos concederam entrevistas e estão registrados nos termos de cessão gratuita dos termos de depoimento oral, que estarão expostos nos anexos dessa dissertação.

⁶⁵ O padre João Bosco Penido Burnier, foi assassinado, baleado na nuca, por um policial em 12 de outubro de 1976 quando defendia duas mulheres que eram torturadas em uma delegacia de Ribeirão Cascalheira (MT) em plena ditadura militar (1964-1985). Padre Burnier estava na delegacia ao lado do bispo emérito de São Félix do Araguaia (MT), o espanhol dom Pedro Casaldáliga, que escreveu um livro no qual trata o jesuíta como um mártir. O policial que atirou no padre, nunca foi processado porque o regime considerou o fato um acidente. (Newsletter, CNBB, 20/04/2010). Disponível em: www.cnbb.org.br.

ainda assombrosa, não somente os moradores das localidades próximas, mas também a opinião pública, que fora levada a acreditar que ali, houvera uma imensa batalha, quando de fato, sabemos hoje, que cerca de 70 a 100 estudantes, no máximo, foram combatidos por 20.000 membros das forças armadas do Brasil e que a pesar de tamanha desigualdade, esse contingente estatal, levou 3 anos para se declarar vencedor.

Os jornais da imprensa concessionária trataram de imediato, o caso como uma agressão por parte dos posseiros, contra agentes de segurança do estado, ou seja, já com uma posição definida. A de criminalizar os posseiros, sem nem mesmo antes, averiguar de maneira mais profunda os acontecimentos. Também, fizeram questão de apagar que ali, os agentes subverteram alguns preceitos basilares de suas atribuições, pois, para (CHINEM, 1983), “a segurança não deve ser o privilégio de sistemas, classes e partidos; é uma responsabilidade do Estado a serviço de todos. Por isso, não pode sacrificar direitos fundamentais para garantir interesses particulares”.

Essa tentativa de fomentar a “memória dividida” assim classificada por Giovanni Contini, na sua análise do texto do historiador italiano Alessandro Portelli, sobre “O massacre da Civitella Vai de Chiana”,⁶⁶ onde ele alerta para um deslocamento temporal, que nos permitiu comparar aquelas narrativas, com os fatos ocorridos em São Geraldo, já que a história dos conflitos naquela região, não tem (como quiseram fazer crer as versões apresentadas nesses jornais), início com os atos cometidos pelo poder abusivo dos grileiros, tampouco com os assassinatos de suas vítimas, mas sim, com a reação dos posseiros.

As notícias tem o poder de indução. E não são novidades as tentativas de persuasão da opinião pública, através dos textos jornalísticos, divulgados pelos veículos das imprensas: escritas, faladas e televisionadas. Sabedores disso e com influências muito fortes junto aos “donos”⁶⁷ dos meios de comunicação, os agentes da repressão, trataram de todas as maneiras, de manter a população nutrida de informações que davam a entender que os posseiros, insuflados pelos padres estrangeiros, eram os verdadeiros agressores e os agentes da segurança pública, suas vítimas.

As primeiras notícias que chegaram, ainda via oral, à sede da paróquia de São Geraldo, não eram nada animadoras. Todos ali já sabiam que a repressão seria implacável. E não era surpresa também, que essa era a oportunidade que os militares tanto esperavam para prender o

⁶⁶ O Massacre da Civitella Vai de Chiana, foi um fato ocorrido na Itália, durante a II Grande Guerra Mundial em 29/06/1944, que envolveu pessoas sitiadas em uma vila e soldados alemães. (CONTINI, 1977, p. 2).

⁶⁷ Os veículos de imprensa televisionadas e as rádios, são concessões públicas, de direito, mas os detentores dessas concessões, agem como se fossem seus verdadeiros donos, colocando seus interesses particulares acima das responsabilidades que lhe são imputadas quando dos atos das concessões.

padre Aristides e dessa forma, desarticularem sua liderança, diante daqueles lavradores. Ele próprio tinha essa consciência.

No dia seguinte ao tiroteio chegam a São Geraldo, um helicóptero do Exército, e homens, como reforços para as tropas da Polícia Federal. De imediato, a polícia prendeu 11 desconhecidos lavradores, que não tinham nada a ver com o ocorrido. Foram levados para a sede do GETAT.

O Exército usou de todos os artifícios que podia, “chamou inclusive, velhos guias do tempo da guerrilha para os acompanharem em uma verdadeira “caçada” pelas matas do entorno da cidade, estabeleceu barreiras nas extremidades da cidade e obrigava a todos, que se identificassem em todas as suas locomoções”. (FIGUEIRA, 1986, p. 75).

Buscas eram feitas nas posses de todos os lavradores, suspeitos ou não, o objetivo de encontrar os posseiros, acuados pelo ataque, era questão de ordem e de honra. Esclarecidos de que detiveram, espancaram e como de costume, torturaram algumas pessoas que não tinham responsabilidades nos acontecimentos, continuavam as buscas e receberam reforços de quem, supostamente tinha maior experiência naquele tipo de combate. No dia 18 de agosto, desembarcam os homens do Exército, o “pessoal do Curió”⁶⁸. Vindos de Serra Pelada.

Após a chegada destes homens, a Polícia Federal, retira-se das matas, permanece apenas dentro das instalações do GETAT e libera os guias para que voltassem para suas casas. A partir dali, as buscas nos campos e roças, era por conta dos soldados do Exército, em especial, o pessoal do Curió, que não apenas conheciam melhor a região, mas contavam com um elemento de persuasão muito atrativo, as carteiras de garimpeiros de Serra Pelada, objeto muito cobiçado naquele momento, onde a serra vizinha ganhava fama “aos quatro ventos” de que, tanto ouro que dali se poderia retirar, que a famigerada “dívida externa do Brasil” seria finalmente paga.

Ampliadas as pressões e buscas, os posseiros, enviaram até a casa paroquial um emissário conhecido por José “Mingal”⁶⁹, este procurou por Aristides. Encontrou o motorista da igreja, conhecido por “Palito”, que o levou até o 2º Batalhão de Engenharia e Construção, conhecido por 2º BEC, de lá o “mingal” conduziu os soldados do Exército, junto com alguns homens do “pessoal do Curió”, até a sua casa na região do Mutum, onde se encontravam João Matias e outros cinco posseiros, que sem oferecerem resistências, se entregaram e em seguida foram levados, ainda livres, mas com as armas que possuíam nas mãos, à sede do GETAT.

⁶⁸ O “pessoal do Curió”, formaria um grupo denominado de “Coordenadoria do Acampamento”.

⁶⁹ A grafia do verbete “mingal” obedece o texto do livro A justiça do lobo.

Aos poucos, como se costuma falar nos ditados populares, “um por um”, os envolvidos no confronto do dia 13 no Cajueiro, foram se entregando. No dia 23 de agosto, o padre Aristides tentou em vão visitar os posseiros em suas detenções. Não houve êxito em sua tentativa, entretanto, Eugênia Matias Silva, a “Preta”, filha do João Matias, pode visitá-lo e reportar aos demais, que o estado de saúde pai não inspirava muitas alegrias, pois diferentemente dos outros, ficou algemado por vários dias dentro de um Jipe, também que o posseiro de sobrenome Resplandes, queixava-se de dores nas costas, e por esse motivo ela suspeitava que ele tivesse sido espancado. (FIGUEIRA, 1986, p. 76).

Pouco antes de se entregar, o posseiro Arnaldo Lopes Queirós, deixou ao vigário, para registro na casa paroquial, ilustrado com muitas riquezas de detalhes, o seu depoimento extraoficial, onde ele discorre sobre os fatos da seguinte maneira:

[...] estou morando na região de Formiga. No dia 11 de agosto, as 4 horas da tarde, as autoridades que o Zé Almeida levou chegou desacatando e mandando o pessoal ir embora pra desocupar as terras do fazendeiro, que eram de domínio. Ele mesmo tendo bastante pistoleiros que mais causava horror em nossa região. Os posseiro viveu horrorizado devido a jagunçada que o Zé Almeida tinha (8 pistoleiros). As autoridades andavam prometendo de queimar as casas dos posseiros, que se eles voltasse e encontrasse derrotavam todos na peia (no espancamento). A mim mesmo, no fim de julho, derrubou minha barraca de moto serra, na minha ausência; que se eu levantasse de novo me tirava a cabeça, disse o Zé Almeida.

Os mesmos posseiros controlou a turma. Foi um acordo de todos pra se defender. Fizemos uma reunião na casa do João Matias no dia 12. Ele procurou o que todos achava a refê (referente) a nossa defesa; que as leis não tava ouvindo o nosso sofrimento. Usamos do que podemos, na irmandade. 5ª feira (dia 13 de agosto) os pistoleiros estavam no Cajueiro. Um companheiro veio nos avisar que eles iam voltar para ir numa outra região. Esperamos eles na casa do João Matias. Não foram. Então fomos ao encontro. Quando nós iam passar da encruzilhada, chegamos na roça do Alfredo. Foi o encontro. Havia dois carros. Eles seguravam 4 lurdinhas (metralhadoras). Topamos com eles m=no limpo e deu no que deu, uma fumaceira grande. Eles não fizeram fogo. O Jeep passou e o outro, o Toyota, ficou. Eram dois carros do GETAT. Eu reconheci um pistoleiro, o Braulino. Ficou um pente de lurdinha no chão e não usaram as armas porque não deu tempo. Nós espanou (nos dispersamos) na mata. Fomos pra casa do João Matias. Espatifamos todos. O cara que morreu foi trazido por Juraci e estava lá fazia uns 15 dias. Ele estava lá para limpar a área. Entre os dois (Juraci e José de Almeida) tinha 12 pistoleiros: o Braulino, o Zé do Simplício, Os outros não conheço.

Quando topamos com eles na estrada, vi que era um carro do GETAT, mas não tinha apelo porque eles de armas na mão. Atiramos de medo mesmo. Foi uma descarga mesmo. Sabíamos que tinham trazido a polícia. Estávamos pensando que era a PM, uma polícia fardada. E vendo que não tinha farda, pensamos que eram pistoleiros.

Eu tenho dois anos de serviço nesta terra e quando sair da cadeia eu volto pra lá [...]. (FIGUEIRA, 1986, p. 77).

As prisões dos posseiros, apenas antecedia o que de fato as autoridades locais (movidas pelos interesses dos fazendeiros), desejavam. Que era de fato, a prisão do padre Aristides⁷⁰.

⁷⁰ Em entrevista ao jornal Resistência, (março de 1980), um oficial da polícia disse: “Esta vez deu azar! Mas vamos ainda acertar nesse padre (Aristides)”. (CHINEM, 1983, p. 35).

Mas, antes de alcançarem seu intento, outras pessoas sofreram com as visitas indesejadas por parte dos agentes da lei. Testemunhos como o supracitado, impressionam por dois motivos, o primeiro, é que os posseiros (como podemos acompanhar através de relatos esclarecedores como o do lavrador Arnaldo Queiroz), depois de muitas torturas e ameaças, tiveram suas versões dos fatos, modificadas por orientação do advogado Djalma Farias, imposto aos posseiros, com o oferecimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Geraldo, sob o comando ainda de Bertoldo, com o intuito de fazê-los acusar os padres, principalmente Aristides e o segundo, é que, “na tortura, toda carne se trai”, mas, apesar de todas as tensões, os interesses que podemos perceber, foi de que os lavradores não cogitavam abandonar o local, apesar de tudo, e que, uma versão tendenciosa, por parte dos seus oponentes, já tinha sido definida, antes mesmo de qualquer esboço de arbitramento legal para os fatos.

No dia 22, quatro dias após a captura da maioria dos posseiros, Dona Matilde Ribeiro da Silva, esposa de João Matias e Dona Maria Noêmia da Silva, irmã de Raimundo Resplandes Coelho, procuraram pelo padre Aristides e contaram o horror que sua irmã Iracema e seu cunhado Alfredo, tinham vivido. Quando no dia 15, tiveram sua casa invadida pela Polícia Federal. Ambos estavam no trabalho e foram por aqueles agentes, duramente humilhados, Iracema foi obrigada a sentar para morrer, enquanto o marido foi conduzido para fora com a ameaça de que teria duas balas “quebradas” em sua cabeça. Os oito filhos choraram e clamavam por sua mãe, dizendo para não a matarem. Usando a frase “não mate minha mãe que nós somos de Deus”, receberam como resposta dos policiais “Nós somos do Diabo”. (FIGUEIRA, 1986, p. 77).

O depoimento da esposa de João Matias, Dona Matilde, também é muito forte, pois ele, afirma o que depois seria negado pelo marido, logo após ele ser submetido à prisão e também a torturas. Ela narrou ao padre Aristides, o seguinte:

[...] A polícia mais o povo do Zé Almeida, os pistoleiros foram à casa do Felisberto. Humilharam ele, jogaram no chão uma espingarda velha e espatifaram tudo dentro de casa. Prometeram-lhe outra terra titulada se saísse dessa. Como o lavrador não aceitou a proposta, eles se dirigiram para a casa do Milton da Tácila que estava trabalhando em outra roça. Só estava a mulher. Humilharam ela. Pegaram a espingarda que ele tinha deixado e entregaram para o pistoleiro do Cajueiro, o Braulino. Voltaram para a fazenda e no outro dia conseguiram ir até o Pau Preto amontado. Foram até a casa do velho Domingos Resplande. O rapaz (Antônio Resplandes) contou que chegaram humilhando eles, que tinham que sair, que eram ordens do presidente. Era uma mistura de polícia e de pistoleiro que teve a confusão. Disseram que o Raimundo Araújo mais o Geraldo (pistoleiros do Evandro Azevedo) estavam arranchado lá no Zé Almeida e que era pra tirar a cabeça do velho homem, do João Matias. Quando souberam disso os companheiros se reuniram todos lá em casa, os que tinha armas e os que não tinha e ficaram guarnecendo o João. O Raimundo Araújo tinha dito que todos os posseiros das Abóbora (castanhal do Evandro Azevedo) iam sair puxado pelo beço e que o primeiro ia ser o João Matias. O pessoal se revoltou. O João pensava que era melhor

esperar eles lá em casa. Chegou o Felisberto e conversou com a turma e voltou sozinho. Não disseram nada para mim que estava na cozinha. Poucas horas depois foram embora sem me dizer nada. Quando foi 6 horas da tarde, quinta-feira, chegou um rapazinho, um baixinho, e avisou que na base das 7 horas os pistoleiros iam voltar para a fazenda do Zé Almeida. E que podiam ter cuidado porque podiam atacar à noite. Quando dei fé, o João mais os companheiros chegaram. Era na base de 7 horas mas nem procurei (perguntei) nada. Fiquei sem assunto. Fiz a comida. Jantaram. Amarraram as redes e baixo das mangueiras. Aí chegou o Zé Raimundo e o pessoal se espalhou. O João me mandou ir embora. Saí na base das 4 horas da madrugada, amontada e com a criancinha. (FIGUEIRA, 1986, p. 78).

O teor desses relatos é esclarecedor, sobre as motivações que os posseiros tinham para executarem as ações que levaram ao tiroteio, que teve por consequência a morte do pistoleiro. Para que os posseiros alterassem suas versões, a ponto de essas serem utilizadas pela ditadura e seus representantes, contra a Igreja e os padres, foi necessário um convencimento, que se deu sob falsas promessas feitas aos trabalhadores, de que se agissem como orientados, além de cessarem-lhes as torturas, iriam minimizar suas responsabilidades e seriam, portanto, imputadas aos padres, a culpa por incitá-los e manipulá-los.

A estratégia de responsabilizar os padres estrangeiros, foi toda baseada em um argumento muito raso, divulgado através de notas, distribuídas aos órgãos de imprensa e aos moradores locais, por uma tal “coordenadoria do acampamento”, presidida por Curió, que buscava “fabricar” um inimigo, que supostamente agia nas escondidas com interesses que contrariavam os interesses nacionais. Para tanto, nessas notas, podia-se ler que, os padres, fugindo de suas prerrogativas religiosas, representavam interesses de corporações internacionais sobre a Amazônia e das riquezas que dela pudessem existir.

Jarbas Passarinho, senador e homem forte do governo militar, que à época, ocupava a presidência do Congresso Nacional, declarou ao Jornal Folha de São Paulo de 30/08/81, em tom muito inflamado, que a Igreja Católica, tinha naquele momento, “uma nítida opção pelo socialismo” e às comunidades que “insuflam a luta de classes no campo”. As Associações dos Empresários da Amazônia, dos Criadores de Nelore do Brasil e da Sociedade Rural Brasileira, em São Paulo, denunciavam que os bispos da região, atuavam no comando de invasões, de propriedades particulares, e que para isso recebiam financiamentos de grupos franceses e alemães, interessados na exploração das reservas de madeiras no local. (RESISTÊNCIA. n. 29, out. 1981, p. 7).

Desde o dia 16 de agosto, os jornais de Belém, passaram a publicar declarações, sem direito ao contraditório, do Sindicato Rural de Marabá e da Associação dos Exportadores de Castanha do Brasil, onde acusavam o “clero progressista” de ser partícipe de uma organização criminosa, que à época eles nomeavam como “indústria de posse e o furto de madeira”.

Alegavam que o clero era quem coordenava as invasões e fomentavam a violência, uma escancarada inversão da ordem, do que se podia apurar no que acontecia nos sertões do Brasil e principalmente, nas regiões sul e sudeste do Pará. Alertavam também, que os meios judiciais e policiais estavam esgotados, por isso, os órgãos de segurança nacional, deveriam agir, como uma forma de garantir os seus direitos de propriedades. (RESISTÊNCIA. n. 29, out. 1981, p. 7).

Como é plausível perceber, diante de tantas pressões, a prisão de padre Aristides era apenas uma questão de tempo. Ele já imaginava essa possibilidade, mas padre Chico, que estava recém-chegado àquela paróquia, acreditava que não lhe seria dedicada a mesma atenção e importância que as autoridades direcionariam a Aristides. Entretanto, toda a Prelazia tinha consciência de que esta possibilidade de detenção lhes rondava, mas era lógico, que ainda pairava uma esperança de que pudesse acontecer um lapso de coerência por parte das autoridades brasileiras. O que de maneira nenhuma poderia ser admitido por conta dos militares e dos seus aliados, que se serviam do modelo ditatorial, e dele, muito se beneficiavam.

Com a maioria dos posseiros presos desde o dia 18 de agosto e os demais até o dia 23. No dia 25, eles foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Também nesses dias, contando com a ajuda no comando, de um representante do “major Sebastião Curió”, uma operação de desarmamento foi deflagrada sob todos os territórios no entorno do Araguaia. Cerca de 2.000 armas. Basicamente armas dos calibres: 20, 28 e 36, usadas para caça de subsistência, são confiscadas e logo em seguida, elas são atiradas no leito do rio Araguaia, para que dessa forma, ficassem inutilizadas.

No dia 31 de agosto⁷¹, a casa paroquial foi invadida, por aproximadamente 10 homens fortemente armados, comandados pelo delegado José Luís Cardoso. Tinham como reforços, soldados que entraram inclusive pelas janelas ameaçando os dois padres. Aristides, o principal alvo dos agentes, foi de imediato detido e levado para um Jeep (ele foi interrogado por duas horas numa sala do GETAT). Houve revista na casa e apreensão de: papéis, livros, jornais, dinheiro, três máquinas datilográficas, dois mimeógrafos e um rádio. Um caderno com anotações, encontrado em uma mala pertencente ao padre Chico, foi vistoriado por um agente,

⁷¹ Nesse dia 31 de agosto de 1981, foi distribuído o comunicado de nº 3 (último) elaborado pela “coordenadoria do Acampamento”. O texto criticava com veemência diversos bispos e agentes de pastoral de todo o país, inclusive o padre Aristides, defendia a política do Governo e utilizava abusivamente de versículos bíblicos. Essa coordenadoria era presidida pelo Curió. O jornal O Liberal, de Belém, no dia 1º de setembro, publicou no 1º caderno esse comunicado na íntegra. Enquanto isso, representantes da Sociedade Rural Brasileira, das Associações dos Empresários da Amazônia e dos Criadores de Nelore do Brasil, se reuniam em São Paulo para denunciar “os bispos que atuam na região de comandar invasões de propriedades particulares, contando para isso com a ajuda financeira de grupos franceses e alemães interessados em explorar as reservas madeireiras (sic!) existentes na Amazônia. (FIGUEIRA, 1986, p. 79).

e nele, continham anotações do Encontro do Conselho Diocesano e dos Coordenadores de Pastoral da CNBB Norte II.

Na vistoria, o delegado encontrou escritas as palavras: “análise marxista da realidade”, o suficiente para enviar o caderno para outro delegado, o delegado que presidia o Inquérito Policial Militar (IPM), chamando atenção para que as palavras estavam escritas de próprio punho. Em seguida, invadiram também a casa de Dona Oneide, (viúva do sindicalista assassinado, “Gringo”), que era agente pastoral. Lá, não tiveram nenhum respeito sequer pelas crianças que ali residiam.

O horário legal para que se realizassem prisões, era às 18:00h, mas o mandado para apreender também o padre Chico, só chegou às 19:30. Ele relatou que foi levado para uma sala no GETAT e lá permaneceu por um tempo, que compreendiam entre duas e três horas, numa sala com jornais que continham informações sobre o caso. Ali o Delegado Mariz, foi avisá-lo de que ambos estavam incursos na Lei de Segurança Nacional, em seguida foi transferido para o 2º BEC, foi colocado em um quarto e imaginava que logo seria libertado, já que ele acreditava não ser um alvo das autoridades, apenas o padre Aristides. Infelizmente para ele, os seus algozes, não estavam interessados em cumprir leis ou seguirem regras, estavam sim, munidos de um sentimento de vingança e de coerção, que ele, acompanhado de Aristides e dos outros 13 posseiros, levariam alguns anos para se libertarem das lembranças dos seus calvários.

3.6 No calvário das prisões, o MLPA se levanta e desmascara a ditadura

A prisão dos padres, principalmente de padre Aristides, já era ação planejada pelo regime, do mesmo modo como era já esperada pela Igreja. As ações das forças armadas para a detenção dos posseiros envolvidos no episódio, contou com um aparato logístico muito grande. Dois DC-3 da Força Aérea Brasileira – FAB, aterrissam em Xambioá e dele, desembarcam cerca de 40 homens da Polícia Federal, enquanto helicópteros do Exército sobrevoam a área em voos rasantes para intimidar o povoado e com isso, obterem resultado rápidos por parte da população local, que apavoradas por suas presenças, poderiam trair e fazer delações se assim fosse necessário.

Após a montagem pelas forças de segurança, de todo um novo cenário de guerra, (memórias que a população do Araguaia ainda nutria bem vivas, por conta do que ocorrera ali em um passado muito recente) e a obtenção de sucesso nos objetivos traçados pelos militares da captura ou rendição dos posseiros e da detenção dos padres dentro da casa paroquial. Restava, portanto, dar segmento à farsa. Convencer (ou coagir), os posseiros para

responsabilizarem os padres, em seguida os expulsar, e dessa maneira, criar uma narrativa palatável para manter novamente a área do Araguaia (que segundo os militares e o SNI, estava em vias de nova ebulição e provável renascimento da Guerrilha), sob seus domínios.

“Limpa a área”, eles poderiam “sepultar” as memórias da Guerrilha, e viabilizar na região do Bico do Papagaio, o que se tornara o objetivo principal da militarização da Amazônia, a implementação do Programa Grande Carajás, o PGC, só que livres do que havia se tornado um grande problema na outrora conhecida “terra sem homens”. O infortúnio da presença ou existência ali, de posseiros ou pobres trabalhadores, que pudessem atrapalhar a execução do plano maior.

Figura 5 - Foto de capa do jornal O Liberal de 16 de agosto de 1981

SEDE:
Rua Gaspar Viana, 249/253
Telefone: 222-0466 (PABX)
Telex: (091) 1026
CLASSIFICADOS
Telefona - 222-0133

O LIBERAL
BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ de Obras do Pará
JORNAL DA AMAZÔNIA

ROMULO MAIORANA
Diretor-Superintendente

Assinatura: Cr\$ 2.900,00
Ano XXXV
Belém, (Pará), domingo, 16 de agosto de 1981
Nº 20.385
Preço do Exemplar Cr\$ 40,00

Castanhais vão desaparecer

Bom dia, leitor

A semana que começa deverá trazer a solução para a crítica Previdência Social, tão crítica que ameaça comprometer mais ministros em um desdobramento talvez deliberado para restabelecer a uniformidade comprometida nos altos escalões do governo. Há uma intenção de jogar o ministro da Previdência contra o ministro do Planejamento, mas nem essa constatação pode fazer esquecer que existe uma contestação, ainda que teórica, na maneira de resolver os problemas previdenciários, dos quais a falta de dinheiro é o primeiro deles, daí resultando tudo, inclusive a discussão velada sobre o que mais deve preocupar: se o abatido caixa público ou o crônico pouco dinheiro dos trabalhadores.

Parece certo que a Previdência terá um novo órgão diretivo, a funcionar mais com um conselho curador, para dizer o que ela vai fazer e o que ela deixará de fazer, com a preocupação de fazer render os recursos outrora abundantes e hoje tão míseros. É bem pouco provável que o Conselho dê certo. Já houve época, bem curta, aliás, em que se procurou terminar com as decisões por colegiados, tanto porque as decisões não eram melhores nem produziam melhores resultados, como e principalmente porque, por serem tantos e

As constantes invasões nas áreas de castanhais, principalmente em Conceição do Araguaia e Marabá, farão com que dentro de um ano não haja mais produção e exportação de castanhas. A previsão é do Sindicato Rural de Marabá e da Associação de Exportadores de Castanha do Brasil, para quem as invasões são praticadas com dois fins básicos: a indústria da posse e o furto da madeira. Para os proprietários de castanhais, os invasores, na sua maioria, são dirigidos pelo clero progressista da região. Eles criticam os pronunciamentos de dom Alano e outros padres contra os proprietários de terras e contra a atuação dos órgãos de segurança, pois "incitam os invasores a se tornarem mais violentos e a praticarem atos lamentáveis contra a vida de pessoas inocentes". Eles apelam às autoridades para que procurem solucionar imediatamente o problema através dos órgãos de Segurança Nacional, "pois já foram esgotados todos os meios judiciais e policiais sem qualquer resultado prático". Além disso, denunciam que as invasões são seguidas por queimadas que estão literalmente destruindo as áreas de produção, e levando o município ao inteiro caos. (Pag. 12).

Um governador que dava bananas as ruas, para os adversários. Era o marechal Zacarias de Assumpção, que morreu na semana passada, meio esquecido dos poderes públicos. As lembranças são de Hélio Gueiros, em sua Frente Política, mostrando o herói da campanha de 1950 como ele era: tão corajoso como emotivo - Pag. 5/1º cad.

JORNAL PESSOAL
Sem Golbery, como fica a

NESTA EDIÇÃO

DEPOIS DO "EXÍLIO"

FRENTE POLÍTICA

JORNAL PESSOAL

Numa alegre caminhada, rump ao posto de vacinação, toda uma família retrata o que foi a campanha.

Fonte: Setor de micro filmagens do CENTUR.

O alvo principal era a Igreja Católica, que como é possível ler na manchete do jornal da época, atrapalhava, através da manutenção dos trabalhadores rurais naquela área, a substituição do ciclo econômico da castanha, pelo da mineração, e nesse episódio, quem a representava, seria então o “cristo” (jargão popular para classificar quem vai levar a culpa), como sabemos, o objetivo de fato e sem nenhum segredo, eram os dois franceses. Os posseiros deveriam ser presos, para servirem de exemplo aos demais moradores, mas como o xadrez da política é mais

complexo do que se pode imaginar e vai muito além de o que a visão pode capturar em uma “olhada” superficial, a igreja dessa vez é que teria de saber quem mandava e mesmo tendo “abençoado” as ações de governos militares, durante muitos anos, por toda a América Latina, ousou naquele momento se contrapor e por conta disso, o banco dos réus lhe era reservado.

Aristides foi mantido em uma velha garagem nos fundos do GETAT. Em um antigo banheiro, mistura de alvenaria e de tábuas, que foi transformado em cela. Perto dos posseiros, mas impedidos entre si de manterem qualquer tipo de comunicação. Já Chico Gouriou, foi colocado em um pequeno quarto de dois metros e meio por dois, completamente de tábuas, muito baixo e coberto por “Brasilit”⁷², que fora também, de improviso, transformado em cela.

Foi das memórias desses locais de seu cativeiro, que Chico contou, e através de “A justiça do lobo”, podemos ter ciência de como foi o início do seu sofrimento. Os próprios agentes da repressão não o tinham como uma ameaça a ser capturada e já que não se programara para ele a prisão (o alvo era o Aristides), após alguns momentos de indecisão e surpresas por conta dos agentes que o apreenderam, ele foi de imediato levado para o 2º BEC, mas logo em seguida, ele fora conduzido para o GETAT, aquele lugar calorento e sem janelas, que segundo seus relatos, além de repleto de moscas, foi um lugar de muita tensão e de depressão, por conta das maldades a que foi submetido e do rancor que lhe tomou conta.

Após as prisões dos padres, uma comitiva de religiosos, composta por: Dom Celso Pereira, bispo de Porto Nacional, os padres Ricardo Rezende, Francisco Glory e Peter Mcarthy, chegam a São Geraldo no dia 02 de setembro. Não conseguem avistar-se com Chico, Aristides ou com os posseiros e ficam sabendo que o lavrador Manoel Bento Matos, que nem esteve envolvido no caso, somente pelo fato de ter passado uma informação à CPT de Conceição do Araguaia. Ficou detido por 8 horas. (FIGUEIRA, 1986, p. 80).

Embora essa ação por parte do Exército brasileiro, nada tenha de espontânea, já que os militares da parte interna de nossas fronteiras estavam convencidos de que a América Latina fazia parte de um grande plano de conquistas e manutenções da ordem mundial, (via predomínio do ocidentalismo em detrimento do comunismo), que delegava a eles inclusive, ditar os caminhos a serem seguidos pela Igreja⁷³, eles se mostraram deveras inseguros em suas atitudes e em suas ações. (REISTÊNCIA. ano IV, n. 31, nov. 1981, p. 8).

⁷² Brasilit era o nome de uma marca de telhas feitas de amianto, que virou referência desse tipo de material de construção usado em coberturas de menor custo.

⁷³ O Plano Banzer, no 3º Congresso da Confederação Anticomunista Latino Americana, realizado em março de 1977, em Assunção, Paraguai, a delegação boliviana apresentou o “Plano Banzer” de combate à Igreja. Este plano tinha sido formulado pelo Ministério do Interior da Bolívia, em princípios de 1975, e já fora adotado por dez outros governos da América Latina. O “Plano Banzer”, tinha três objetivos principais: 1) Estimular as divisões internas

Isso fica perceptível, nas emissões de comunicados via imprensa e nas comunicações oficiais. Não se percebia um discurso em uníssono, e sim, percebiam-se grandes trapalhadas e um ainda maior desencontro nas informações. Dentro dessa (des) ordem, o ministro da justiça Ibrahim Abi-Ackel, no dia 03 de setembro, declara em Brasília que os padres não estão incursos na lei de segurança nacional – LSN. Já o superintendente da polícia federal em Belém, Sadoch Thales, no mesmo dia, afirma ao cônsul da França, Alphonse David, que Aristides e Chico estão sim, sob a LSN. (RESISTÊNCIA. ano IV, n. 31 nov. 1981, p. 7).

Tirando proveito dessas incertezas e na pretensão de se apropriarem dos espaços prováveis, oferecidos pelas desocupações das terras sob litígios do Araguaia. Os industriais, que controlavam de dentro de suas salas, devidamente refrigeradas, os destinos de milhares de moradores desalentados na região da floresta, reforçam ainda mais os seus discursos e acusam novamente os bispos da Amazônia de receberem ajuda financeira de grupos franceses e alemães, para agirem de encontro aos interesses nacionais.

No dia 04 de setembro, ocorre um encontro entre o embaixador da França, Robert Richard e ministro Ibrahim Abi-Ackel. Na saída, o embaixador declara à imprensa que lhe foi assegurado no encontro, que serão garantidos aos padres, todos os direitos de defesa. Também nesse dia, a incomunicabilidade dos posseiros é rompida e 3 deles recebem, depois de vários dias (quase duas semanas), a visita do advogado Egydio Machado Sales Filho, da CPT. Nessa visita, embora coagidos pela presença do delegado José Luís Cardoso, eles aceitam serem defendidos por Egydio e não fazem nenhuma acusação aos padres. Também nesse dia, o representante do Comitê Episcopal Francês para a América Latina - CEFAL, o padre José Servat, chega a São Geraldo para prestar solidariedade aos padres, que continuam incomunicáveis e até ali, tendo suas possibilidades de defesas negadas. (RESISTÊNCIA. ano IV, n. 31, nov. 1981, p. 7).

No dia 05, Alphonse Davi, Cônsul-Geral da França e Christian Geschwiind, seu assessor de imprensa, chegam a Xambioá e agora sim, embora em separado, recebem autorização e visitam Aristides e Chico, mas mesmo diante de suas solicitações, a presença de um advogado para ambos, é negada pela Polícia Federal.

Também na manhã do dia 05, o jornal “A Província do Pará”, publica matéria com o resumo dos relatos dos posseiros, no encontro com o advogado no dia anterior, nele podia-se ler que:

da Igreja, 2) Caluniar e perseguir líderes progressistas da Igreja e 3) Intimidar ou expulsar padres e freiras estrangeiros. (Resistência. Ano IV, n. 31, nov. 1981, p. 8).

Os posseiros afirmaram que a algum tempo vinham recebendo ameaças de morte, e recentemente várias famílias tiveram suas casas queimadas por jagunços a mando dos fazendeiros, sem que pudessem reagir, Os lavradores ainda negaram veementemente, na frente do delegado da Polícia Federal, que tivessem armado uma emboscada contra os agentes da Polícia Federal, no dia 13 de agosto. De acordo com eles, o que houve foi um confronto armado.

O advogado Egydio, informou que os outros posseiros, corroboraram a versão dos seus três representantes e acrescentaram que: “ao perceberem a aproximação de pessoas estranhas, pensaram que fosse um grupo de jagunços e decidiram abrir fogo, usando suas cartucheiras”. Outro jornal local “O Liberal”, também no dia 5, publicou matéria que parecia até um complemento da versão publicada no seu concorrente, já que nesta, alegavam que: “Segundo eles, até casas foram incendiadas por jagunços e vários posseiros foram ameaçados de morte, o que levou todos os moradores da área a andarem armados e preparados para qualquer coisa”.

No domingo, dia 06 de setembro, Dom Alberto Ramos, arcebispo metropolitano de Belém, publica uma nota a ser divulgada e lida em todas as paróquias da Diocese, onde se solidariza com os presos e pede orações, enquanto o secretário Geral da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, se pronuncia em resposta às acusações feitas pelo senador Jarbas Passarinho, de que a Igreja era diretamente responsável e que teria provocado os conflitos de terras.

Em 07 de setembro, feriado, em função ser o dia em que se comemora a Independência do Brasil. O Bispo de Conceição do Araguaia, dom Patrick Hanrahan, presidente regional da CNBB, divulga carta denunciando as ações da Polícia Federal, não podemos dimensionar a proporção do comunicado, mas temos a clareza de informar, que no dia seguinte, finalmente se encerra o período de incomunicabilidade, o qual os padres se encontravam submetidos.

Dia 08 de setembro, Dom Patrício (nome abrigado de Dom Patrick), o padre José Servat, da CEFAL, Mário Aldighieri (secretário nacional da CPT) e o padre François Glory, recebem autorização para visitar os padres, mas além da presença do delegado José Luís Cardoso, eles têm a conversa gravada e são fotografados. A CPT, através de seu advogado, solicita em Belém a relação dos posseiros presos e as prováveis razões dos inquiridos, mas a Auditoria Militar, recusa esse pedido. Enquanto o governo volta a acusar membros da Igreja e surgem especulações. Aristides estaria fornecendo “armas e munições.” (RESISTÊNCIA. ano IV, n. 31, nov. 1981).

No dia 09 de setembro, o posseiro apontado como líder do ataque, João Matias, diante do Bispo de Conceição Dom Patrício e na presença incômoda de dois delegados, acusa formalmente o padre Aristides como insuflador do acontecido e recusa o advogado ofertado pela CPT. Dom Patrício narra o fato dessa forma:

Eu, procurando falar amigavelmente com ele, apresentei-me. Disse quem eu era, já que não nos conhecíamos. Ofereci-lhe a defesa jurídica. Ele poderia dispor dos mesmos advogados dos sacerdotes ou de qualquer outro que desejasse. Ele rejeitou a oferta com ódio e me disse que estava preso por causa do Aristides, por causa da Igreja. Disse já ter advogado oferecido pelo sindicato de Conceição. Um dos delegados, rindo, me perguntou se eu queria continuar falando com os outros. Disse que sim. Fizeram vir um por um. Sem o ódio ou o rancor demonstrado por João Matias, todos recusaram a ajuda jurídica e o sorriso zombeteiro da polícia aumentava. (REZENDE, 1986, p. 83).

Todos os posseiros se recusaram a continuar sendo assistidos pela defesa oferecida pela CPT, e ainda admitiram terem optado pela assistência jurídica do advogado Sérgio Guimarães. Advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia e reconhecidamente ligado aos grileiros e latifundiários.

Enquanto isso, a Polícia Federal se apropriou da Igreja de São Geraldo. Fizeram reparos na pintura, consertaram a porta, instalaram energia elétrica e assumiram o domínio do culto. Tudo devidamente preparado para a encenação. Convidaram a população para uma celebração, uma falsa missa, onde o advogado Sérgio Dias Guimarães, apareceu no ato, que deveria ser religioso, e em voz alta (como costumam fazer os pelegos repletos de hipocrisia)⁷⁴, pediu a Deus a expulsão dos padres, alegando que Chico e Aristides, eram subversivos. Tudo isso organizado e executado na igreja, à revelia do bispo diocesano e do padre substituto.

No dia seguinte, 10 de setembro, sem apresentar explicação nenhuma, as visitas aos padres são novamente proibidas. O presidente do INCRA, o Sr. Paulo Yokota, faz declarações onde acusa novamente, sem apresentar nenhuma comprovação, a Igreja Católica e seus membros. Ele transfere responsabilidades, delega a outros, as culpas pelo não cumprimento das atribuições do órgão, que se encontrava naquele momento, sob sua direção (ou seja, se houvesse ali algum responsável de incompetência, seria ele, o próprio Yokota, essa pessoa), e alega em suas falas que: “a igreja entrava a regulação de terras”. (CHINEM, 1983, p. 51).

Sexta-feira, 11 de setembro de 1981, em um voo num avião cargueiro C-47, do I Comando Aéreo Regional – I COMAR, foram transferidos de São Geraldo para Belém, em uma operação sigilosa, os 15 presos. Todos viajaram algemados e foram de imediato instalados nas dependências da sede da Polícia Federal, na Rua Manuel Barata, edifício Jorge Rendeiro, no centro histórico de Belém. Entretanto, a PF, nega que os presos estejam em suas dependências e agridem Felisberto Damasceno e Nazaré Sá, estagiários de Direito, atuantes na CPT, que buscaram ali, obter informações.

⁷⁴ Entrevista, com perguntas escritas e respondidas via aplicativo de mensagens WhatsApp, em 02/11/2021, Dia de Finados, com Dona Oneide Lima.

Na tentativa de manter a farsa, no sábado dia 12, em São Geraldo, sob orquestração de Sérgio Guimarães e dos agentes da PF, uma outra falsa missa seria realizada, mas, a chegada à cidade de uma equipe de televisão francesa, frustrou o plano e o agente que atuaria como condutor do evento, teve de se refugiar, para não ser desmascarado, na sacristia da igreja. (CHINEM, 1983, p. 51).

Em Belém, o advogado João Marques, da OAB-PA, obteve na PF, a certeza de que ali se encontravam os padres e posseiros, porém, não conseguiu ter contato com eles. Também não obtiveram autorização para esse contato, Dom Vicente Zico, bispo auxiliar de Belém e Dom Ângelo Rivato, bispo de Ponta de Pedras. A Polícia Federal, alegou que não permitiria esse contato, por ser esse dia um sábado e as visitas, seriam realizadas apenas às terças, quintas e domingos, num horário estipulado entre as 12 e 14 horas.

Assim, Dom Zico então celebra na Basílica de Nossa Senhora de Nazaré, uma missa em solidariedade aos presos, para cerca de 800 pessoas. Este evento se prolongou e formou-se ali, uma vigília de oração, que contou também com a presença do Arcebispo Metropolitano, Dom Alberto Gaudêncio Ramos. Durante a vigília se realizou uma coleta, para que o que fosse arrecadado pudesse ser distribuído entre as famílias dos presos, que afastados de suas funções nas terras em que trabalhavam, não conseguiam suprir as necessidades mais básicas de seus dependentes.

Dia 13, foram liberadas as visitas, e um grupo muito grande de religiosos, políticos, sindicalistas e pessoas ligadas à manutenção da defesa dos direitos humanos, preocupados com o desenvolvimento dos processos que envolviam os padres e os trabalhadores rurais e também em compreenderem, para que se pudesse, se necessário, desconstruir a narrativa criada pelas notícias que chegavam através dos veículos de imprensa, que estavam muito determinados a defender a ideia de que os padres e a Igreja Católica, tinham agredido e ferido de morte, um trabalhador, gerente de uma fazenda, que produzia e gerava empregos na região sudeste do Pará

No primeiro dia de visitas, para surpresa dos agentes da Polícia Federal, uma quantidade muito grande de pessoas, se aglomera para avistar-se com os padres e com os demais presos. Sete bispos e diversos padres, em grupos de três, recebem autorização para vê-los, o número de jornalistas é imenso e muitos deles foram agredidos pelos agentes na entrada do prédio. Como podemos perceber, ali, se apresentava não somente para as autoridades e para o regime, mas para as sociedades: paraense, brasileira e para o restante do mundo, o Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia, o MLPA.

Uma vasta relação de eventos, propostos e executados pelas pessoas que se aliaram a um movimento que a princípio, não tinha estatuto, não tinha legalidade e tampouco, tinha

endereço, mas as Igrejas Católicas, a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, lideranças políticas e uma enorme quantidade de pessoas físicas, se voluntariaram para defender a liberdade daquelas pessoas, que o regime militar, achou que facilmente achataria e que as usaria como exemplo de subjugações, se tornaram gigantes na luta pelas liberdades e pela democracia, haja vista, que não se tinham notícias, no norte do país, de um movimento que se opusesse à ditadura e alcançasse tamanha importância.

Na noite do dia 13, na Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no bairro do Telegrafo, periferia de Belém, Cerca de 2.000 pessoas, se reúnem em uma missa concelebrada por 8 bispos e 25 padres, ali, são lidas diversas notas de agravos e de solidariedade aos presos. As violências as quais os profissionais de imprensa foram submetidos na sede da Polícia Federal, também foram apontadas e decidiu-se que um documento seria apresentado como denúncia e que manifestações populares deveriam ser a tônica dos atos em prol da libertação dos presos. (RESISTÊNCIA. n. 32, dez. 1981, p. 8).

Na manhã seguinte, dia 14, uma nota do sindicato em conjunto com a federação nacional dos jornalistas, foi apresentada como ferramenta de denúncia pelos fatos ocorridos no dia anterior. Foi nesse clima, que os populares, em conjunto com as entidades locais, decidiram entrar em vigília, um plantão permanente em frente à sede da Polícia Federal. Centenas de pessoas se revezavam entoando cânticos que clamavam por liberdade e músicas cantadas nas missas das igrejas adeptas da Teologia da Libertação, dia e noite. Esse fato causou grande constrangimento aos agentes e ocasionou um impacto enorme na infraestrutura da cidade, pois a mobilização de pessoas no Centro Histórico de Belém, com suas ruas apertadas, ultrapassava em muito, o fluxo normal de trânsito de veículos e pessoas.

Os agentes procuravam de todas as maneiras, intimidar os populares, diversos incidentes foram reportados, muitas pessoas foram detidas por pouco tempo, mas detidas. Os incidentes irritaram os policiais a ponto de eles, impedirem as visitas que estavam programadas pelos bispos, aos detidos. Como resposta, os quatorze bispos, da Regional Norte II da CNBB, resolveram concelebrar uma missa na rua, diante do prédio da Polícia Federal, e dezenas de padres e centenas de leigos os acompanharam. A estudante menor de idade, Ana Coelho, foi agredida por agentes policiais, saíram em sua defesa, o diretor do Diretório Central dos Estudantes, e membro da Pastoral Universitária, Amauri Dantas e a Assistente social, Nazaré Marques, que por conta disso, foram detidos por uma hora, os jornalistas que faziam a cobertura, foram novamente ameaçados. (CHINEM, 1983, p. 51).

A esposa do cônsul honorário da França, Maria das Graças de Sanit Cyr, visita os presos e declara à imprensa que “os advogados não viram os autos porque não quiseram”, porém mais

tarde, ela esclarece que foi induzida a repetir o que a polícia Federal lhe pedira para dizer. Enquanto isso em Brasília, os advogados Egydio Sales, da CPT, Luiz Eduardo Greenhalg, da Comissão Justiça e Paz, Heleno Fragoso, da CNBB Nacional e Sigmaringa Seixas, da OAB, dão entrada no Superior Tribunal Militar, um pedido de “Habeas-corpus”. (RESISTÊNCIA. n. 32, dez. 1981, p. 8).

As escadarias do IPASEP, prédio situado em frente à sede da Polícia Federal, onde estavam todos os detidos, estavam tomadas por populares, os cânticos, que irritavam o delegado e que foram proibidos por ele e pelos agentes, continuavam, e um grupo de mais de 100 pessoas estava disposto a seguir com a vigília. Eles se revezariam ali por dezenas de dias, semanas e permaneceriam ali até o dia 09 de outubro de 1981, dia em que os sacerdotes, como forma de amenizar as pressões vindas de todas as partes do mundo, seriam transferidos para Brasília.

O fato originado no Castanhal Cajueiro, no distante distrito de São Geraldo do Araguaia, tomou uma dimensão que o regime, já apresentando sinais de fraqueza, mas ainda poderoso para sufocar, através de violências diversas, de linchamentos físicos e morais, os que ousassem se colocar nos caminhos que não fossem os ditados por eles, talvez não esperasse que aquele evento, não seria rapidamente reprimido e resolvido pelas mãos de seu “tarefeiro” Curió. Não contava que saindo do norte do Brasil, um movimento apartidário, católico, mas que teve uma grande adesão de outras religiões e que por se tornar ecumênico, dificultou ainda mais o mapeamento que os órgãos de segurança e de inteligência, comandados por Brasília, que sem essas intercorrências, facilmente desarticulavam. Iria tomar a dimensão e a importância que tomou.

O episódio das prisões arbitrárias de dois padres franceses e treze posseiros, desprovidos de bens materiais, mas que resolveram defender a terra em que viviam e dela, tiravam seu sustento e de suas famílias, despertou um espírito de conscientização em parte da sociedade civil brasileira, que se encontrava fadigada pelas perdas de direitos e de liberdades. “Cresceu pelo país um movimento de solidariedade que se expressava pela fundação de núcleos do Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia (MLPA), por dezenas de cartas que chegavam de todos os recantos, inclusive do exterior e das milhares de pessoas que vinham de longe para visitá-los.” (FIGUEIRA, 1986, p. 85).

Os dias que sucederam os primeiros fatos, foram dias de muitas tensões, dias de muitas lutas físicas e jurídicas. Houve muita perseguição e muitas intimidações, mas uma coisa dessa vez seria aliada dos mais fracos. A história, a partir daquele momento, dos cantos e das vigílias, das manifestações e das tentativas de barrá-las e dos desmontes da grande rede de mentiras que dominava a cena jurídica no sul e sudeste do Pará, poderia desta feita, ter a sua história vista e

contada de baixo, (conceito de experiência de Edward P. Thompson)⁷⁵ teríamos a versão dos acostumados a contar à sua maneira, as suas histórias, mas teríamos também a oportunidade de ouvir as versões e representações dos subalternos.

A partir do início das vigílias nas escadarias do IPASEP, o MLPA, atraía para si, os holofotes do mundo e é dessa maneira, com os desdobramentos dessas prisões, das tentativas de manipulações dos julgamentos e da comparação de narrativas, que desconstruíram algumas versões, é que serão descritos os fatos que compõem o capítulo final de nossa pesquisa. Ele irá tratar das mobilizações paralelas, às tomadas de decisões que pretendiam desmobilizar, cansar e fazer prevalecer, como estavam acostumados os agentes do regime ditatorial civil/militar, as pessoas que ousaram investir contra aquela já insuportável forma de viver, que os homens de verde oliva, mancomunados com os tubarões da terra⁷⁶ impunham, há quase duas décadas, em nossas vidas.

3.7 Nas ruas, os paraenses justificam ao país a frase: do Brasil, sentinela do norte

*“Quero entoar um canto novo de alegria
Ao raiar daquele dia
De chegar ao nosso chão.
Com meu povo celebrar a alvorada
Minha gente libertada
Lutar não foi em vão
Peregrino nas estradas de um mundo desigual
Espoliado pelo lucro e ambição do capital
Do poder do latifúndio, enxotado e sem lugar
Já não sei por onde andar...
Da esperança eu me apego ao mutirão
Sei que Deus nunca esqueceu
Dos oprimidos o clamor.
E Jesus se fez dos pobres
Solidário e servidor
Os profetas não se calam
Denunciando a opressão:
Pois a terra é dos irmãos...
E na mesa igual partilha tem que haver
Pela força do amor o universo tem carinho
E o clarão de sus estrelas
Iluminam meu caminho
Nas torrentes da justiça
Meu trabalho é comunhão.
Arrozais florescerão...
E em seus frutos liberdade colherei”.*

⁷⁵ “A experiência histórica é para o historiador a repentina ruptura do contexto de sua própria existência”, NICOLAZZI, Fernando. **O conceito de experiência histórica e a narrativa historiográfica**. Porto Alegre, 2004. p. 94. “A história é a memória de uma cultura e a memória jamais pode estar livre de paixões e de comprometimentos” *apud*. PALMER, Bryan. Edward Palmer Thompson. **Objecções e oposições**. Trad. De Klaus Brandini Gerhardt. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 123-124.

⁷⁶ O termo tubarões da terra, era muito frequente nas publicações tanto do jornal Resistência quanto das publicações dos panfletos do MLPA e da CPT.

“Peregrino nas Estradas (Quero entoar), autoria do Frei Dominicano, Domingos dos Santos (Mingas).

Esta canção foi muito executada durante o período em que existiu o MLPA. Nas igrejas ela podia ser ouvida durante as missas e se fez extremamente popular nas ruas, pois o movimento era plural e por abraçar essa causa, a classe artística mais engajada, também se envolveu na questão da libertação dos presos.

O povo brasileiro, de fato já demonstrava sua insatisfação com o regime. A cidade de Belém, que no século anterior, já havia protagonizado a única rebelião que culminou com a conquista real de poder em uma Província dentro do Brasil Império, a Cabanagem (1835 – 1840), se fez a capital do MPLA, e sentiu-se novamente orgulhosa em se ver representada, pela estrela solitária na parte superior do arco que divide o círculo no centro da Bandeira Nacional⁷⁷. O movimento se tornava popular e se fazia divulgar por diversas maneiras: adesivos, camisetas, cartazes, uma vasta confecção de panfletos, pichações em paredes e muros e como não poderia deixar de ser, pelas músicas de protesto, executadas em coro nas reuniões e nas manifestações de ruas. Para Helena Lima, professora, membro da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE, como Secretária das equipes de Educação Popular e participante atuante do movimento, em entrevista concedida a este pesquisador em sua casa no dia 25/02/2022, declarou que: “foi o momento mágico das manifestações pelas liberdades dos presos e pela queda da ditadura”.

Para Madeleine Bedran, arquivista da CPT, durante a existência o MLPA, em entrevista a este pesquisador na biblioteca Arthur Viana, em 07 de maio de 2022, revelou a existência de uma gama de documentos que foram compostos, e das correspondências recebidas de vários países do mundo, em solidariedade aos presos do Araguaia. Revelou também, acerca dos riscos presentes, pois existiam pessoas infiltradas na resistência, para que assim, os agentes do regime, pudessem monitorar as ações do movimento. Fala com entusiasmo das qualidades que as pessoas da esquerda da época, que segundo ela, era muito mais preparada e culta, pois seus integrantes: estudavam e discutiam. Textos e obras, de autores que contribuíam com a qualificação dos argumentos, que embasavam os discursos, sobre as alternativas de substituição ao modelo de governo que se impunha sobre os brasileiros, desde o golpe de 1964.

Uma pergunta, entretanto, é pertinente! O que levou, dessa vez, a sociedade a se mobilizar em defesa desses presos, haja vista que inúmeros outros casos de violência no campo

⁷⁷ A estrela Solitária representa na verdade, não a capital Belém e sim, o Estado do Pará.

A estrela Spica se encontra acima da faixa que expressa “Ordem e Progresso” e representa o Estado do Pará, que no ano de 1889 correspondia ao maior território acima da linha do Equador. Fonte: Google. Disponível em: <https://brasile scola.uol.com.br>.

e de violação de direitos de civis, eram fatos recorrentes naquela região? Procuramos encontrar respostas, nas diversas contradições que pesavam sobre os acusados.

Os jornais periódicos diários de grande circulação nas capitais, foram os divulgadores da grande confusão montada pelos acusadores. No dia que sucedeu o tiroteio no Cajueiro, jornais de Belém, divulgaram a notícia de que um gerente de fazenda na região do Araguaia, havia sido assassinado por invasores. Dizia na matéria de O Liberal, de 14/08/81, no caderno de polícia, página 18, que “[...] A Polícia Federal dava proteção aos técnicos do GETAT, que tinham a missão de desocupar e demarcar uma fazenda da área [...]”. E segue o texto afirmando que: “[...] Quando chegaram ao local, em dois carros, foram atingidos por tiros de cartucheiras disparados por um grupo de posseiros que ocupava o lote de terra [...]”.

Essa foi a notícia que chegou a Belém, a Brasília, São Paulo e ao resto do país, entretanto, essa narrativa se viu desfeita meses depois, primeiro pelos relatos dos próprios posseiros, depois pelos relatos dos padres, através de seus interlocutores, já que eles foram submetidos à “lei da mordaca” e mantidos incomunicáveis, e por fim, a verdade acabou sendo explicitada pelo próprio requerente (alegadamente) dono da fazenda e “patrão” do suposto gerente, que supostamente, seria o homem morto. De fato, houve um morto, mas não se tratava de Luiz Ozenan de Brito Beckman, o gerente, e sim, como declarou em entrevista ao “Diário da Manhã” de Goiânia, em 15/12/1981, o deputado Juracy Teixeira, “o morto era outro”.

Nessa entrevista, o deputado Juracy, contou que em sua fazenda, viviam 19 posseiros e que mantinha com eles, uma convivência pacífica, pois reconhecia seus direitos de posse, mas que não aceitaria, contudo, invasão de sua propriedade e declarou que: “[...] é a invadir que esses padres baderneiros têm ensinado. Nada mais do que isso [...]”. Ali também, afirmou que: “[...] Eu sempre soube que o morto não era o Luiz Ozenan. Quem morreu foi o Luiz Nunes dos Santos Trindade, que eu havia contratado para trabalhar em minha fazenda e que seria gerente, caso tivéssemos nos dado bem [...]”.

Juracy, apenas confirmou uma publicação do mesmo Correio da Manhã, do dia 10/12/981, no texto, o jornal revelava que “Não foi o gerente da Fazenda Cajueiro que morreu no ataque praticado por 13 posseiros em São Geraldo do Araguaia, no sul do Pará, contra uma equipe da Polícia Federal e do Getat: o gerente continua vivo e mora atualmente perto de São Domingos, formando uma nova fazenda”. Na matéria, o jornal expunha que a revelação havia sido feita na véspera 09/11/81, pelo lavrador Leônidas Furtado Alves, na segunda audiência de instrução do processo movido na Justiça Militar contra os padres Aristides Camio e Francisco Gouriou, juntamente com os 13 posseiros que teriam participado do ataque ocorrido no dia 13 de agosto.

O advogado Luís Eduardo Greenhalg, que defendia os padres, alegou ilegalidade nas ações do GETAT e da Polícia Federal, pois assim poderia se comprovar nas declarações do posseiro. Versão corroborada na primeira entrevista à imprensa do padre Aristides Camio, onde ele declarava que a pessoa morta era um pistoleiro contratado por Juracy Teixeira, 15 dias antes do ataque dos posseiros, fato que teria disseminado pânico nos moradores locais, e essa informação, prestada pelo lavrador, que confirmava a versão apresentada pelo padre, mudava um pouco a história que havia sido novamente apresentada na quarta-feira 09/12/81, durante o depoimento prestado em Marabá, pelo delegado da Polícia Federal, Alan Kardeck Costa, onde este afirmava que a polícia e o GETAT, haviam levado consigo na diligência, o gerente da fazenda, porque “ele conhecia a região” e poderia indicar os locais onde havia “invasores”, podendo ajudar assim, na identificação “de quem era posseiro e quem era invasor”.

Como é plausível interpretar, o caso montado para desenvolver um plano de descrédito da Igreja Católica na região amazônica. Não fora assim tão bem-organizado. Entretanto, da frase primeiro atribuída a Maquiavel, “Aos amigos os favores, aos inimigos a lei”, que recebeu em nossas terras, nas predileções de Getúlio Vargas, sua interpretação de: “Aos amigos tudo, aos inimigos, a lei”, era percebido no desenrolar dos fatos. Durante a segunda sessão de instrução do processo foram ouvidos, o delegado Alan Kardeck, e mais dois agentes, Ozias Mendonça Neto e Lumar de Oliveira Fonseca, que foi ferido no confronto. Achilles Pinto Filho, de férias em Alagoas, não compareceu, mas os depoimentos tinham enormes semelhanças. Todos os três acusaram os padres, especialmente Camio, de se aproveitar da grande liderança que possuía sobre os posseiros, para fazer pregações político-ideológicas e os incitar a desobedecerem as leis, invadirem propriedades, e até cometerem delitos. (Diário da Manhã, 10/12/81).

No dia 01/11/1981, o intelectual goiano de Jataí, escritor e advogado, José Godoy Garcia, teve publicada no jornal Diário da Manhã, de Goiânia, um texto recheado de indagações sobre o caso dos padres e posseiros do Araguaia, nesse texto ele revelava entre outras inquietações, a posição assumida pela Igreja Católica, sob influência da Teologia da Libertação nesse período e do condicionamento de marginalização a que ela foi submetida, pelos comandantes dos gabinetes militares de Brasília e das suas representações estaduais país a fora. Em um fragmento do texto podíamos ler:

[...] Fico pensando: O que fizeram os padres Chico e Aristides Camio para estarem ameaçados de expulsão do país? Que crime tão grave cometeram? Esta indignação, não vem só a mim. Ela está na consciência de tanta gente espalhada por este país. Que crimes cometeram os padres Aristides Camio e Francisco Gouriou? Tornaram-se chefes de quadrilhas de jogo de bicho? Tornaram-se corruptores de menores

abandonados? Fazem parte de quadrilhas organizadas e para-oficiais para arrancar dinheiro das poupanças populares à custa de conluíus de prestígio e da utilização de incentivos, sempre lesivos ao povo brasileiro? São proprietários de casas de contravenções, de motéis luxuosos? São traficantes, chefes de quadrilhas de traficantes de drogas que inutilizam parte de nossa juventude? Fazem parte de “esquadrões” que eliminam vidas a serviço de organizações clandestinas ou a serviço de particulares? São grileiros, são participantes de quadrilhas de roubo de terras públicas? São participantes de quadrilhas engolidoras de verbas de projetos dadivosos da Sudene, Sudeco, Sudam, Embratur, etc., etc.? Nada, nada disso [...]. (Diário da Manhã, 01/11/1981, p. 4).

Em outro trecho, ele decide apontar os motivos pelos quais os padres e posseiros estavam sendo acusados, mas principalmente, opta por descrever a perseguição que a instituição Igreja está sendo submetida, e os padres, apenas são os seus mártires, numa visão nova, de Igreja, que agora, era opositora do Governo Militar. Lá ele expõe sua ótica acerca das acusações imputadas aos presos:

[...] O crime dos padres François e Aristides é simplesmente este: ‘estão acusados de conscientizar os camponeses’, de defender seus direitos. Acusados de não estar a favor dos poderosos. Acusados de estar aplicando a doutrina social da Igreja Católica Apostólica Romana. Acusados de estar a favor dos humildes. Acusados de estar aplicando a verdadeira religião de Cristo. E, segundo este governo tão barbaramente anti-povo, os dois missionários deverão ser expulsos de nosso país [...]. (Diário da Manhã, 01/11/1981, p. 4).

Como podemos acompanhar, as manifestações em solidariedade aos prisioneiros, começavam a brotar, de vários lugares do país e do mundo, e os militares que desejavam comandar inclusive as diretrizes da Igreja, aparentemente esqueceram, de ler as “escrituras sagradas” e no livro de Provérbios, 16:18, se pode ler que: “A soberba precede a ruína, e a altivez do espírito, à queda”, ou seja, eles desafiaram a milenar Instituição Igreja Católica, e ignoraram que esta instituição, sobrevivera por séculos, a altos e baixos e mesmo assim, sobrevivera. Os padres eram europeus, tais qual, a Igreja e os desmandos, locais, e não contavam os militares, além de não conseguirem perceber, que havia um questionamento a ser respondido, que, mesmo “[...] considerando a história predominantemente conservadora e anticomunista do clero católico brasileiro, o que explicaria esse engajamento de setores da Igreja em relação às lutas camponesas” (PESSOA, 2019, p. 23).

Exposta essa deficiência de compreensão, as reações capitaneadas pela Igreja Católica, foram fortes e as notas de repúdio às ações da Polícia Federal, na condução das apurações dos fatos, começaram a ser repassadas à população dentro das igrejas, em seus atos litúrgicos e missas, além de declarações de seus membros de maior visibilidade na hierarquia do Clero. O arcebispo metropolitano de Belém, Dom Alberto Gaudêncio Ramos, emitiu uma nota, lida no domingo 05/09/81, em todas as igrejas de Belém, onde afirmava que: os padres foram presos

“por se colocarem a serviço dos pequenos, vendo interpretada a sua presença como subversiva e incitadora da violência”. No mesmo dia, o bispo de Conceição do Araguaia, dom José Patrício Hanrahan, distribui outra nota condenando as prisões dos padres e posseiros, que segundo ele, foram “feitas de forma brutal”.

O Jornal o Estado de São Paulo, no dia 18/09/1981, publicou matéria onde destacava em letras garrafais, como manchete, que “Líder dos posseiros confirma: sofreram influência dos padres”, a matéria relatava que o lavrador, João Matias da Costa, maranhense de 59 anos, considerado o líder dos posseiros, relatou ao correspondente do jornal, que os padres teriam influenciado a ele e aos demais, a reagir contra os funcionários do governo federal que iriam despejá-los de seus lotes, na incursão feita pelos policiais e agentes do GETAT. O mesmo correspondente, conversou também “demoradamente”, como relatado na matéria, com o padre Aristides, que confirmou já ter ouvido a acusação ainda em São Geraldo durante sua acareação com os posseiros, feita pela Polícia Federal, mas negou que fosse verdade e que na ocasião, na frente dos lavradores ele lhes disse que não pronunciavam a verdade e ainda, que eles não reconstituíram integralmente suas palavras que foram ditas durante a missa que antecedeu o conflito.

Também no dia 18/09/1981, chegam a Belém, o senador por Alagoas, Teotônio Brandão Vilela, vice-presidente nacional do PMDB, partido de oposição ao governo e irmão do Cardeal Católico, Dom Avelar Brandão Vilela. Com ele, a deputada federal, Cristina Tavares, do mesmo partido, que acompanhado do deputado federal paraense Jader Barbalho, tentam sem sucesso, uma entrevista com os padres. No dia seguinte, o dia 19, Teotônio, Cristina, Jader, o padre Ricardo Rezende, o advogado Paulo Fonteles, acompanhados por jornalistas, chegam em São Geraldo, onde o Exército controla a entrada de pessoas à cidade, lá recebem denúncias de que pessoas estão sendo vítimas de torturas, e nessas, são utilizados fios elétricos, além de tomarem conhecimento da existência de um panfleto difamatório contra dona Oneide Lima, chamando-a de rapariga. Estes panfletos são lançados por um avião sobre a cidade e contém fotos em sua impressão, que foram apreendidas na casa do Padre Aristides. (CHINEM. 1983, p. 52).

Figura 6 - Reprodução do panfleto difamatório atirado sobre a cidade por um avião



Fonte: Lima (2020, p. 78)

No dia 21 de setembro, as mulheres e irmãs dos posseiros, chegaram à Belém, iriam poder visitá-los no dia seguinte, 22, entretanto, essas visitas estavam concorridas e não apenas elas, pois junto, havia uma quantidade imensa de religiosos que “engrossavam” as filas para acessar as dependências da Polícia Federal. Na saída, no entanto, elas denunciaram torturas e pressões, além de serem unânimes na defesa dos padres. Eugênia Matias, filha de João Matias, afirmou: “Acabaram com tudo que tinha na casa do meu pai”, enquanto dona Maria de Lourdes, esposa do posseiro preso, Armando Lopes, declarou: “Estão fazendo os presos condenarem os padres”. Aristides, então, nos interrogatórios, começou a explicar, os documentos e objetos que possuía em sua casa. (RESISTÊNCIA. ano IV, n. 30, out. 1981, p. 7-8).

Um culto ecumênico, na quarta-feira, dia 23, reúne sacerdotes de cinco Igrejas, além da Católica, a da Confissão Luterana, a Metodista, a Batista e a do Evangelho Quadrangular. O

culto reuniu cerca de 600 pessoas, e estavam presentes: Dom Vicente Zico e Dom Ângelo Frosi. Entre os oradores: Dom Alano Pena, bispo de Marabá, pastor Emil Shubert e os padres Bernardo Hoyos e Savino Mombelli. Todos foram muito aplaudidos e em seguida, em ato público, seguiram em passeata. No trajeto, chegam em frente à sede da Polícia Federal, que à época, era muito próxima, do Palácio Antônio Lemos, sede da Prefeitura de Belém, e por ocasião dessa aproximação, foi possível avistar, em uma janela do prédio da Polícia Federal, o aceno de um dos presos, provavelmente foi o padre Chico quem acenou, e assim sendo, em consequência daquele movimento, o ato público, foi realizado ali mesmo, contando com a interação do preso que interagiu através da janela, com os demais. Tudo ocorria sob um clima de muita emoção, até que um agente ao perceber essa interação, decidiu por fechar a janela. Neste dia, o Superior Tribunal Militar, negou o *habeas-corpus* solicitado pela defesa e decidiu manter as prisões, sob o argumento de que em casos de enquadramentos na Lei de Segurança Nacional, não cabiam mandados judiciais, portanto, naqueles casos, esse remédio jurídico não poderia ser aplicado. (CHINEM, 1983, p. 53).

A CNBB repeliu os ataques à Igreja e defendeu os padres franceses. A presidência da CNBB e a Comissão Episcopal de Pastoral – CEP, divulgaram no dia 24 de setembro de 1981, um comunicado sobre os conflitos de terra, onde afirmavam que: “ultimamente, tem surgido acusações falsas contra elementos da Igreja, como se fossem eles os promotores de invasão de terras”, e foram além, explicitavam suas posições de maneira contundente:

[...] Procura-se dessa forma – diz o documento – descarregar na Igreja e em seus ministros a responsabilidade por um estado de coisas, que é fruto de uma estrutura fundiária injusta e da ganância de grandes empresas, favorecidas pelos incentivos fiscais. Há uma grande diferença entre comprometer-se com os posseiros e incitá-los à violência [...].

A CNBB e o CEP, protestaram ainda, contra o cerceamento de defesa e de visitas a que foram submetidos os padres Aristides Camio e Francisco Gouriou, presos e indiciados na Lei de Segurança Nacional, sob as acusações de incitar os posseiros. Seguiu o documento denunciando ainda, as “irregularidades de instrução policial e no caráter reservado do processo movido contra eles”, alegando que os dois padres, apenas cumpriram seu dever de orientar o povo na defesa de seus direitos. (Jornal de Brasília, 25/09/1981, p. 5).

A negação de *habeas Corpus* aos padres, provocou declarações contundentes por parte de membros da Igreja. O bispo de Teófilo Otoni, MG, Dom Quirino Adolfo Schmitz, protestou no dia 24 de setembro de 1981, onde se pronunciou dizendo:

A Lei de Segurança Nacional, tem um espírito nazista com efeitos draconianos⁷⁸. Parece uma semidivindade, a qual todos têm que servir, quando deveria representar a segurança do povo. Ela se tornou um instrumento daqueles que têm o poder nas mãos, que, com medo, a utilizam para abafar qualquer coisa que os contrarie. Ela é contraditória com a abertura democrática propagada pelo governo.

Dom Quirino, seguiu sua explanação, apontando que: “primeiro os padres são pintados como capetas. Ao se analisar a situação com calma, constata-se que eles não têm culpa. Mas eles ficam sem possibilidades de defesa. Pelo menos isso é prejudicial a uma verdadeira democracia”. (Jornal de Brasília, 25/09/1981, p. 5).

Como podemos perceber, os membros da Igreja se mobilizam pelo país em defesa dos presos, e demonstram claramente, que dessa vez, haverá resistência às acusações e aos encaminhamentos de inquéritos, que anteriormente a este, tinham um caráter basicamente acusatório e unilateral. Desta vez, o clero se manifestava e partia para a contraofensiva, trazendo consigo, as divulgações, tanto das diretrizes da Igreja na defesa de seus membros, quanto dos andamentos dos inquéritos, aos quais estes membros estavam sendo submetidos. Assim, em Belém, onde os presos se encontravam, nessa mesma noite da sexta-feira, 25, uma nova missa foi concelebrada por 14 bispos e inúmeros padres. Foi assistida por cerca de 300 pessoas e cada bispo leu um trecho do documento que fora emitido no dia anterior e que havia sido publicado nos jornais, naquele mesmo dia.

As movimentações da Igreja e das pessoas sensíveis às causas dos direitos humanos e à democracia, surpreendia os militares, assim, a cada movimento executado no sentido de culpar os presos, uma nova ação era organizada pelo MLPA para se contrapor. No dia 28 de setembro, uma grande reunião democrática, deliberou pela manutenção das vigílias e mais, decidiu fazer circular um grande abaixo-assinado de alcance nacional, que pedia a libertação dos 2 padres e dos 13 posseiros presos desde o mês de agosto. (CHINEM, 1983, p. 53).

Assim, buscando contornar dilemas e vislumbrando encontrar soluções que rápido, satisfizessem os desejos dos militares e também, contassem com um aceite da parte da Igreja, no dia 03 de outubro de 1981, a cúpula da CNBB, foi recebida pelo ministro chefe da Casa Civil, João Leitão de Abreu, para um encontro negociado por dom Luciano Mendes de Almeida, secretário-geral da entidade, que acompanhado por dom Ivo Lorscheiter, presidente, e dom Clemente Isnard, vice-presidente, discutiram a situação dos padres e tentaram chegar a um

⁷⁸ Durante o AI-5, o Presidente Costa e Silva, promulgou o Decreto-Lei 898/69, que vigorou durante quase toda a década de 70, e que trouxe como principais novidades a previsão de pena de morte e prisão perpétua, nos crimes que resultassem em morte. Estas inovações eram inéditas na história da República, o que demonstra ter sido esta a mais rigorosa das leis de exceção. Muitas das vezes os ministros do Superior Tribunal Militar deixaram de aplicá-la devido ao seu extremo rigor. (CHINEM, 1983, p. 60).

consenso no tangente à não expulsão dos religiosos. Embora tenham negado esse caráter do encontro, pois declararam na saída do gabinete do ministro, que tudo no encontro, havia transcorrido dentro da maior naturalidade e que o ponto básico dele, era a busca pela abertura de um novo canal de comunicação entre a Igreja e o ministro, com trocas de informações e entrega de documentos da Igreja. Dom Luciano, entretanto, afirmou que o caso dos padres, não poderia ser tratado isoladamente “porque não era uma conversa formal, dentro de um gabinete”. Era o começo, segundo ele, “de novas conversas, de troca de informações”, (haja vista, Leitão de Abreu, estar a pouco tempo ocupando a pasta, assumira pela segunda vez essa função, ainda no ano de 1981). (Jornal de Brasília, 25/09/81, p, 5).

No encontro, além de conversa genérica, o presidente da CNBB dom Ivo Lorscheiter, entregou ao ministro Leitão, os últimos documentos da CNBB, entre eles, o “comunicado da Presidência e da Comissão Episcopal de Pastoral (o mesmo expedido e lido nas igrejas no dia 25 de setembro), sobre os conflitos de terra”, “Reflexões Cristãs sobre uma Conjuntura Política” e a encíclica “*Laboren Exercens*”. Ou seja, acabou deixando escapar, que o documento sobre conflitos de terra, na verdade, foi o principal responsável pelo encontro. Os religiosos, saíram otimistas do encontro, porém, mesmo otimistas, nenhum deles arriscou anunciar qualquer definição sobre o futuro dos missionários. Apenas dom Luciano Mendes, se mostrou mais à vontade e fazendo referências a um fato acontecido no ano anterior, quando o padre Vito Miracapillo, havia sido expulso por divergir das determinações do sistema, disse: “já não é o mesmo clima de há um ano atrás”. (Folha de São Paulo, 04/10/1981, 1º caderno, p, 10). A CNBB, durante mais de três horas, apresentava o pedido oficial de que fosse concedido aos padres e posseiros, amplo direito de defesa. (CHINEM, 1983, p. 53).

Mesmo com o cumprimento dessa agenda com o Ministro Leitão de Abreu, no dia 09 de outubro, em uma operação sigilosa realizada na madrugada, os padres Chico e Aristides foram transferidos para a Superintendência da Polícia Federal em Brasília. Políticos alinhados ao regime como os deputados Gerson Peres, Jorge Arbage e do líder do PDS na Assembleia Legislativa do Pará, o deputado estadual Zeno Veloso. Estes se diziam temerosos de que fosse possível a realização de uma grande manifestação de protestos no dia do Círio, e então, dando celeridade aos autos, o Ministro da Justiça, determina a abertura de inquérito para fins de expulsão dos dois religiosos do país, os fundamentos jurídicos utilizados para justificar essas expulsões, seriam “regidos pela Lei dos Estrangeiros, o delito comum a incitamento e homicídio e a infração à Lei de Segurança Nacional (sublevação da ordem e incitamento ao desrespeito coletivo às leis)”. (CHINEM, 1983, p. 53-54).

Naquele momento do impasse, a grande questão era, seriam ou não os padres expulsos do país? Dom Luciano Mendes de Almeida, em entrevista ao jornal de Brasília do dia 11/10/1981, destacou que do encontro com Leitão de Abreu, ocorrido segundo ele em tom cordial, se mostrou esperançoso, de que o ministro se empenharia para garantir as condições indispensáveis de justiça naquele caso. Quanto à possibilidade de expulsão, ponderou que a CNBB, depositava confiança no poder judiciário e que esperava um “reto discernimento da suprema autoridade da nação”. Entretanto, negou que a CNBB, tivesse sido informada sobre qualquer movimento de transferência dos padres para a superintendência da Polícia Federal em Brasília, e que não havia confirmação desse fato pelo Ministério da Justiça. Essa transferência só foi comprovada, na visita do bispo à Polícia Federal. (Jornal de Brasília, 11/10/19810).

A maior manifestação Católica do Brasil e quiçá do mundo, é o Círio de Nazaré. Essa procissão religiosa, tradicional e mística, percorre as ruas de Belém, acompanhada por milhões de pessoas. Segundo o jornalista Lúcio Flávio Pinto, a Igreja Católica, tem em seus dois mil anos de história, uma quantidade enorme de mártires, e sobre esses mártires, durante todos esses anos, edificou muito de suas estruturas. Assim sendo, mártires, era exatamente tudo o que o regime não queria naquele momento. Por conta disso, manter os dois padres no cárcere, no centro da cidade, exatamente no trajeto por onde os peregrinos e romeiros (como são conhecidos os católicos que costumam acompanhar a procissão para pagamentos de promessas por graças alcançadas, ou para solicitar que essas graças lhes chegassem), tem obrigatoriamente de passar, não seria estratégico e tampouco, seria minimamente inteligente. Não parecia, portanto, o cativo, ser uma ideia convidativa, e por mais que o regime fosse de rigidez, a religiosidade, como se sabe e como era plausível compreender, poderia ser um elemento capaz de mobilizar de forma potente, a ponto de desestabilizar a paz naquele lugar, naqueles dias, desgastando ainda mais a já claudicante imagem de seriedade e respeito, que adotaram para se auto imputar, os militares, como os defensores da família, da propriedade e do estado.

A cidade estava tomada pelos clamores do MLPA, o Círio de Nazaré, é conhecido como o Natal dos paraenses. A quantidade de pessoas que visitam Belém, vindos de diversos interiores do estado, de outros estados do Brasil e também de outros países, é muito grande, ou seja, para quem lutava por uma causa, contra um inimigo poderoso e que não era surpresa e tão pouco novidade, tinha o controle de narrativa das informações que eram repassadas às populações locais e do restante do Brasil e do mundo, nada mais adequado para se fazer ver e ouvir, do que aquela oportunidade.

Sabedores disso, cerca de 1.500 homens das policias: civil e militar, foram mobilizados pela Secretaria de Segurança Pública – SEGUP, a fim de evitar manifestações de caráter político

durante a procissão do Círio, que seria realizado pela 189ª vez, no domingo, dia 11 de outubro de 1981 e reuniria naquela ocasião, estimados, um milhão de pessoas, que partiriam em procissão da Igreja da Sé, no bairro da Cidade Velha e se deslocaria como por tradição, até a Basílica de Nossa Senhora de Nazaré, situada no bairro com o mesmo nome, em um percurso de aproximadamente, 4 km. O secretário de Segurança, Paulo Sette Câmara, divulgou nota no sábado, 10 (véspera do Círio), onde informava que a polícia não permitiria manifestações políticas durante a procissão. Acreditava ainda, que a transferência dos padres, um mês depois da prisão, esvaziaria os movimentos de protestos programados para o dia da procissão, entretanto, Belém, fervilhava de romeiros desde o início da semana, os hotéis estavam com as reservas tomadas desde agosto, o terminal rodoviário, registrou a chegada de 20.000 pessoas, um número difícil de ser estimado, chega por via fluvial, e às companhias aéreas, realizaram voos extras para atender a demanda. O popular apresentador, Chacrinha, fez show no centro comercial, dois navios da empresa de navegação da Amazônia, foram estacionados no porto para funcionar como hotéis. (jornal de Brasília, 11/10/1981). Ainda assim, representantes de várias entidades e alguns religiosos, acompanharam o Círio, com uma tarja preta presa às vestes, em sinal de luto.

Cerca de 1000 manifestantes, portando dezenas de faixas, que se estendiam por vários quarteirões, em meio à procissão. Foram atacados pela PM e por outros agentes policiais, pouco antes da chegada da imagem à Basílica. Descaracterizados e não identificados, eles destruíram as faixas, que continham frases bíblicas como: “Não oprimas estrangeiro, órfão e viúva”, “Senhor, escutai o clamor do povo que caminha e livrai-o do opressor” e “O espírito do Senhor me enviou para pôr em liberdade os presos”. Agrediram com socos e pontapés, os manifestantes que resistiram, além de prenderem três religiosos, arrastando-os com violência. Nessa investida, o Frei Manoel da Silva Lima, teve um corte no supercílio, já os padres Dionísio Sciuchepi e Júlio Laura, saíram feridos com escoriações gerais, porém sem gravidade, mas, o padre Dionísio, que já fora provincial dos jesuítas na Bahia e vice-presidente da Conferência dos Religiosos do Brasil – CRB, ao tentar intervir nas agressões sofridas desta feita, ao final da procissão, quando os manifestantes já se encontravam sentados e com suas faixas, as que restaram, enroladas, foi algemado e jogado para dentro de um “camburão”⁷⁹, somente sendo liberado bem mais tarde, pela interferência de dom Vicente Zico. (CHINEM, 1983, p. 54).

Como se pode perceber, aquele momento, era um momento de exposição da cidade e do cotidiano, pelo menos parcial, de como estava Belém, a cidade que excetuando o Círio, havia

⁷⁹ Nome popularizado, das viaturas policiais.

se tornado notícia nos meios de comunicação do restante do país, pelo fato de manter cativos, dois padres e 13 posseiros, personagens de um episódio que envolvera agentes públicos e a Igreja Católica, desta vez, em posições antagônicas. Portanto, para nossa pesquisa, é importante ressaltar que: “A noção de ‘tempo presente’ se torna nesse contexto, um meio de revisitação do passado e de suas possíveis certezas, como também, das possíveis incertezas” (DOSSE; FRANÇOIS, 2011, p. 7).

Dessa forma, para melhor contextualizar o momento daqueles fatos, se torna plausível, que possamos conduzir o leitor, ao cenário que abarcava, naquele momento, um fato importante para a sociedade civil paraense, que dentro de uma atmosfera de grande manifestação religiosa (que por meio desse evento, faz da cidade, referência no calendário Católico mundial), luta para conseguir libertar, dois religiosos que se encontram presos, por uma questão política. E o que poderia ser apenas mais um episódio de contenda agrária, tomou uma dimensão que talvez, não estivesse dentro das expectativas dos mantenedores do sistema, já que essa sociedade civil, se organizou e se utilizou de todas as oportunidades que lhes foram apresentadas (inclusive da organização estrutural da Igreja), para denunciar os desmandos da ditadura e clamar por mais liberdade e democracia, além de questionar o sistema jurídico vigente, que era contumaz no atropelamento dos devidos processos legais.

O ato de transferência dos padres, contrariando o imaginado pelos militares, não funcionou. Dois ônibus, com 88 pessoas, padres, freiras e agentes de pastoral, foram em comitiva visitar os detidos na sede da Polícia Federal, em Brasília. Lá chegando, os ônibus foram detidos e permaneceram durante várias horas na estrada Brasília-Goiânia, sob o argumento de que estavam com pneus sem condições de trafegar, após esse episódio, esse mesmo grupo saído de Goiânia, ficou por mais duas horas na entrada da Polícia Federal na hora do almoço, e apenas alguns poucos, formando pequenos grupos, tiveram acesso às dependências.

O bispo de Goiás Velho, dom Thomás Balduino, o de Porto Nacional, dom Celso Pereira, permaneciam no portão da instituição em sinal de protesto. O bispo de Goiânia, dom Fernando Gomes, que havia organizado a caravana, denunciou: “Isso é uma vergonha. Estamos sendo tratados como escravos. Eles estão criando dificuldades para visitarmos nossos irmãos que estão presos, contrariando nossa história e tradição”. (jornal O Liberal, 21/10/1981).

Como podemos perceber, a Igreja Católica, nos seus dias de ápice dos exercícios práticos da Teologia da Libertação, amplamente discutidos e divulgados pelas cartas de Puebla e Medellín, se mobilizava e chamava à atenção, para os temas da “migração e das políticas governamentais para o desenvolvimento da região amazônica, onde não podemos ignorar os

deslocamentos de trabalhadores pobres, submetidos à violência dos proprietários de terra e do Estado, sob a ditadura militar”. (NETO, 2016, p. 21).

Segundo Lúcio Flávio Pinto, o fator preponderante da decisão do regime militar em se contrapor a Igreja Católica naquele momento, se dava muito em função de uma disputa interna nos bastidores do Exército, e conseqüentemente do regime, já que a abertura política, prometida pelo General João Batista de Oliveira Figueiredo, encontrava fortes resistências dentro das hostes do próprio Exército e principalmente dentro do Serviço Nacional de Informação – SNI, já que o provável sucessor de Figueiredo na presidência da República, deveria ser, se o regime permanecesse no poder, o então chefe do SNI, General Otávio Aguiar Medeiros (Emílio Garrastazu Médici e o Próprio Figueiredo, tinham sido conduzidos direto dessas chefias, à Presidência da República), ou seja, se naquele episódio o governo militar se mostrasse enfraquecido, a pretensão de ser presidente de Otávio Medeiros, também declinaria e como sabemos, foi o que aconteceu.

Os outrora mantenedores da aparente e imaculada figura de incorruptíveis e salvadores da pátria, o braço forte, a mão amiga (imagem criada pelos órgãos de propagandas oficiais, logo após o golpe de 1964), começava a cair em contradições, ampliar sobre si, o descrédito e a se esfacelar através de grandes escândalos, como podemos citar, o exemplo da agropecuária CAPEMI⁸⁰, envolvida àquelas alturas, em um enorme e nebuloso caso de corrupção por desvio de verbas, concedidas através de empréstimos e pagamentos adiantados, para o cumprimento de contratos para exploração de madeiras, das florestas que seriam alagadas pelo imenso lago que se formaria com a construção da Hidroelétrica de Tucuruí,⁸¹

Como é possível constatar, o momento dos militares, já não dispunha de tanto conforto diante dos olhos da população civil e mesmo da Igreja, que foi um dos aliados dos militares por ocasião da legitimação do Golpe Militar de 1964. Desta maneira, o regime busca de muitas formas, se adequar e forjar perante a opinião pública, uma narrativa de que ele agia dentro das leis e respeitava os devidos processos legais. Entretanto, como era um hábito dos militares da ditadura brasileira, não se importando com possíveis, porém, quase sempre improváveis reveses, agiam muitas das vezes, sem se preocupar com o cumprimento de suas promessas.

⁸⁰ Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente, dos militares.

⁸¹ As florestas de Tucuruí, eram um mundo a ser explorado, devendo o término do trabalho coincidir com o início do enchimento da barragem da hidroelétrica. Entretanto, tendo em vista a inexperiência da Capemi, a obra da Agropecuária nunca foi terminada. E a floresta acabou sendo inundada sem a retirada da madeira, o que representa um risco para a usina até hoje, em face do apodrecimento das árvores debaixo da água. Diários do Centro do Mundo – DCM. Disponível em: www.diriodocentrodomundo.com.br. Acesso em: 03 mar. 2021.

Passado o clamor da festividade da procissão do Círio de Nazaré, e com os advogados finalmente tendo acesso aos autos do processo, o advogado Egydio Salles Filho, que defendia os padres, afirmou que:

[...] o inquérito de Belém foi conduzido de forma emotiva, principalmente porque na emboscada do dia 13 de agosto (que segundo a polícia foi insuflada pelos dois missionários) havia agentes da Polícia Federal que não desenvolviam ação legal, uma vez que a remoção de posseiros não pode ser feita sem ação judicial. Assim, os fatos evidenciam que uma política fundiária não pode ser aplicada por órgão de Segurança, na medida em que qualquer atitude desse órgão fora dos parâmetros legais pode implicar numa reação de força. (CHINEM, 1983, p. 54).

No dia 05 de novembro de 1981, o advogado Djalma Farias, enviou uma carta endereçada ao Presidente em exercício, Aureliano Chaves (João Batista Figueiredo, estava afastado desde o dia 19 de setembro, vítima de um infarte), onde pedia a expulsão dos padres. Entretanto, nesse mesmo dia, Aureliano decidiu sustar a expulsão e determinou a apuração dos fatos mediante processo penal “sem prejuízo da expulsão dos acusados, após cumprimento de pena, se condenados por sentença definitiva”. Vale ressaltar que, nesse momento, os contatos oficiais mantidos entre a nunciatura e a CNBB com a presidência da República, procuravam esclarecer as dificuldades e insistiam em três pontos: 1) o amplo direito de defesa, assegurado pela instauração do processo penal, devolvendo quanto antes aos padres a liberdade; 2) a liberação dos treze posseiros, uma vez que para eles não fora decretada a prisão preventiva; 3) o empenho em levar adiante a solução mais profunda do problema fundiário, especialmente na área conflitante do Araguaia.

No dia 06 de novembro, o Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, assinou um documento onde libertava os padres. Ambos se preparavam para sair da prisão quando chegou uma decretação de prisão preventiva, assinada pelo juiz-auditor de Belém, Juracy Reis Costa, atendendo a um pedido de prisão feito no início do mês de outubro, pelo delegado Raimundo Mariz, que havia presidido o Inquérito policial Militar - IPM.

Assim, no dia 08 de novembro de 1981, de surpresa, os padres são novamente transferidos, desta feita, de volta para Belém, onde se desenrolaria o processo e o julgamento na Auditoria Militar. Mas nesta nova manobra, ficariam detidos no Quartel do II Batalhão de Infantaria de Selva, o conhecido 2º Bis. Os posseiros, que estavam recolhidos à sede do Departamento de Polícia Federal, foram então levados para o Presídio São José e depois para o comando Aeronáutica, ambos os quartéis ficavam na Avenida Almirante Barroso, deslocados do centro de Belém, o que aparentemente, dificultaria manifestações em seus arredores, até pelo fato, de que por se tratarem de quartéis, e da fama no trato com manifestantes por parte dos militares, o movimento estratégico, agiria como um inibidor natural a esse tipo de expediente,

porém, em uma outra ação surpresa, os posseiros, foram novamente levados para o Presídio São José

Os militares buscaram, portanto, desfigurar e apagar das mídias, o fato de as prisões não serem, naquele momento, aceitas passivamente, ou reconhecidas como autênticas, pela população e que por meio dessas desconfianças, tentaram evitar que se ampliassem as dúvidas (as já citadas anteriormente neste texto e já bem reconhecidas à época), sobre as falhas de caráteres da supostamente, ilibada corporação. Entretanto, como alertado pela professora de estudos literários, a alemã Aleida Asmann, em sua obra *Espaços da Recordação*, de 2011, podemos entender que: “Quando vemos algo extraordinariamente baixo, abominável, incomum, grande, inacreditável ou ridículo, tais coisas ficam gravadas em nossa memória por longo tempo” (ASMANN, 2011, p. 269), portanto, a tentativa de silenciar, afastar ou mesmo de tentar apagar das memórias das pessoas, algo tão próximo e naquele momento, presente, não teve nenhuma eficácia, e sim, agiu de maneira contrária, ao que podemos supor, planejaram os militares. Os protestos e concentrações, além das tentativas de visitas, apenas trocaram de lugar, assim como se trocavam, os locais das prisões.

A tentativa de criar uma verdade à conveniência do sistema ia além dos locais dos cárceres. No dia 17 de outubro de 1981, o Padre irlandês Peter MacCarty, quatro freiras vicentinas⁸² e dois leigos, são presos e torturados por agentes da Polícia Federal em São Geraldo do Araguaia. Foram levados para a sede do GETAT, forçados a ficarem de pé de frente para a parede e sob ameaças de revólveres, apanhando e xingados por palavrões. 5 agentes, espancaram o padre MacCarty. Outro padre, o norte americano Alfredo de la Ó, chega a São Geraldo e conta que tinha sido forçado a celebrar missas e realizar batizados, revelando aos demais, as cicatrizes de tortura que lhes tinham sido impingidas no ato de sua prisão em Belém. Pouco depois, o padre Peter é avisado pelos federais de que Alfredo estava em coma, entretanto, padre Peter, não pôde confirmar, mas revelou que lá Ó, fora visto por ele. Peter, deitado e aparentemente imóvel, como se de fato, estivesse em estado de coma.

Algo fora do comum também estava presente naquele cenário de São Geraldo, naqueles dias. A Polícia Federal, se utilizando do espaço da sacristia da igreja velha, celebrava seus ofícios religiosos. D. Luciano Mendes de Almeida, secretário geral da CNBB, acusou a Polícia Federal, no caso do padre Alfredo, por conta de que ele havia sido forçado por seus agentes a celebrar missas a mando deles, e dando provas da ingerência do GETAT na área religiosa. Dom

⁸² Filhas da caridade de São Vicente de Paulo, Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, Servas dos pobres. Ordem Francesa fundada em 29 de novembro de 1633.

Luciano foi além, disse que além disso, estranhava o interesse em eventos religiosos na região, exatamente em paralelo ao andamento dos processos e prisões dos 2 padres e dos 13 posseiros. Relatou ainda que, o padre Alfredo havia sido “convidado” pelo Departamento de Estradas e Rodagens – DER, para celebrar missas, mesmo sabendo que os atos religiosos dependiam da jurisdição do bispo de Conceição do Araguaia.

D. Pedro Casaldáliga, bispo de São Felix do Araguaia, definiu, em um evento numeroso, que, o GETAT, era uma “força de choque”, incumbido de limpar a área para as implantações dos projetos Carajás, Goiás Babaçu e outros. Deu também, uma nova interpretação para a sigla, GETAT, que seria de fato, segundo ele, “Garantiremos Essas Terras aos Tubarões”.

Essa fala de dom Pedro Casaldáliga, se respaldaria de fato, um ano depois, posto que, em 21 de julho de 1982 (nota-se que passado exatamente um mês do dia do julgamento dos presos do Araguaia e um ano das agressões aos religiosos), Iris Pedro de Oliveira, presidente do GETAT, teve uma reunião como secretário executivo do Programa Grande Carajás, Nestor Jost, onde garantiu que: “até o final do governo Figueiredo, em março de 1985, o GETAT pretende acabar com o litígio de terras em sua área de atuação”, além disso, também foi entregue a Jost, um documento elaborado pelo INCRA, onde se estabelecia que cerca de, 85% da área do programa, reclamava a verificação da efetiva situação dominial. Ou seja, não se sabia exatamente quem eram os proprietários das terras. (CHINEM, 1983, p. 91).

No dia 18 de novembro, o prefeito de Conceição do Araguaia, Giovani Queiroz, do PMDB, recentemente desligado do PDS, tem publicadas nas páginas do Jornal de Brasília, sua fala do dia anterior, 17 de novembro, sobre o GETAT, na matéria podia-se ler que ele acusou:

[...] O GETAT, (Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins, vinculado ao Conselho de Segurança Nacional), de ser um dos principais responsáveis pelo agravamento dos conflitos fundiários no sul do Pará. Queiroz, que também é proprietário de terras na região, disse em Belém que nas áreas onde estão sendo promovidos despejos de lavradores “o que existem são latifúndios improdutivos”. Ele acha que o governo “deveria ter coragem para desapropriar essas áreas e distribuir as terras a quem realmente produz, pois a terra tem que ter uma finalidade social. (Jornal de Brasília, 18/11/1981).

Também, foi publicada no mesmo jornal e na mesma página da denúncia de Giovani Queiroz, a notícia de que, no dia 17 de novembro:

[...] o procurador militar Demócrito Rendeiro de Noronha, denunciou ontem ao juiz-auditor da 8ª Circunscrição da Auditoria Militar, em Belém, os padres franceses Aristides Camio e François Gouriou e os 13 posseiros envolvidos na emboscada do dia 13 de agosto, em São Geraldo do Araguaia, como incursos nas sanções previstas na Lei de Segurança Nacional. Os posseiros foram enquadrados no artigo 47, da LSN, por crime de inconformismo e faccionismo político e os padres no artigo 36, número

2 e 4, parágrafo único da mesma lei, por incitamento à ação dos posseiros [...]. (Jornal de Brasília, 18/11/81).

Posto isto, o juiz-auditor, teria a partir daquela data, o prazo de 15 dias para se pronunciar. Mas, Juracy Reis da Costa, o juiz, que teria esse prazo de 15 dias para aceitar ou não a denúncia, e posteriormente marcar o dia para o início do processo, afirmou logo após receber o parecer do procurador, que dará seu voto no dia 17 (2 dias após), pelo fato de os réus se encontrarem presos. Assim, o advogado Egydio Salles Filho, encaminhou recurso contra a prisão preventiva dos padres. Djalma Farias, advogado dos posseiros, também o fez. Revelou Djalma trechos de suas alegações, onde arguia que: “os posseiros, serviram de instrumento a terceiros inescrupulosos, comunistas, subversivos, que se escondem atrás de uma batina para esconderem suas reais intenções em nosso solo pátrio”. Seu argumento foi rebatido em Belo Horizonte, pelo arcebispo de Diamantina, dom Geraldo Magela Reis, ele no mesmo dia 17, disse que: “somente depois de trabalhar em regiões onde a pobreza e a injustiça imperam, e onde quem manda é o dinheiro, a força e o poder, é que se pode compreender o trabalho da igreja de esclarecimento dos direitos do povo”, acrescentou ainda no final da entrevista que o caso dos dois padres, significava “um retrocesso político para o país”. (Jornal de Brasília, 18/11/81).

Em 19 de novembro de 1981, como já havia antecipado, o juiz aceita a denúncia do procurador militar e marca para o dia 25/11, a data para que se dê o início ao processo. A primeira etapa, seria a qualificação e os interrogatórios dos acusados em sessão pública a ser realizada na Auditoria Militar de Belém, em seguida, no segundo passo, viriam os depoimentos das testemunhas.

Como é plausível de se interpretar, os bastidores das prisões e as expectativas para o andamento dos processos e provável julgamento dos presos do Araguaia, não foram nem um pouco monótonos. Assim, no dia 23 de novembro de 1981, o jornal O Liberal de Belém, publica matéria com o título: “Promotor dará hoje seu parecer sobre os padres”, na matéria podia-se ler que:

O promotor militar Demócrito Noronha deverá conforme revelou no final da semana passada dar hoje parecer a respeito dos recursos apresentados pelos advogados contra as prisões dos padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou e dos 13 posseiros envolvidos no episódio de São Geraldo do Araguaia. Embora o promotor não quisesse adiantar seu voto, é quase certo que se pronunciará contrário ao relaxamento das prisões.

Demócrito Noronha informou também que, além dos 15 réus, ele citou mais 12 testemunhas a serem interrogadas na Auditoria Militar de Belém. Assim, como somete pela acusação deverá ser ouvidas 27 pessoas, cresce a tendência de que dificilmente o processo será julgado antes do recesso da Justiça, dia 20 de dezembro. E se não houver relaxamento das prisões preventivas, os padres e posseiros permanecerão presos até o início do próximo ano. (O LIBERAL, 23/11/1981).

Assim, no dia 25, os posseiros passam a serem ouvidos. Há, nos depoimentos, evidentes contradições, já que nem todos os posseiros, acusam os padres, e isto levanta uma questão fundamental: até onde estariam eles, em condições psicológicas para, em juízo, distinguirem entre o fato ocorrido e a relação de incitamento ao crime e às ações esclarecedoras, de seus direitos de posse e defesa de posse da terra?

Ampliando essas dúvidas e expondo contradições, os posseiros que acusavam os padres, negaram terem sido orientados para esse fim. Diziam também, estarem sendo bem tratados no Presídio São José, onde se encontravam presos. Ou seja, dadas essas declarações dos presos em depoimentos, elas contradiziam as próprias declarações do seu advogado de defesa, que solicitava para a Justiça Federal, a transferência, novamente, de seus tutelados para uma unidade militar.

No dia 09 de dezembro, são ouvidos em juízo os policiais, o delegado Allan Kardec Barbosa, e os agentes Osias Mendonça Neto e Lumar de Oliveira, os três, pertencentes à Polícia Federal. Eles apontaram os padres como autores intelectuais da emboscada na fazenda Cajueiro, e ainda, acusaram o posseiro João Matias, de tê-la organizado. Outro posseiro, um dos corrêus, de nome Leônidas Alves, levou fato novo ao depoimento. Disse ele, durante o depoimento do agente Osias Neto, que o gerente supostamente morto, continuava vivo e que morava perto de São Domingos. Que o morto, de fato, seria um pistoleiro recém-chegado a São Geraldo. Este fato reforçava ainda mais o caráter de ilegalidade da missão da Polícia Federal e do GETAT, que teriam dessa maneira, contado com a colaboração de uma pessoa fora de seus quadros, que para piorar ainda mais a situação, desconhecia a região. Poucos dias depois, Eugênia Matias da Costa, filha de João Matias, confirmava a versão apresentada em juízo por Leônidas. O gerente da fazenda, supostamente morto, conhecido por Luizão, fora visto a poucos dias nas ruas, em São Geraldo.

Novamente, no dia 11 de dezembro, os posseiros, são novamente transferidos a contragosto, do presídio São José, para o I Comando Aéreo regional. Procurado insistentemente pelos órgãos de imprensa de Goiânia, o deputado Juracy Teixeira, confirmou que de fato, o gerente de sua fazenda Cajueiro, era Luiz Ozenam de Brito Beckmam, o Luizão, e este estava vivo, que quem havia morrido no confronto, era Luiz Nunes dos Santos Trindade, o Luiz Branco. Contratado 12 dias antes e que segundo o deputado, se tudo desse certo, ele deveria ser o novo gerente. Declarou Juracy que: “Eu sempre soube que o morto não era o Luiz Ozenan, quem morreu foi Luiz Nunes dos Santos Trindade, que eu havia contratado para trabalhar em

minha fazenda e que seria gerente, caso tivéssemos nos dado bem”. (Diário da Manhã, 15/12/1981).

A CNBB reagiu e através de uma correspondência, datada de 17 de dezembro de 1981, o frei, Beraldo Francisco, subsecretário da Regional Centro-Oeste da CNBB em Goiânia, informou alguns dados apurados que não haviam sido transmitidos aos órgãos de imprensa. Dentre esses fatos, constavam as informações de que a autópsia do homem que foi morto na emboscada do dia 13, fora feita por um médico do Exército, que este identificou o morto como Luiz Nunes dos Santos Trindade e que o corpo fora levado de avião a Goiânia e Luís Alves Pinheiro, chefe de gabinete do deputado, encaminhou o sepultamento. Além disso, que o próprio Juracy Teixeira, estivera em uma empresa funerária, onde ajustou o embalsamamento do cadáver e pagou à vista as despesas para um “sepultamento de primeira”.

Entretanto, nos dois lugares por onde transitou o corpo - empresa funerária e divisão de Medicina Legal - não havia registro do local de sepultamento. Depois se veio a saber, que o enterro foi realizado no Cemitério do Parque em Goiânia, onde inicialmente o secretariado da CNBB, havia sido informado da não existência de registro em nome de nenhum dos dois. Nem Luiz Ozenan de Brito Beckmam e tão pouco de Luiz Antonio dos Santos Trindade. Somente depois, em outro livro, o responsável pelos registros, encontrou o nome de Luiz Antonio, sem, entretanto, qualquer outro dado de identificação. (CHINEM, 1983, p. 57). Ou seja, como se pode perceber, desde que se noticiou a morte do pistoleiro, sempre se notou a dificuldade de identificá-lo, tanto em suas funções naquele lugar, quanto nos autos dos processos, foi assim, até mesmo na hora, e no registro do seu funeral.

Pressionado, o deputado Juracy Teixeira, no dia 23, emitiu uma nota explicando sobre os mal-entendidos a respeito da verdadeira identidade do morto, explanava que essas ocorrências, mal explicadas, não se deviam a qualquer atitude sua ou mesmo das autoridades. Aconteceu que no dia seguinte, 24 de dezembro, o Sr. Américo Antonio Carvalho, administrador da agência funerária Fama, desmentiu a nota do deputado e afirmou não ter recebido nenhuma documentação para o sepultamento do cadáver. Não era essa, a versão que os militares e os envolvidos no processo, nas funções de acusadores, esperavam para a virada do ano, já que 1982, seria também, o ano das primeiras eleições diretas para governadores e para o legislativo depois de 18 anos do golpe militar de 1964.

É importante registrar, que uma semana antes no jornal Diário da Manhã, o deputado Juracy Teixeira, concedera entrevista (já desfeita a farsa da identidade do morto), onde afirmava que não estava preocupado com o fato de os advogados de defesa, questionarem a legalidade da operação do GETAT. Ele falou que:

Eu não contrato pistoleiro para matar ninguém, como posso me preocupar? Quem deve estar preocupado são os que mandaram fazer a emboscada. Esses sim, é que devem procurar advogado, para burlar a lei já que incitam, provocam e fazem anarquias na região sul do Pará, contra os verdadeiros proprietários. Eu não contratei ninguém para esse fim, e sim para trabalhar na fazenda de minha propriedade que é legalizada, escriturada e cujos títulos foram emitidos em 1970. Nela temos mil hectares de área beneficiada, com colônia, 400 bois, campo de aviação etc. (DIÁRIO DA MANHÃ, 15/12/1981).

O ano de 1982 chegou, os festejos e os recessos, se encerraram e os presos do Araguaia, continuavam esperando pelas medidas judiciais que decidiriam seus futuros. Assim, no dia 18 de janeiro de 1982, dando seguimento aos processos, prestaram depoimentos em Marabá, através de carta precatória, as testemunhas de acusação, o executor do GETAT em São Geraldo, Carlos Chaves e 5 lavradores. Já no mês de fevereiro, no dia 3, depõem em Belém, as testemunhas de defesa dos padres e dos posseiros. As testemunhas dos posseiros, como era previsível, acusaram os padres, entretanto, duas delas, foram dispensadas pelo advogado Djalma Farias, por se recusarem a acusar os padres, fato revelado por elas, aos órgãos de imprensa, e o sr. Lázaro Pereira Fernandes, admitiu em juízo, que todas as testemunhas, tiveram suas passagens pagas pelo GETAT.

Depôs também na Auditoria Militar, o bispo de conceição do Araguaia, D. José Patrício Hanrahan. Ele afirmou que os padres tinham sua autorização para a organização de Comunidades Eclesiais de Base, as CEB's⁸³ e que em suas atuações, seguiam a linha pastoral da diocese. Dona Oneide Lima viúva de Gringo, e o sr. José Nilson do Amorim, outros depoentes, revelaram à Auditoria, torturas sofridas por vários posseiros da região de São Geraldo, impingidas por agentes do GETAT e da Polícia Federal. José Nilson, apresentou fato novo, quando contou ter apanhado de pessoas do Exército e da Polícia Federal, para que em certa ocasião, acusasse Aristides de incitar alguns posseiros, e de ele mesmo, Aristides, de ter preparado uma emboscada onde foi morto um pistoleiro da fazenda Novo Mundo, de propriedade de Neif Murad, o "Turco", fazendeiro contumaz em desavenças com posseiros na região. (CHINEM, 1983, p. 58).

Após as oitavas, no dia 5 de fevereiro de 1982, o STM, manteve as prisões, tanto dos padres quanto dos posseiros. Então no dia 10/02, depõe na Auditoria Militar, a última das testemunhas de defesa dos padres, o senador por Alagoas, Teotônio Vilela. Em seu depoimento, o senador revelou o desejo manifestado pelos posseiros, quando de sua a eles, nas dependências

⁸³ As Comunidades Eclesiais de Base, são comunidades inclusivistas principalmente ligadas à Igreja Católica que, incentivadas pela Teologia da Libertação, se espalharam principalmente nos anos de 1970 e 80 no Brasil e na América Latina..

do presídio São José, em trocar de advogado. O juiz auditor, Juracy Reis Costa, no dia 26 de fevereiro, rejeitou todos os requerimentos apresentados pelos advogados de defesa dos padres e neste mesmo dia, determinou a abertura do prazo de 12 dias para as alegações finais do procurador militar e em seguida, 12 dias para as alegações da defesa.

No dia 8 de março de 1982, os advogados dos padres requereram ao STM, correção parcial no despacho do juiz militar que rejeitou todos os pedidos impetrados pela defesa e dessa forma, no dia seguinte, o procurador militar divulgou suas alegações, nelas ele pedia a condenação dos padres e dos posseiros com base na lei 898/69, a Lei de Segurança Nacional. As alegações da defesa seriam nos dias subsequentes e então, encerrada essa fase do processo, e não atingindo as defesas, seus objetivos de liberdade para os seus tutelados, seria marcada a data do julgamento, um dos mais divulgados e discutidos da história da cidade de Belém, capital do estado do Pará, o reconhecidamente, campeão dos conflitos agrários seguidos de mortes nos campos, da história republicana do Brasil.

3.8 A resistência de um povo nas páginas do antagonismo

Nessa seção, temos a intenção de rememorar e revisitar a atmosfera que envolvia a cidade de Belém, e alguns dos passos relatados e documentados, do julgamento dos presos do Araguaia, pelas páginas escritas e descritas através dos órgãos de imprensa alternativos, como o Jornal Resistência e os panfletos divulgados por parte da CPT, CNBB, SPPDDH e do MLPA, já que como se pôde observar, os trâmites dos processos e as narrativas que expunham à população, o andamento deste caso, eram em sua maioria, divulgados pelos jornais de grande circulação, e como já foi abordado anteriormente neste texto, estes mecanismos de imprensa, tinham suas conveniências, e estas conveniências, dados os momentos de censura e de ameaças, impostos à sociedade e também dos interesses dos seus concessionários (donos das concessões), optavam por divulgarem as versões apresentadas pelas assessorias de comunicação das instituições oficiais, assim, é plausível compreender, que essas narrativas, não eram e nem tinham, por forças, muitas das vezes, das circunstâncias, como serem equilibradas ou (como muito bem observado pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto, correspondente, à época, de alguns dos relevantes veículos de imprensa que acompanharam o caso como a Folha de São Paulo e A Província do Pará), objetivas.

Após mais de dez meses do confronto ocorrido no Cajueiro, em Conceição do Araguaia, os 15 presos, 2 padres estrangeiros e 13 posseiros brasileiros, residentes na região, iriam a julgamento na sede da Auditoria Militar em Belém do Pará. O mês de junho de 1982, era

também o mês em que se realizava a Copa do Mundo da Espanha. A cidade se encontrava repleta de adereços pelas ruas e pinturas horizontais nas vias asfaltadas e nas fachadas das casas. Não seria coerente por parte deste pesquisador afirmar, mas, parecia muito mais conveniência do que de fato coincidência, afinal, o caso dos padres e posseiros do Araguaia, tomara uma dimensão que, muito provavelmente, as autoridades brasileiras não esperavam. A repercussão internacional, e a grande mobilização que a sociedade civil dedicou àquele evento, ainda não se tinha visto no norte do país, e muito menos, pelo fato de que uma disputa de terras no sudeste do Pará, acostumado a ser noticiado como um fato recorrente, desta vez, explodiu nas ruas, nos veículos de imprensa, nas entidades ligadas à defesa dos direitos humanos e na Igreja Católica mundial, haja vista, o Núncio Apostólico⁸⁴, Dom Carmine Rocco, ter sido recebido pelo presidente em exercício⁸⁵, Aureliano Chaves, para discutir exatamente a questão que envolvia os padres franceses, arrolados nos processos decorrentes do Conflito do Cajueiro e das possibilidades de expulsão dos religiosos, por consequência desses acontecimentos.

Dom Carmine, disse que, somente depois de seu contato com o governo, a nunciatura iria definir sua linha de conduta diante do caso. “Já ouvimos os padres e agora precisamos ouvir a outra parte. Antes de saber qual é a posição do governo não podemos formar a nossa opinião”. Ele foi adiante, falou que o problema fundiário nos países do “Terceiro Mundo”⁸⁶ preocupava o Papa João Paulo II, e que este, abordara a questão em sua última encíclica⁸⁷ - “Lutar para que todos tenham possibilidade de trabalho e vivam honestamente” - ressaltou ainda, legitimando então, as ações dos padres franceses envolvidos nos processos, que “este tem sido o trabalho dos padres que atuam nas áreas onde ocorrem conflitos pela posse da terra”. (O Estado de São Paulo, 27/10/1981).

Marcado o julgamento, a data de 21 de junho de 1982, exatamente quando a Seleção Brasileira, está fazendo boa campanha na Copa do Mundo (acabara de vencer, na semana anterior a “comunista”, URSS e a Escócia), e no dia 22 (no segundo dia do julgamento), pela tarde, enfrentará a Nova Zelândia, o clima da cidade é festivo, porém, algumas características

⁸⁴ Núncio apostólico ou núncio papal (também chamado de internúncio) é um representante diplomático permanente da Santa Sé – não do Estado da Cidade do Vaticano – que exerce o posto de embaixador. Representa a Santa Sé perante os Estados (e perante algumas organizações internacionais) e perante a Igreja local. Fonte: Wikipédia.

⁸⁵ Aureliano Chaves de Mendonça, assumiu interinamente a presidência da República em 24 de setembro de 1981, por conta do afastamento por 60 dias, do presidente Figueiredo, após este sofrer um infarto do miocárdio. Sua posse foi cercada de alguma apreensão, já que em 1969, o vice Pedro Aleixo, fora impedido de assumir a vaga de Costa e Silva, afastado por doença, pelo fato de ser um civil. Fonte: FGV-CPDOC.

⁸⁶ A definição Terceiro Mundo, foi criada e emitida pela primeira vez, em 1952, pelo economista francês, Alfred Sauvy. Para ele, fazem parte desse grupo os países que possuem economia subdesenvolvida ou em desenvolvimento, geralmente nações localizadas na América Latina, África e Ásia.

Fonte: mundoeducacao.uol.com.br

⁸⁷ Nota do autor: última encíclica, à época da visita do núncio apostólico ao Brasil em setembro de 1981.

destoam do ambiente futebolístico. Padre Ricardo Rezende, descreve em “*A Justiça do Lobo*” que:

O aparato policial-militar da cidade de Belém foi uma extravagância, por ocasião do julgamento na 8ª Circunscrição Militar, dia 22 de junho de 1982. Para conter lavradores que, na cabeça dos militares, poderiam vir das matas, armados, foram lançados às ruas, desde a véspera, 1.200 soldados com fuzis, metralhadoras, gás lacrimogênio, muitos a cavalo e acompanhados por cães amestrados. Um helicóptero alugado sobrevoou a capital durante o dia, observando atento a movimentação das pessoas. As rádios, os jornais e os canais de televisão na capital transmitiam constantemente ordens emanadas da área de segurança, vedando concentrações ou manifestações. A cidade parecia em clima de guerra sob o olhar atônito da população. (FIGUEIRA, 1986, p. 87).

O que se pôde perceber naqueles dias e nos dias e meses que os antecederam, foi que: “conjugaram-se discursos e denúncia contra ‘setores’ da Igreja no Congresso e na imprensa, preparando o desfecho onde os tiros dos 13 posseiros não passaram de um pretexto”, tudo naquele evento fora montado, a ponto de o advogado de defesa Heleno Fragoso, ao referir-se ao julgamento e a presença ostensiva dos 1.200 policiais nas ruas da cidade, disse: “E vieram nos dizer que esse aparato todo era a prévia da sentença. Que esse julgamento era um jogo de cartas marcadas”. Ou seja, desde que o conflito se deu, os culpados, segundo as palavras de um dos advogados de defesa, já estavam incriminados, e suas sentenças e seus destinos, dentro de um processo que ia além dos questionamentos daquelas terras, de São Geraldo, determinados. Que ali, se tratava, portanto, de uma ofensiva para que se conseguisse o domínio ideológico dos lavradores. Que a farsa do processo Cajueiro fora preparada com paciência e envolveu importantes figuras da República. (FIGUEIRA, 1986, p. 93-95).

Afinal, qual o motivo que levaria à área, o muito conhecido personagem das forças repressoras na região do Araguaia, o “major” Sebastião Curió? Mediar um (dentre os dezenas de outros ocorridos e quase nunca apurados), conflito de terras entre fazendeiros e posseiros? Ou seria pelo fato de que neste evento, a fazenda em questão, era de propriedade um deputado governista?

Sem que possamos afirmar o tendenciosismo, fato foi que Curió logo no início do processo do Cajueiro, mais precisamente no dia 20 de outubro de 1981, ou seja, antes de ser apresentada a denúncia pelo promotor militar e, portanto, antes de existir a tal denúncia (que só passa a existir, após apresentada e encaminhada. Sem que seja apresentada e protocolada, como qualquer outro elemento processual, ela não existe), pelo juiz-corregedor da Auditoria Militar. A pedido dos padres, Curió foi ouvido na Polícia Federal em Belém, e nessa oitiva, ele admitiu haver pedido a expulsão do padre Aristides, antes mesmo que os posseiros da região de São Geraldo do Araguaia, tivessem participado do conflito de 13 de agosto. (CHINEM, 1983, p. 55). Como se pode perceber, no tocante às relações entre a Igreja e o *establishment*, e o plano

(em que havia alegações, como poderemos ler em seguida, de existir), traçado para a região, o jornal Correio Brasiliense, publicou em 24/10/1981, matéria reveladora sobre a atuação de Curió. Ali, deixavam claro que: “A ruptura com a Igreja se daria inevitavelmente. Ele (Curió), abandonou a esperança no projeto engendrado e pediu o afastamento de Aristides da região, mesmo antes do choque armado do Cajueiro”. (Correio Brasiliense, 24/10/1981).

Como podemos observar, muitas dúvidas pairavam sobre os eventos consequentes do Conflito do Cajueiro. Assim, em nossa pesquisa, optamos por apresentar as versões dos fatos, vistas e narradas pelos reagentes, ou seja, pelos que decidiram não aceitar o andamento oficial, planejado pelas autoridades. Pelos que se levantaram e disseram não, para a condução dos processos que envolviam, os padres, os posseiros e a Igreja Católica, de um lado, e do outro, o regime militar, os fazendeiros e grileiros de terras no sul do Pará, além dos órgãos de estado, que como demonstrado no desenvolvimento da pesquisa, tomaram partido, escolheram um lado, e este lado, não era o dos trabalhadores, e dessa forma, se tornaram também, protagonistas deste episódio, que teve um ecoar muito abrangente, na sociedade civil, paraense, e se espalhou, queiram os adeptos do apagamento da história recente das lutas democráticas no Brasil, ou não, para além das fronteiras do Pará e do país, a ponto de virar assunto de estado, dados os envolvimento de embaixadas, consulados e diplomacias, inclusive do Vaticano.

As páginas do antagonismo, foram formuladas e impressas para que parte da sociedade civil tivesse acesso aos desdobramentos dos fatos. O MLPA, o jornal Resistência, e órgãos como a CNBB, CPT, a FASE e informativos de sindicatos (que à época, se reconstruíam e se tornavam independentes das administrações de pelegos que assumiram, por anos suas direções, com o intuito de legitimar a submissão dos trabalhadores, ao comando autoritário dos governos militares), que se mobilizaram, e se uniram às lutas da sociedade, agora, já não apenas pela libertação dos presos do Araguaia, mas também, por uma pauta bem mais ampla, que visava dentre outras, o reestabelecimento da democracia, as eleições diretas e a reforma agrária, como um remédio capaz de apaziguar os conflitos nos campos. Locais de constantes derramamentos de sangue durante os tempos que o antecederam, mas principalmente, paralelamente ao desenvolvimento dos governos militares e seus frustrados projetos de colonização da Amazônia e das políticas de militarização das questões fundiárias na região.

Em uma apostila produzida e impressa para distribuição à população, o MLPA, relatou os desdobramentos do julgamento e dos arredores. Conduziremos nosso texto a partir de aqui, baseados nesses textos. Nos encontramos no jornal Resistência, nos panfletos do acervo da CPT e do IPAR e em fontes orais, de narrativas extraídas das entrevistas com as pessoas que vivenciaram aqueles dias. O MLPA, se propunha, ao documentar aqueles fatos, a dissecar e

expor as entranhas de um acontecimento, além de romper, naquele momento, com uma estrutura dominante que subjugava a sociedade.

Segundo Edgar Morin:

A ruptura aprofunda-se com o aparecimento da noção de estrutura, que foi importado da semiologia, principalmente devido ao Tratado geral de linguística, de Saussure. O par acontecimento-estrutura pode ser tomado como uma inovação epistemológica fundamental, a partir momento em que o acontecimento aparece como inflexão ou até mesmo como ruptura no interior de uma estrutura. Chama-se aliás revolução uma ruptura que parece tão considerável a ponto de implicar não uma mudança na estrutura, mas sim uma mudança de paradigma. (MORIN, 2010, p. 371-372).

Na publicação em forma de apostila (papel mimeografado em preto e branco, propositadamente editada para registros e possíveis pesquisas a *posteriori*), do MLPA, foi formulada uma linha do tempo, relatando passo a passo (segundo suas versões), dos desdobramentos dos eventos que ocorreram em paralelo ao julgamento, das atividades repressoras (que não foram poucas) e das exposições de imagens que foram captadas e reproduzidas, para que as pessoas tivessem uma real noção de como foi presenciar uma cidade sitiada e ainda, como foram as ações truculentas, tomadas por iniciativa dos militares na busca de silenciar as pessoas que buscavam ampliar suas vozes, para que o mínimo de justiça, fosse respeitado, que os presos tivessem um julgamento, que embora para a grande maioria, fosse injustificado, mas que fosse justo.

Na primeira página, ou seja, na capa dessa espécie de apostila, havia escrito como epígrafe: “das cinzas da justiça renasce a vida da resistência popular”. Julgamento dos padres e lavradores, Belém-Pará, 21 e 22 de junho de 1982, um sumário e um pequeno texto que se encontra na página 3, onde se lê:

O mês de junho de 1982 foi para todos um mês de grande significação. Se de um lado foi escrita mais uma página vergonhosa na história de exploração e repressão latino-americana, de outro lado também o povo acrescentou uma das mais belas páginas à sua história de resistência e solidariedade. O MLPA entendendo o peso histórico do momento, se esforçou em registrar os acontecimentos vividos e indicar a sua dimensão, esperando assim ajudar, aprofundar e fortalecer esta nossa luta popular tão bela e tão rica. Prosseguimos nossa caminhada, renovados e fortalecidos. Mais uma vez os fatos provaram que o povo na sua busca à justiça é irredutível. Falsificações, mentiras, calúnias, acusações de infiltrações, dois mil soldados armados com cachorros, bombas de gás, metralhadoras, helicópteros, cavalos, etc., uma sentença vergonhosa, tudo isto derrete diante da vontade e unidade popular igualzinho como derrete um sorvete diante de nosso sol equatorial ao meio dia. Vamos em frente companheiros. Companheiros daqui e de todo o Brasil. A História é nossa!

O início do informativo traz no item I, o título: A farsa do julgamento montada pela ditadura militar. Ali, podemos acompanhar a narrativa descritiva do MLPA, lemos que desde

às 8:00 da manhã do dia 20 de junho, inúmeras pessoas esperavam em fila, sentadas à porta da Auditoria Militar, para o julgamento. Elas pretendiam adentrar a sala do júri, elas guardavam lugares para os bispos e representantes de entidades que viriam a Belém para assistirem ao julgamento. Porém, nesse mesmo dia, no período da tarde, as forças de segurança, empurraram, usando de violência, a fila para dois quarteirões além do prédio da Auditoria Militar, situado na Av. Gov. José Malcher, 611, ficando, portanto, a fila, em frente da Escola Pinto Marques, até por volta das, 6:00h da manhã do dia seguinte.

Seriam disponibilizados 40 lugares ao público, entretanto, 21 desses lugares, foram tomados, arbitrariamente, provavelmente por agentes da Polícia Federal, em detrimento dos ocupantes da fila, sobrando 19 lugares para os bispos e convidados, representantes de entidades que vieram manifestar suas solidariedades aos presos. Entre esses representantes, estavam Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia, D. Luciano Mendes de Almeida, secretário da CNBB, D. José Patrick, bispo de Conceição do Araguaia, D. Vicente Zico, arcebispo coadjutor de Belém, Luís Inácio Lula da Silva, presidente do Partido dos Trabalhadores – PT, alguns deputados do PMDB, a representante da Anistia Internacional e a consulesa da França em Brasília, Françoise Baseme, o agente consular francês, Gilles de Dupin de Saint-Cyr, retirou-se do prédio da Auditoria, visivelmente irritado, ao ser interpelado por jornalistas, respondeu que havia sido submetido a uma revista pessoal, que não concordava com aquela “humilhação” e foi embora invocando a Convenção de Viena⁸⁸, dizendo que: “isso não pode acontecer”. (MLPA, p. 7; CHINEM, 1983, p. 28).

3.9 O cerco da Trindade

Na manhã de domingo, dia 20, em todos⁸⁹ os bairros da periferia de Belém, foram realizadas assembleias, reuniões e encontros preparatórios para a caminhada que seria realizada na manhã do dia seguinte, a segunda-feira, dia 21, de junho, o dia do início do julgamento. Assim sendo, na manhã de segunda, o MLPA, que havia planejado uma caminhada, protestando contra a injustiça que se fazia em nome da justiça, pôs em execução suas ações de mobilização. Desde as primeiras horas do dia, as Polícias do Exército e da Aeronáutica, isolaram o Tribunal

⁸⁸ A convenção de Viena, sobre o Direito dos Tratados, adotada em 22 de maio de 1969, codificou o direito internacional consuetudinário referente aos tratados, ao codificar normas costumeiras aceitas e eficazes e buscar harmonizar os procedimentos de elaboração, ratificação, denúncia e extinção de tratados. A convenção entrou em vigor em 27 de janeiro de 1980. Fonte: Wikipédia.

⁸⁹ Quando escrevo “todos”, estou replicando o texto original da apostila do MLPA, não podemos, portanto, assegurar que houve mobilização em, literalmente, todos os bairros.

Militar e o centro da cidade de Belém, o MLPA, havia planejado ainda, para enquanto durasse o julgamento, manter uma vigília nas proximidades do local. (LIMA, 2020, p. 99).

Na edição de número 30 do mês de outubro de 1981, ou seja, logo no primeiro mês de cativeiro dos presos do Araguaia, o jornal Resistência, já havia publicado uma matéria, onde esclarecia e desnudava a questão que envolvia aqueles presos. Além de expor os reais motivos das prisões e exposições dos presos, expunha também, atores que estariam sendo beneficiados por conta de todas aquelas movimentações, que envolviam as disputas de terras, mas que também, miravam nas ações da Igreja, no que dizia respeito ao seu trabalho de conscientização e organização dos trabalhadores. No texto da matéria citada, podemos ler que:

O episódio de São Geraldo não é um fato isolado. Ele está incluído numa ampla campanha do regime militar contra a Igreja, isto é, contra o trabalho de educação política que importantes setores da Igreja brasileira vem desenvolvendo. O regime tem ódio, particularmente das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e dos padres e bispos mais engajados nas lutas populares. Nesta campanha, teve um papel destacado o coronel Jarbas Passarinho, ex-governador do Pará e hoje presidente do Senado. Eficiente servidor das classes dominantes, Jarbas fez questão de subir à tribuna para “denunciar” que a Igreja está pregando o “ódio e a luta de classes”. Jarbas delatou padres e citou dioceses e prelazias nas quais os lavradores estariam sendo “estimulados” a invadir terras. Com isso, além de prestar um serviço ao regime e a ele próprio, Jarbas ainda presenteou seus amigos latifundiários do sul do Pará, em especial o clã dos Mutran: os irmãos Osvaldo (Vavá), Benedito (Bené) e Aziz (Zizi), e o primo Evandro, todos produtores e exportadores de castanha e dotados de uma irreversível ganância de terras. Os Mutran, são uma das bases de sustentação político/financeira de Jarbas. (RESISTÊNCIA. n. 30, out. 1981, p. 10).

Como é possível perceber, os dois lados em litígios, eram, o governo militar e a Igreja Católica e suas ramificações, assim, as igrejas da capital são disponibilizadas para receberem visitantes e para executar as ações de mobilizações programadas pelo MLPA, para demonstrar e marcar posições de antagonismo. Foi no interior das igrejas, que os camponeses visitantes, que chegavam de todos os cantos do interior, revoltados e cansados de tanta perseguição, foram acolhidos. Outros visitantes, representantes do sentido democrático, repudiando a arbitrariedade, a prepotência, a coação, a tortura, a perseguição que já se faz há anos contra os operários, camponeses, populares e contra aqueles que apoiam o povo na luta pelos seus direitos, vem chegando de todo o Brasil e do exterior. (MLPA. Jul. 1982, p. 13).

Após a noite de vigília em diversas igrejas, por volta de 6:00h, de todos os cantos, em grupinhos, o povo começava a chegar à praça da Santíssima Trindade⁹⁰. Se deu que, durante a noite, o povo decidira mudar o lugar de manifestação, determinando cinco praças alternativas, dentre essas a da República, que já estava sitiada, e seria usada apenas como suposição, para despistar o aparato militar de repressão, Batista Campos e a Barão do Rio Branco (da Trindade),

⁹⁰ O nome da praça onde se localiza a Igreja da Paróquia da Santíssima Trindade, é Barão do Rio Branco.

seriam alternativas. Por volta de 1 hora da manhã, os bispos, em conjunto, decidiram colocar todas as igrejas à disposição, especialmente, as mais próximas das praças de manifestação, como medidas de precaução e respaldo, para salvaguardar os manifestantes, caso houvesse excessos e prepotência por parte de repressão. (CHINEM, 1983, p. 26).

Paralelamente ao julgamento dos presos do Araguaia, ocorria em Belém, o III ENCLAT – Pa, (Encontro das Classes Trabalhadoras do Pará), sua organização, emitiu uma nota, protestando contra as intimidações e conclamando os trabalhadores a serem solidários e comparecerem aos atos de protestos. Por outro lado, também em paralelo a realização do ENCLAT, completava ali a ditadura, seu terceiro dia de campanhas de intimidações. Os letrados passavam a cada meia hora nos rodapés dos televisores e nos cinemas. Eram mensagens do Exército, avisando para que ninguém participasse de manifestações e ameaçando, a quem ousasse desafiar, com uma dura e violenta repressão, também o DOPS e novamente o Exército, publicaram nos jornais, notas com o mesmo sentido e as rádios repetidamente, liam essas notas de avisos, de que as pessoas não deveriam ir às praças para protestar. Assim, no domingo à noite, completou-se então, a ocupação militar do centro da cidade.

A praça da República, local onde os militares, supunham que seria o local dos protestos, foi ocupada por 1.200 soldados, 50 cachorros policiais, dois carros de bombeiros e um batalhão de cavalaria. A frente da Auditoria Militar, também foi ocupada por tropas, e a fila, onde as pessoas aguardavam e guardavam lugares para os convidados ao julgamento, foi arbitrariamente afastada, como já citado anteriormente, sob ameaças de mais violências. (MLPA. Jul. 1982, p. 14).

A manifestação em frente à igreja da Santíssima Trindade, iniciou-se por volta de 7:45 da manhã, com a chegada de um carro som, enfeitado de faixas e a Bandeira Nacional. Um helicóptero civil, alugado, mas a serviço dos militares, sobrevoava a cidade. As tropas das três armas, da Polícia e do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), foram colocadas no estado de prontidão, para agirem a qualquer momento, se assim, fossem solicitadas.

Às 8:00 da manhã, já era considerável o número de pessoas na praça da Santíssima Trindade, Aquela atitude por parte das pessoas, poderia ser vista como a primeira vitória popular daquele dia, ou seja, como descreveu o MLPA, os protestos contra a farsa do tribunal militar se tornaram públicos, mesmo e apesar do uso, para intimidação, das tropas pagas pelo povo e colocadas contra esse mesmo povo. Portanto, a ditadura, que ficou de “palhaço”⁹¹ na

⁹¹ O termo “palhaço” foi descrito e transcrito pelo autor, através da apostila do MLPA, em sua página 18.

Praça da República, afrontando a todos os cidadãos democráticos que por ali passavam, foi avisada de que a manifestação, era de fato, na Praça da Trindade e furiosa, mandou com que um grande contingente de tropas, se deslocasse e cercasse aquela outra praça.

Ali, ao chegarem, as tropas assaltaram o caminhão do povo, rasgaram e quebraram mais de 50 faixas e prenderam os equipamentos de som. Demonstrando demasiada truculência, arrancaram e rasgaram, também, a Bandeira Nacional. Porém, ao perceberem a ineficácia da ação impositora e diante da firmeza e irredutibilidade do povo, o número de tropas foi ampliado para que dessa forma, se completasse o cerco.

Apesar dessas ações, e do esforço despendido na busca e captura para apreensões de filmes e máquinas fotográficas, porém, diante da pressão popular e das lentes dos órgãos de imprensa, que documentavam os movimentos das polícias e dos manifestantes, que não se deixando intimidar, carregando a Bandeira e cantando o Hino Nacional, em um movimento estratégico naquele momento, adentrarem às dependências da igreja. Os militares, então, foram forçados a devolverem os equipamentos do som. Fato que garantiu a continuação da manifestação, só que desta feita, dentro do templo religioso.

Figura 7 - Imagem da Polícia Militar durante o cerco à igreja da Santíssima Trindade, no centro de Belém



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Narrar esses fatos, proporcionam ao pesquisador, ao classificar o seu objeto de pesquisa, no campo do tempo presente, uma busca mais aprofundada nas teorias historiográficas, que foram discutidas na fase inicial do curso de mestrado, que para que atinja seu objetivo, em sua conclusão, deverá apresentar este texto, em forma de uma dissertação, que seja contributiva, como ferramenta de pesquisa, para o meio acadêmico e útil, para sua manipulação em consultas, quando necessário, por parte interessada da sociedade no geral. Portanto, se fez necessária, a busca pelos conhecimentos compartilhados por autores, que são reconhecidas referências nesse campo da História. O cerco da igreja da Trindade, é um objeto de memória (de vários dos depoentes, e, das referências bibliográficas disponíveis sobre este tema), importante para o entendimento destes fatos. Dessa forma, para que possamos apresentar uma versão objetiva deles, baseamo-nos nas observações de François Dosse, onde ele descreve que: “A relação entre a história e a memória, se tornou central na problematização entre verdade e fidelidade. Isso remete ao necessário “trabalho de memória” para evitar as patologias memoriais: sobrecarga de memória aqui, insuficiência de memória lá”. (DOSSE, 2012, p. 11).

As fontes orais, ouvidas por nós, na forma de entrevistas, são geralmente recheadas de paixões, por isso, é importante que o pesquisador, não adentre tão fundo, no que Pierre Norra classificou de “ego-história”, onde “o historiador dentro de uma subjetividade assumida, escreve a descoberto”, mas, que não nos amarremos também, em regramento um limítrofe, pois, para Dosse, a subjetividade é importante, quando ele nos ensina que: “esse é um desvio indispensável para a história de tempo presente, ou seja, de conhecer o lugar de enunciação do historiador, a instituição necessária em função da qual ele conduz sua investigação e o momento preciso durante o qual ele escreve sua prática”. (DOSSE, 2012, p. 11), ou seja, é necessário que tenhamos muita atenção, para que ao fazermos uma justaposição dessas ideias, e mantermos uma escrita coerente e imparcial, observarmos e seguirmos, delicadamente, esses dois ensinamentos.

O Sr. Raimundo Nazareno de Souza, o Batatinha, 67, anos, contou em entrevista a este pesquisador, realizada em sua casa, no dia, 14/02/2020, que foi atacado por um cão da guarda que cercava a igreja, quando ele tentava levar água e alimentos para os “companheiros”, que estavam sitiados dentro do templo. Foi atingido por várias mordidas, nos ombros, costelas e braços, tudo sob as vistas dos militares da Polícia do Exército (um desses militares foi quem soltou o animal), e somente depois da intervenção de muitos dos manifestantes, foi socorrido e levado para o Hospital Guadalupe, às proximidades da igreja. Ali, ficou internado por cinco dias, até que se recuperasse parcialmente a ponto de receber alta médica. Nesse ínterim, foi “visitado” e ouvido por agentes da repressão, mas contava com o amparo das pessoas do MLPA

e no ato da alta médica, escapou do hospital em direção à sua casa, sem permitir que os militares voltassem a vê-lo, pois temia ser preso.

O cerco aos manifestantes, confinados nas dependências da igreja, durou cerca de 10 horas. Lá de dentro, eles se comunicavam com a parte externa, através de bilhetes e sinais, cantavam os hinos, que vivaram referências nas manifestações e faziam discursos, onde, além de se apresentarem aos demais, explicavam para os recém-chegados⁹², os seus motivos pessoais, que os levaram a passar por todos aqueles incômodos. Havia gente de todo o Brasil, entre eles, líderes sindicais camponeses e metalúrgicos, como Waldemar Rossi, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, membros da CPT nacional e alguns bispos católicos de diversos lugares do Brasil, como D. Hermínio Malzane Hugo, de Nova Iguaçu – RJ, e D. Celso Pereira de Almeida, de Porto Nacional – GO. Entretanto, havia também, isso todos sabiam, dentro da igreja, muitos agentes infiltrados, os “dedos duros”.

Um sistema de sanitários foi desenvolvido na base do improvisado, através da utilização de baldes (já que a Polícia havia impedido o acesso aos banheiros, que ficavam do lado de fora), para que as pessoas que se encontravam no interior da igreja, satisfizessem suas necessidades fisiológicas. As autoridades que foram contactadas: deputados, Secretário de Segurança Pública, o Governador e até o Bispo, para negociarem o relaxamento, quebrarem o cerco e amenizarem a dureza daquelas medidas de isolamento. Não obtiveram sucesso, e dessa forma, todos os alimentos e a água, que eram levados aos sitiados, inclusive pelas mãos dos voluntários da Cruz Vermelha, eram impedidos pelos agentes armados, de chegarem aos seus destinatários. (MLPA. jul. 1982, p. 20-21, 23).

O advogado José Carlos Castro, durante o primeiro intervalo para o almoço, e suspensão da sessão do julgamento, ao saber da situação do cerco à igreja da Trindade, telefona para D. Zico, e pede a ele que interceda pelo povo. D. Zico, se dirigiu imediatamente à Trindade e conversou, com o comandante da Polícia Militar e com várias outras autoridades. Tornou-se famosa, uma foto dele, publicada no dia seguinte, em muitos jornais do país, com os dois dedos em riste, na cara de um oficial da PM. Inicialmente, os oficiais garantiram a ele, que seu pedido seria atendido, porém, após sua retirada para retornar à sede da Auditoria, onde reiniciaria a sessão do júri, faltaram com a palavra.

Os policiais, que dispersavam populares que chegavam se juntavam constantemente à outras pessoas nos arredores da praça, ameaçaram jogar bombas dentro da igreja e prenderam

⁹² Quando me refiro aos recém-chegados, é pelo fato de que, aquela situação não havia sido planejada. O cerco se deu por força das circunstâncias e muitos que ali estavam, tinham vindo a Belém, acompanhar o julgamento, mas não se tinham programado, para a detenção, mesmo que provisória, dentro de uma igreja.

o agente de pastoral, Matheus Oterloo. Agarrado por cinco homens, ele foi levado para a sede da Polícia Federal, onde foi interrogado por várias horas. Dentro da igreja, se encontrava também, o padre Guilherme Sheehan, que havia chegado de Roma para acompanhar o julgamento, mas que não havia conseguido autorização para adentrar à sede da Auditoria. (CHINEM, 1983, p. 45).

Depois de ficarem tutelados por longas “dez horas de agonia”, as lideranças presentes na igreja, os representantes dos bairros, junto às lideranças dos militares, celebraram uma missa, sob o comando litúrgico de D. José Maritano e padre Francisco Roubeau, negociaram uma saída táctica. Decidiram os manifestantes, pelo deslocamento para a continuação da manifestação, na praça das Mercês, perto da igreja com o mesmo nome. Assim, grupo por grupo, caminharam para o local determinado, onde, longe dos agentes de segurança, que foram enganados, a manifestação continuou, “firme e forte”, passando o tempo cantando e rezando, até o fim, da denominada pelo movimento, farsa apresentada no Tribunal Militar. Com os agentes da repressão distante e sonolentos, o povo continuou a vigília.

[...] Continuamente pessoas que estavam assistindo a farsa no Tribunal chegavam e davam os informes necessários, fortificando com suas palavras, o povo reunido. Entre essas pessoas estavam: D. Alano Pena, D. Estevão Avelar, Luís Inácio da Silva (Lula), Maria Luísa, deputada estadual do Ceará (PMDB), etc. [...]. (MLPA. jul. 1982, p. 23).

Mas, como nem tudo poderia ser tão simples. Descoberta a ação maliciosa, por parte dos manifestantes, as forças de repressão se deslocaram furiosas para a praça das Mercês:

[...] Lá a tropa de choque bateu violentamente no povo que estava na escadaria da igreja, ameaçando de invadir o prédio além de efetuar prisões. Diante da corajosa reação popular ela recuou. Desgastada e isolada por todos que se prezam ela se escondeu na praça atrás dos arbustos, obrigada a ouvir os cânticos, orações e discursos de um povo que não se curvou diante da sua brutalidade. (MLPA. jul. 1982, p. 24).

Como é plausível perceber, os relatos e as fontes hemerográficas que encontramos, dispomos e das quais nos utilizamos, demonstram que as origens dessas fontes, as páginas do antagonismo, que intitulam esta seção, foram, os motivos pelos quais alertamos, no início da narrativa, sobre os fatos do Cerco da Trindade, para a redobrada atenção, ao risco de, no clamor dos relatos, não concebermos uma escrita parcial e tendenciosa. Não tivemos, tão pouco, a pretensão de descrever um fato, sob uma abordagem maniqueísta, ou mesmo, como classificado por Pierre Norra, uma escrita de ego-história. Entretanto, como nos deixou claro o padre Ricardo Rezende, quando nos concedeu sua entrevista: “O que o outro lado teria para contar? As violações? As violências? Os registros de assassinatos e desrespeitos? Não! Eles não teriam

histórias para contar, teriam de contar as mentiras, e as mentiras não são reveladas”. Transcrevemos abaixo, um pequeno trecho da parte derradeira dessa entrevista.

Nós, temos uma memória escrita enorme, grande parte não conhecida, não trabalhada academicamente, os trabalhadores falavam, e nós, registrávamos. Há, uma memória subversiva, para o sistema, que foi preservada pela Igreja Católica, através da C.P.T. Temos as memórias, não dos vencedores, mas dos vencidos. Euclides da Cunha, escreveu “*À Margem da História*”, onde fala que o seringueiro, trabalha para ser escravo, repete várias vezes no livro, ali ele relata a história oculta.

O discurso majoritário, é efêmero! Onde está o discurso da ditadura, de que a Igreja era comunista? Os seus discursos eram impubescíveis. Quando um pistoleiro era morto, o fazendeiro não contava, pois não lhe interessava registrar que havia perdido um pistoleiro. Eles, não vão contar, que grilaram terras, que destruíram as matas, os animais, a flora e a fauna. Que usavam mão de obra escrava.

Naquele momento, eles tinham o domínio do discurso, mas, onde estão seus livros? Não tinham! Não tinham, pois não tinham história para ser contada. As suas relações com os trabalhadores, eram umas relações desiguais, assimétricas. Eles, não são os detentores da História. Se consideravam bandeirantes, se forem contar a história, será uma história de muito sangue, vão contar o quê? (Padre Ricardo Rezende Figueira, em entrevista oral em 2021).

Assim, sabedores dessa outra face da história, os advogados dos padres e dos posseiros, com as mesmas finalidades, inocentarem seus tutelados, mas com posições antagônicas, adentravam ao salão do júri, para o início, daquele que seria, o julgamento mais divulgado, pelo menos até aquela data, do período ditatorial no Estado do Pará. A presença de repórteres, vindos de muitos lugares do Brasil e até de outros países, só foi permitida, mediante as permanências deles, de pé. Algo que era extremamente difícil, haja vista, a temperatura dentro da pequena sala, estar naquela ocasião, elevada, acima dos 34 graus centígrados. Os observadores, se locomoviam acompanhados por guardas armados, até mesmo ao se dirigirem aos banheiros. Heleno Fragoso, que atuava como um dos advogados de defesa, protestou junto aos juízes contra a presença intimidadora dos militares no Tribunal (LIMA, 2020, p. 100).

No salão do júri, por volta das 8:00 da manhã, de frente para o Conselho de Sentença, na primeira fila reservada aos réus, sete posseiros, se encontram sentados, atrás dela, os dois padres e os seis posseiros restantes. Cinco juízes, quatro uniformizados e apenas um, togado, formavam esse conselho. Iniciou-se a leitura obrigatória dos autos processuais. A monótona leitura, encerra por volta da 9:45h, então, o promotor pede que seja lido o termo de acareação. Os erros de português da escrevente que executa essa leitura, chamam a atenção e quebram o clima sério do Tribunal, quando ela pronuncia, por exemplo, “projétil”, com acento no “i”. Por volta das 11:15, os advogados de defesa, pedem que se deem encaminhamentos às leituras dos depoimentos das testemunhas de defesa, procedimento que ocorreu até 12:45h, quando foi suspensa a sessão para o almoço, com a retomada do julgamento, marcada para as 14:30h.

Figura 08 - Presos sentados no banco dos réus no julgamento na Auditoria Militar



Fonte: Jornal Resistência, arquivo de Paulo Roberto Ferreira.

No retorno do julgamento, dando andamento aos ritos, o promotor Demócrito Noronha, manifestou-se, e como foi possível constatar, construiu e apresentou uma narrativa meta-histórica. Narrativa a qual, nós já fizemos referência anteriormente no texto e que nos conduziu a buscar nos ensinamentos de Koselleck, quando este descreve em um capítulo com o mesmo nome, sobre mudanças de experiências e de métodos no seu livro “Estratos do Tempo”, ele se refere aos procedimentos em relação às fontes e neles encontramos que: “possibilidades podem provocar uma reformulação” e ainda, que: “[...] podem surgir novos testemunhos, que lançam nova luz sobre a tradição recebida. Com isso, até o historiador que se limita a contar a história se vê diante da necessidade de escolher, fato que, *nolens volens*, o obriga a uma reformulação [...]”, e conclui o raciocínio, ensinando que: “[...] De certa forma, a experiência do próprio historiador em sua disciplina exige uma crítica das fontes [...]”. (KOSELLECK, 2014, p. 57).

Como se pode perceber, neste ponto do julgamento e também, do texto, a discussão em torno das fontes das informações que embasavam as retóricas do Tribunal, iriam, mais que nunca, colocar em prática, não apenas as defesas dos argumentos das partes, mas, expor na prática, todo o maniqueísmo que permeou aquele episódio, do dia 13 de agosto de 1981, os que se consideravam bons, dependendo do ponto de vista, e os que enxergavam o opositor de suas ideias, como os maus.

Observando a história, vista de baixo de Thompson e corroborada, como podemos constatar, na entrevista do padre Ricardo Rezende, o lado que representava o discurso dos vencedores, era o que representava também, o lado dos detentores do discurso, ou seja, Demócrito Noronha, fez naquele instante, a defesa dos interesses dos grileiros, dos aforados que se apropriaram das terras e detrimento dos lavradores, que passavam fome, da mídia corporativa, que defendeu majoritariamente esse lado, dos militares e em suma, da ditadura, que buscando legitimar a sua política de militarização das questões agrárias na região da Amazônia brasileira, resolveu entregá-la, aos interesses das grandes corporações de capital estrangeiro e dos grandes especuladores financeiros.

Os argumentos da promotoria foram descritos pelo MLPA da seguinte maneira:

[...] Todos os argumentos de Demócrito, tinham um único propósito: o de colocar todos aqueles que lutam pelos direitos do Homem, como subversivos à ordem vigente do país. Esses argumentos são falidos e mentirosos entre os quais o de dizer que os documentos das MEP (Missões Estrangeiras de Paris), entidade que os padres participam, tinham ligações com o Partido Comunista do Brasil [...].

[...] A denúncia, segundo Demócrito, mostra que o Pe. Aristides falou uma vez aos posseiros: ‘mostrem que aqui não tem só Maria, tem José também’ e ainda vincula a parábola do marimbondo, onde diz que muitos marimbondos juntos era uma forte organização. O promotor tomou essas palavras de Aristides como subversivas e incitadoras. Não se pode negar que Demócrito é bastante imaginativo, não? [...]

[...] É claro que toda e qualquer acusação dirigida aos padres e posseiros tem como objetivo de acusar e condenar todos aqueles que estão comprometidos com a luta popular [...] (MLPA. jul. 1982, p. 7-8).

O lado técnico das acusações buscava enquadrar formalmente, os padres réus, no artigo 56, parágrafos II e IV da LSN, arguíam que, eles haviam instigado, segundo denúncias, por meio de seus sermões durante as missas, através de uma emboscada, o ataque de 13 de agosto executado pelos posseiros, que ali se encontravam, também no banco dos réus, contra agentes do Estado (GETAT) e da Segurança Pública (Polícia Federal), que acompanhados por trabalhadores de uma fazenda, resultou no saldo de uma morte. Fato, portanto, suficiente para o enquadramento dos padres, fundamentadas as denúncia em cinco pontos basilares: 1) que o principal fator por trás dos crimes dos posseiros era a grande influência exercida pelos padres sobre a população do Araguaia; 2) que os padres, usavam as oportunidades de seus sermões para praticarem atos de incitamento à desobediência coletiva às leis e à luta de classes; 3) que em seu trabalho pastoral, usavam slogans tais como: “a terra é de quem nela trabalha” tentando provocar conflitos sobre a posse da terra e a reação violenta à política agrária do Governo; 4) que os padre ao serem presos, possuíam uma grande quantidade de material subversivo defendendo o comunismo e o socialismo (a acusação citou documento que pretendia estabelecer

a relação dos sacerdotes com o Partido Comunista do Brasil, PCdoB), essa suposta⁹³ prova documental, constituiu-se no principal embasamento para processar os acusados na LSN e não, pela justiça criminal comum; 5) que no dia da missa, os posseiros foram chamados à “conspiração” pelos padres e dessa forma então, juntos, teriam planejado a emboscada. (LIMA, 2020, p. 101).

Arguiu depois, pela defesa dos posseiros, o advogado Djalma Farias. Ex-policial federal, que segundo os membros do MLPA, atuava ainda a serviço dos órgãos de repressão, Haja vista, ter sido imposto aos posseiros, ainda segundo o MLPA, com a finalidade e um único objetivo, de tumultuar o processo, que teria submetido os posseiros a grandes torturas, com a intenção de criminalizar as ações dos padres, acusando-os e creditando a eles, as responsabilidades pelos acontecimentos, que os levaram àquela situação de réus, em um processo na Justiça Militar.

Nos relatos descritos na apostila do MLPA, podemos perceber o grau de credibilidade que os defensores dos padres, depositavam no advogado Djalma Farias:

[...] É um policial, na verdade, fantasiado de advogado. Ele é usado pela Ditadura Militar para esconder os fatos e assim incriminar os padres. Deveria ter sustentado a tese de legítima defesa quando o grupo de posseiros se defendeu contra a diligência da Polícia Federal e do GETAT, pois estes a serviço dos grandes fazendeiros queriam tomar-lhes as terras. Apesar de ser esta a verdade, o farsante preferiu argumentar que a defesa foi um ataque por indução e incitamento dos padres [...] (MLPA. jul. 1982, p. 8).

Os termos equivocados, pronunciados pelo advogado também foram notórios, iniciado por volta das 18:30 h, “a justiça tarda mas não vem, quer dizer, a justiça tarda mas demora...”, foram frases ditas pelo advogado diante do salão do júri, os contraditórios, alegavam que ele, além de ter péssima memória, demonstrou durante o processo, que também não conhecia a lei, fato sabido por grande maioria dos presentes naquela situação, já que Djalma, segundo argumentos do MLPA, havia abandonado seu curso de Direito, para fazer o concurso da Polícia Federal. Ele também cometeu outras gafes, quando em um julgamento que envolvia sacerdotes e que a cúpula da Igreja Católica se fazia presente, resolveu ler alguns trechos da Bíblia, aliás, o promotor, Demócrito, também já havia se apropriado de trechos deste livro cristão, para embasar seus argumentos, quando invocou um dos dez mandamentos, “não matarás”, e

⁹³ Suposta pelo fato de livros de autores diversos, serem objetos que podem estar à disposição de qualquer pessoa e este fato, não transforma automaticamente, um leitor ou detentor de um livro, em contraventor e tão pouco, um criminoso.

acrescentou ainda como complemento deste mandamento, que: “Além da violação da lei humana há a violação da lei de Deus“. (CHINEM, 1983, p. 47; MLPA, 1983, p. 8).

Como é plausível de perceber, embora não estivéssemos em uma teocracia, os argumentos sacros, eram usados. Provavelmente, com a intenção de criar uma narrativa que soasse mais amena aos ouvidos dos demais membros da sociedade, entretanto, optar por essa argumentação baseada nas escrituras que embasavam uma das mais longevas organizações da história da humanidade, era apelar para atuar no “campo do adversário”, ou seja, era necessário um mínimo de preparo, para argumentar em alto nível, ou pelo menos em um nível mediano, mas que chegasse a convencer, com pessoas que dedicaram anos de pesquisas e de estudos, sobre aquela ciência, e exatamente por conta disso, não seria um argumento qualquer, sem muita profundidade, que iria pesar como a principal infração cometida, capaz de levar ao banco dos réus, os membros atuantes do exercício de aplicabilidade daquelas doutrinas, que se poderiam encontrar nas páginas da Bíblia.

A defesa dos padres buscou comprovar durante sua atuação, a iniquidade de todo aquele processo. Egydio Sales fez uma coerente explanação sobre os problemas fundiários na região sul do Pará. Comprovou que naquela área específica do Cajueiro, os conflitos já existiam desde 1973, e mais, que o padre Aristides, só chegou à região em 1978, ou seja, não fora com ele que se deram início, os litígios, que por sinal, ainda durante as prisões e todo o processo que ali se desenrolava, continuavam acontecendo. Portanto, acusar o padre pelas responsabilidades sobre o ataque ocorrido, era imponderável, pois Aristides jamais fizera aos posseiros, defesa de utilização de uso da força e tão pouco de violências, para que se mantivessem os posseiros nas terras, já que defendia que a terra, como dádiva de Deus, deveria ser de todos os homens.

Desconstruiu também, o fato alegado, de que, de um sermão, denominado nessa pesquisa como, o “sermão da discórdia”, teria sido o fato que desencadeou a ira dos lavradores. Dizemos que desconstruiu, pelo fato de que, dos 13 posseiros ali sentados no banco dos réus, apenas dois, haviam participado da missa realizada na casa de João Quaresma, na única vez em que Aristides, ali esteve presente. Ora, alegou a defesa, para que se possa incitar alguém, é preciso que se tenha tempo para isto. E quanto ao padre Francisco, foi mais arbitrária ainda a sua prisão, que segundo os argumentos, aconteceu única e exclusivamente, pelo fato de o padre está presente na casa paroquial de São Geraldo, no momento em que os agentes de segurança ali chegaram e para completar, ele apenas estivera no local do evento, mas não celebrou a missa, não fez, portanto, o sermão, não conversou em particular com nenhum, e tão pouco, conhecia ou mesmo, era conhecido pela maioria dos posseiros.

Continuou a defesa, alegando corajosamente, diante de um Tribunal repleto de militares, que as funções desenvolvidas e desempenhadas pelos padres na diocese de Conceição do Araguaia, eram de meros cumprimentos dos protocolos estabelecidos e desempenhados pela Ação Pastoral da Igreja Católica, e estas ações, defendiam entre outras orientações, os direitos dos posseiros de morarem, trabalharem naquelas terras e de se por algum motivo que se apresentasse necessário, defenderem suas terras, suas famílias e seus poucos, mas suados bens, por eles duramente conquistados, conclamando desta forma, assim como qualquer outro cidadão, os seus direitos. Concluindo então a defesa (que contava ainda com as presenças de uma renomada banca jurídica, composta por: José Carlos Castro, Heleno Fragoso e Luiz Eduardo Greenhalgh), que ao defenderem suas terras e suas posses, não houve crime que pudesse ser imputado aos réus, coerentes com um enquadramento na Lei de Segurança Nacional.

Encerrando suas falas, alegou que a defesa esperava, que ao contrário da fala do advogado Djalma, a justiça, mesmo tardando, viesse a ser feita. Que tanto os posseiros pudessem ser inocentados, por terem agido em legítima defesa, quanto os padres, pois estes, nada tiveram a ver, tanto no atentado, quanto na alegada doutrinação, daquelas pessoas, que simplesmente, cansados de “apanhar”, com as costas marcadas e as mãos calejadas, resolveram apresentar suas armas, mesmo diante de um panorama repleto de inequidade, para, além de defenderem suas casas, escaparem de serem mortos, pelas balas dos pistoleiros, que sempre que possível, encontravam em suas trajetórias, o corpo de um despossuído e desprotegido posseiro.

Estes invisibilizados, que naquela ocasião, resolveram reagir à mesma proporção (embora com um enorme desequilíbrio bélico) e acabaram por protagonizar um episódio, que tomou dimensões enormes na esfera política nacional, mas que se fez notar, à primeira vista, dados os monopólios dos discursos, como um ataque contra o Estado e não como de fato é plausível compreendermos, numa tentativa de se manterem vivos nos lares em que habitavam.

Um dos elementos apresentados como prova pela promotoria, fora um documento em forma de relatório, escrito em francês, para as Missões Estrangeiras de Paris, ordem a qual eram vinculados os dois padres. A acusação alegou que esse documento estabelecia ligações entre os padres e o Partido Comunista do Brasil – PC do B, entretanto, os padres negaram terem escrito tal documento, sendo por tanto, requerida a tradução da prova no Tribunal. Na tradução, a tradutora alegou que a urgência, poderia interferir na qualidade da tradução, entretanto, demonstrando muita coragem, corrigiu a versão apresentada pela promotoria, deixando furioso o promotor, haja vista, que após a correção, a suposta acusação perdia em contexto e desqualificava o teor do também suposto elemento de prova. (LIMA, 2020, p. 104).

Findos os debates e os ritos de arguições de promotoria e defesa, considerando um argumento muito trabalhado pela Igreja, na busca pela comprovação de inocência de: Aristides Camio e François Gouriou, além dos treze outros réus (os posseiros; 1- João Matias (apontado como o líder); 2- Simplício Vieira da Silva; 3- José de Araújo e Silva; 4- Leônidas Alves Furtado; 5- Raimundo Resplandes Silva; 6- Venâncio Pereira; 7- José Ribamar Rodrigues; 8- Raimundo Pereira da Anunciação; 9- Antônio Resplandes Coelho; 10- Milton Souza Almeida; 11- Arnaldo Lopes Queiroz; 12- Raimundo Resplandes Coelho e 13- José Pereira de Araújo), naquela hora, sentados para serem julgados nos bancos do Tribunal da Auditoria Militar, de que: “[...] A segurança não deve ser o privilégio de sistemas, classes e partidos; é uma responsabilidade do Estado a serviço de todos. Por isso, não pode sacrificar direitos fundamentais para garantir interesses particulares [...]”. (CHINEM, 1983, p. 63).

A expectativa pelas absolvições, inegavelmente, existiam. Entretanto, sabemos também, que na prática, o primeiro passo, para a transformação de um estado autoritário em estado militar, é o elitismo radical desse sistema. O povo e seus anseios somem, e uma vez eliminados estes personagens, o que resta? Massas, que são inteiramente incapazes de querer e de conceber os objetivos nacionais, além do mais, elas se tornam perfeitamente manipuláveis pelos demagogos e por consequência disso, demasiadamente vulneráveis.

O Conselho de Sentença retirou-se e por volta das seis horas da manhã do dia 22 de junho, deu sua decisão final. Como foi possível perceber durante todo o processo dos presos do Araguaia, os militares agiram como na fábula de Jean de La Fontaine (1621-1695), “*O lobo e o Cordeiro*”, onde o lobo acusa o cordeiro e mesmo sem argumentos plausíveis, o condena a ser devorado. Deste modo, estava pronta para ser lida a decisão final. E, como o lobo já havia determinado antes mesmo da acusação, a sentença! O tenente-coronel Rômulo Oliveira Maciel, lê o veredito, por decisão do Conselho de Sentença da Justiça Militar, o MLPA, publicou em sua apostila, a sua versão com a sua interpretação das sentenças: Padre Aristides: 15 anos de reclusão pelos crimes de incitar os posseiros para atacar a diligência da Polícia Federal e do GETAT; Padre François: 10 anos, pelo crime de andar com o padre Aristides, puxar cânticos e distribuir folhetos ditos “subversivos”; João Matias (considerado o líder dos posseiros), 9 anos, por ser apontado como o principal responsável pela morte do pistoleiro, durante a emboscada, e os demais posseiros, a 8 anos de reclusão. (MLPA, julho de 1982, p. 10-11).

O MLPA, após serem lidas as sentenças, reuniu-se em assembleia geral extraordinária na mesma tarde e deliberou pela divulgação no dia seguinte, do seguinte manifesto:

[...] Ao Povo Brasileiro, O povo brasileiro indignado, assistiu ontem a condenação absurda, pela Auditoria Militar de Belém, dos dois padres e dos treze posseiros da região de São Geraldo do Araguaia.

O julgamento foi uma farsa montada pela Ditadura Militar que resultou na condenação do Pe. Aristides, 15 anos; Pe. Francisco, 10 anos; lavrador João Matias, 9 anos e os outros doze a 8 anos de prisão.

A preparação e a realização do julgamento se processou num verdadeiro clima de guerra. A Ditadura Militar mobilizou milhares de soldados da Polícia Militar e de todas as Forças Armadas, equipadas com gás, metralhadoras, cavalos, cachorros, helicópteros, etc., tentando impedir a realização de manifestações nas ruas.

O povo que veio dos bairros de Belém, do interior e de outros estados, impedido de realizar a manifestação na Praça da República, se viu obrigado a procurar a igreja da SS. Trindade. Lá foi cortada a água, impedida a entrada de comida e interditado o sanitário. Ao mesmo tempo, na porta da Igreja das Mercês, foram detidas algumas pessoas e outras espancadas.

Tudo isto mostra que a ditadura se mantém no poder através da força brutal, legitimada pelas leis de exceção, principalmente a Lei de Segurança Nacional e a Lei dos Estrangeiros.

A Ditadura Militar enquanto condena os padre e posseiros, mantém impune centena de assassinos e torturadores.

Este julgamento condena todo o povo brasileiro que luta pelo Direito à terra e ao trabalho.

Este julgamento condena a Ação Pastoral da Igreja que se coloca ao lado dos oprimidos.

Este julgamento condena os estrangeiros que se identificaram com o povo, enquanto favorece o robô das nossas riquezas pelas empresas multinacionais.

Este julgamento, na verdade, condena todos àqueles que lutam pela liberdade e se organizam por uma sociedade justa, sem exploradores.

Apesar da repressão e da condenação, o povo não foi derrotado. Firme continua na luta exigindo:

- JUSTIÇA PARA OS CONDENADOS
 - PUNIÇÃO PARA OS VERDWADEIROS CULPADOS
 - REFORMA AGRÁRIA RADICAL E IMEDIATA
 - ANISTIA, AMPLA GERAL E IRRESTRITA
- “não tenham medo, eu estarei com vocês”

Belém, 22 de junho de 1982 – MOVIMENTO PELA LIBERTAÇÃO DOS PRESOS DO ARAGUAIA – MLPA, SOCIEDADE PARAENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS – SPDDH [...]. (MLPA, 1982, p. 29-30).

O MLPA expôs seu posicionamento, descreveu a sua versão dos fatos, e, além disso, decretou luto permanente a todos os seus membros militantes e aos simpatizantes que se solidarizaram com os presos. Alegavam que o luto se justificava, por conta da morte da justiça brasileira, revelada no momento de divulgação da sentença, ao final da farsa⁹⁴ montada pelo Tribunal de Justiça Militar. Pediu ainda, que as pessoas usassem tarjas pretas presas às roupas, como uma demonstração de insatisfação e tristeza pelo resultado final da contenda entre a Ditadura Milita e a Igreja Católica, representada pelos padres, que sentados nos bancos dos réus, foram condenados.

Como medida também, determinou a assembleia geral extraordinária, que o movimento devesse permanecer ativo na luta, até que o objetivo de libertar os presos pudesse ser alcançado.

⁹⁴ A expressão farsa, é descrita no texto, respeitando a forma original do documento emitido pelo MLPA, portanto, o termo é de responsabilidade dos autores dos documentos originais.

Que o manifesto que fora aprovado, tivesse todas as formas de divulgação que lhes fossem possíveis e que as instituições que foram solidárias ao movimento e às causas do MLPA, permanecessem na luta, pois o resultado não poderia de maneira alguma, ser aceito com naturalidade. Os presos mereciam um julgamento justo, e a única justiça possível a todos os réus, seria a absolvição, haja vista, eles terem agido em legítima defesa, como já fora alegado por muitas vezes, em diversas ocasiões e em todos os lugares onde essas alegações eram cabíveis.

O escritor negro, brasileiro, nascido no século XIX e falecido no século XX, Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922), nos bridou no ano de 1915, com o incrível livro “*O Triste fim de Policarpo Quaresma*”, e partindo do mesmo prisma que nos possibilitou a alusão do episódio do Cajueiro e seus desdobramentos com a fábula de Jean de La Fontaine, onde o lobo acusa, sentencia e executa a pena imposta por ele mesmo ao cordeiro, fizemos também uma alusão do encerramento do julgamento, com o desfecho das atividades do MLPA.

No caso do MLPA, achamos plausíveis as comparações, dadas as coincidências percebidas entre o caso e o texto. O livro o de Lima Barreto, se desenvolve sobre três eixos principais: um conflito cultural, onde Policarpo imagina uma sociedade com outros costumes mais abasileirados, onde até a língua falada, seria outra, e no caso dos presos do Araguaia, pode ser percebido quando uma camada da sociedade brasileira, ainda não aceita o fim da escravatura e expõe o abismo que separa fazendeiros, grileiros de terras públicas e seus coniventes, dos trabalhadores rurais, peões e posseiros (vistos como inferiores, pelos detentores do dinheiro e de poderes locais), que nos sertões do Brasil, tentam de todas as formas, se estabelecerem e sobreviverem, mesmo que da maneira mais rústica e sofrida possível; no segundo eixo, um conflito agrícola. No livro, Policarpo, expondo sua devoção à terra, tenta mostrar que no solo brasileiro, tudo o que se planta dá, e em nosso caso, é notado quando as prioridades de cada ator social envolvido na contenda são expostas. A agricultura familiar, que serve para manter vivas essas famílias de desprotegidos que se aventuram em meio à violência que campeia a seus lados em todos os momentos, é ignorada e substituída por outra forma, imposta por um modelo, que se baseia no grande latifúndio, que produz poucos empregos e conseqüentemente, amplia de maneira exponencial a separação entre as classes sociais. Essas diferenças nas distribuições de rendas, são os combustíveis adequados, para dar início aos inúmeros conflitos agrários, com resultado mortes, que tornam incomparáveis, os números do Estado do Pará, com o restante do território brasileiro; e por fim, como o terceiro eixo do romance, um conflito político. O personagem se vê envolvido em um choque contra o sistema político vigente, e no caso do Cajueiro, basta-nos, abrir os olhos e as páginas dos arquivos, para

percebermos que desde o seu início, o episódio do Cajueiro fora usado pela ditadura, para impor uma doutrinação política de subserviência aos trabalhadores rurais da região sul do Pará, a mesma que havia protagonizado como cenário, em um passado recente, a Guerrilha do Araguaia, e que desde essa época, era vista com desconfiança pelos militares brasileiros, que para aquela área, tinham um outro plano e conseqüentemente, outros interesses.

Policarpo, assim como o MLPA, era patriota, e sonhava com um país mais justo, onde as regras dos contratos sociais pudessem ser respeitadas, mas após se debruçar por um longo tempo, em uma grande luta para ver cumprido seu desejo e realizado o seu sonho, foi traído pelo presidente Floriano Peixoto. O MLPA, não fora aliado do comando da nação (a Igreja Católica, por muito tempo, sim), mas se viu também, envolto em uma luta muito dura, contra toda uma situação que se tentava, e por vezes, se impunha, sem rodeios, sem respeito aos devidos processos legais e sem o cumprimento de regras, ou de leis, já que todas as demais poderiam ser suprimidas pela aplicação da famigerada Lei de Segurança Nacional.

O que nos levou a aproximar o MLPA de Policarpo foi a visão de ambos, de que a partir daquele momento, o país poderia ser tocado e tomado por uma onda de patriotismo, que de fato defendesse os interesses nacionais. Uma reforma agrária que pudesse valorizar, como no romance, o solo brasileiro, para que este cumprisse a função social da terra, aquela defendida pelo Papa João Paulo II, na encíclica *Laborem Exercens*, onde se defende compreender, através dos conceitos emitidos naquela encíclica, a postura católica aos problemas sociais gerados no processo de compra e venda de força de trabalho e da geração do excedente do trabalho.

O MLPA, assim como o personagem da ficção, acreditou que um outro desfecho seria possível. Que a justiça poderia e deveria ser feita, mesmo que esta viesse para contrariar alguns interesses, dos quais nem todos ali, tinham conhecimento. Que a disputa entre a ditadura militar e a Igreja Católica, era uma disputa doméstica, que logo se resolveria, e que um consenso poderia ser alcançado. Não! Não foi o que aconteceu, o país seguiu seu curso, o governo do Presidente General João Batista de Oliveira Figueiredo, transcorreu até o seu final, a anistia defendida pelos militantes do MLPA e dos militantes de esquerda de todo o Brasil, pode-se perceber, que fora um grande erro, pois tirou dos militares, as suas responsabilidades por uma gama provavelmente impossível de se calcular, do cometimento de crimes comuns contra pessoas civis, de mortes, de sequestros, de desaparecimentos e de inenarráveis torturas, a que foram submetidas muitas pessoas anônimas, enquanto durou este período.

Os padres foram condenados, submetidos ao encarceramento por mais um longo tempo, e submetidos à uma tortura psicológica ainda maior, na esperança por um segundo julgamento, conseqüente dos recursos impetrados e apresentados pelas defesas, na busca pela comprovação

de suas inocências, enquanto o MLPA, se via frustrado, embora orgulhoso do papel desempenhado na luta por respeito ao estado democrático de direito e consciente de aquele, tinha sido sim, um passo importante para a conquista de suas liberdades de reivindicações e pelas devoluções das vozes, caladas dos brasileiros, nas buscas por esses direitos desde o golpe de 1964, mas, era inegável que o olhar incrédulo, que tomou conta de vários (tomamos conhecimento dessas reações e desses sentimento, nas entrevistas coletadas para essa pesquisa, com algumas pessoas que nos reportaram tal reação), e o choque de realidade, de que toda aquela movimentação, lógico, não havia sido em vão, mas que o resultado a ser comemorado, estava longe de atingir seus objetivos

Assim, o MLPA, foi se desfazendo. Ainda resistiu até o segundo julgamento no Superior Tribunal Militar. Deixou como herança, uma grande quantidade de lideranças políticas, sindicais e fortaleceu, sem dúvidas, as entidades e pessoas (que já compunham ou que depois vieram a compor essas entidades), que olhavam com bons olhos para as causas dos direitos humanos. Entretanto, não se consolidou como um partido, ou como uma organização não governamental, entidade que perdurasse, e avançasse sobre outras pautas, que também requeriam empenhos e esforços de mobilizações da sociedade, na busca de outras conquistas.

Já que não podemos ousar dizer que o MLPA, saiu vitorioso contra a Ditadura, podemos sim, perceber que ele, foi uma ferramenta muito importante na luta pelo final dessa mesma Ditadura e pela devolução aos braços dos brasileiros, dos seus direitos civis, dentre eles o de votar e de eleger seus representantes, e mais importante ainda, a capacidade de não silenciar, como pretenderam os militares, fazendeiros e grileiros, sobre as desiguais e violentas questões fundiárias existentes no sul e sudeste do Pará, o estado brasileiro líder no triste *ranking* que mede os números de mortes no campo.

Tomando como exemplo, nosso objeto de pesquisa, acreditamos que seja possível entender que o Conflito do Cajueiro e a conseqüente existência do MLPA, além de levantar e colocar à baila, nas mesas de negociações, país e mundo a fora, os debates que necessitavam de avanços para encerrar um período obscuro, que se escondia por de trás da negação de uma discussão mais séria e comprometida, sobre o fim das tão injustas e distorcidas Lei dos Estrangeiros e da Lei de Segurança Nacional, contribuiu pra que a sociedade paraense, desse um exemplo de resistência à Ditadura Militar, para o restante do Brasil, no instante em que se levantou e foi literalmente para a briga, já que nos confrontos com os agentes da repressão, as agressões, também recebiam suas doses de revides. Foi assim que o MLPA, entrou para a história recente do Estado do Pará e contribuiu para a academia, com um belo episódio para ser discutido e analisado por seus membros. Pode vir a ser mais um capítulo publicado e buscado

através das palavras chaves como: Amazônia, Ditadura Militar, Conflitos no Campo e Igreja Católica na Amazônia, para buscas que por ventura venham a ser feitas por estudiosos das relações de poder e como um objeto de pesquisa à disposição de outros acadêmicos que tenham interesses nos assuntos do campo da história de tempo presente.

O triste fim de Policarpo Quaresma, deixou como legado, uma grandiosa obra de ficção de um grande escritor negro brasileiro, que sofreu duras cargas de preconceitos, e nunca pode ser reconhecido na Academia Brasileira de Letras, mas a seu trabalho perdurou e é analisado e estudado em diversos ambientes, até nossos dias de hoje. Assim, o fim do MLPA (não queremos e nem tivemos a pretensão de dizer que foi triste), também teve suas frustrações, mas que, no entanto, está aqui neste texto sendo apresentado em mais esta versão, que muito provavelmente não será a última, para sabermos que ele nos deixou um capítulo (que no decorrer da pesquisa, descobrimos ter sido muito mais) importante, da nossa história recente, que poderá ser lido, discutido e quiçá aprimorado por alguém, que esperamos em um futuro próximo, por ele possa se interessar e com ele venha a contribuir.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar ao final do texto dessa dissertação, me dá um enorme prazer e uma maior ainda, sensação de dever cumprido. O desafio de fazer deste assunto, o objeto de minha pesquisa, não foi uma decisão fácil. Eu, mesmo pré-adolescente, vivi durante o MLPA, pude estar próximo de pessoas, pude ver de perto eventos de extrema relevância para a descrição desse movimento. Assim, dessa maneira, minha responsabilidade apenas aumentava a cada memória, a cada entrevista, a cada nova maneira de narrar de quem se dispunha a me contar à sua ótica, a forma como viveu, viu e compreendeu tudo aquilo.

No decorrer da pesquisa, pude perceber as diversas formas de entendimentos e as personalidades de cada depoente. Nem todos eram mentes brilhantes, nem todos eram os doutores das letras e das leis, nem todos podiam, e seria pretensão ou mesmo utopia, achar que dentre os depoimentos, todos tivessem o mesmo entendimento dos eventos que, cada um a sua maneira, com seu grau de importância para o grupo, contribui para o MLPA.

Analisar as atuações das vertentes concorrentes dentro da Igreja Católica no Brasil da Ditadura e perceber que mesmo disputando uma hegemonia interna, a Igreja se uniu em defesa de seus membros, que naquele momento, a Teologia da Libertação era provavelmente a fração mais simpática da Igreja para com o seu público, porém, o Papa não era um simpatizante da Teologia da Libertação, e por isso, a fração conservadora da Igreja, se mobilizava para não ceder as rédeas da milenar instituição, nas mãos de religiosos que olhavam para uma Igreja voltada aos pobres, o que convenhamos, não foi o que construiu durante anos e séculos, os legados, as tradições e dogmas, mas principalmente, o patrimônio daquela instituição.

Discorrer sobre conflitos agrários no sul e sudeste do Estado do Pará, em qualquer período já não pode ser visto como uma tarefa fácil, imaginem, discorrer sobre os fatos que mobilizaram o povo do Pará, do norte do país, e de muitos países do mundo, que se dispuseram a vir ao front, mobilizar suas instituições, como por exemplo, os consulados e embaixadas da França e do Vaticano, desafiando um período muito difícil da história recente do nosso país, contrapor os desmandos autoritários de uma ditadura, requer muitas habilidades, mas sobretudo, requer coragem.

Os padres franceses e os posseiros, presos pelo sistema autoritário que comandava com punhos de ferro o nosso país, foram sim, vítimas de uma ardilosa busca por construir uma meia-verdade que justificasse o entreguismo, característico dos governos militares, e podemos comprovar isso, ao analisarmos o governo atual do Brasil, que repleto de militares, está

destruindo a capacidade de interpretação das maiores vítimas dessa política maligna, que só maltrata os nossos trabalhadores.

Vender a preços irrisórios, as riquezas da Amazônia brasileira, com a desfaçatez de quem furta uma fruta no terreno do vizinho, foi a principal preocupação dos governos militares do Brasil. As riquezas existentes nos solos e subsolos das Américas, como já defendia Eduardo Galeano na obra “As veias abertas da América Latina”, parecem ser as maiores responsáveis pelas misérias a que são submetidos os habitantes dessa parte do planeta.

A militarização da questão fundiária da Amazônia, foi um golpe fortíssimo na condição de bem estar dos habitantes atraídos pra aqui. Os compadrios ficaram mais evidentes do que outrora, haja vista que os trabalhadores rurais, que vieram no período da borracha, pelo menos recebiam uma promessa de indenizações. No período dos militares, pelo contrário, eram explicitamente convencidos a irem embora, e para tanto, as forças constituídas de segurança do estado, agiam sem disfarçar, em defesa dos fazendeiros, grileiros de terras e senhores de escravos libertos, conhecidos a muitas décadas.

A Igreja Católica se apresentou neste contexto, como a parte que “tomou as dores dos pobres”, pois era necessário que alguém se investisse dessa postura. As Conferências de Medellín e de Puebla, trouxeram à tona uma realidade dos povos latinos, que era sabido de muitos, mas discutido por poucos.

As ações desempenhadas pela Igreja Católica nos campos do Araguaia, poderiam ser interpretadas como ações pastorais de evangelização, não é objetivo e tampouco cabível discutir se os povos do Araguaia precisavam de fato de evangelização ou de orientação em direito civil, mas eram os homens que faziam parte dessa Igreja, que defendiam as demandas apresentadas por aqueles trabalhadores. Assim, a ação pastoral da Igreja Católica, pode ser vista como a única esperança que aquelas pessoas nos longínquos campos do interior do Pará e do Brasil, poderiam se amparar.

Desta forma, o sistema ditatorial, mesmo relutante de início, se impôs com todas as forças, para sufocar as ações dos religiosos, e dessa maneira, desarticular qualquer esboço de conscientização de trabalhadores ignorantes, que por ventura viessem a desabonar, ou mesmo, atrapalhar os acordos feitos pelos gabinetes militares e os representantes das grandes empresas de capitais internacionais, que tinham os olhos e os dentes aptos e serem cravados nas veias de sustentação dos pobres e miseráveis que viviam sobre aquele solo.

Quando o Conflito do Cajueiro ocorreu, ele apenas potencializou uma ação que estava pronta a ser desenvolvida, com o objetivo de “limpar” aquela área para a implantação do Projeto Grande Carajás, o que não estava no roteiro planejado pelos militares, era a oposição de

membros estrangeiros de uma Instituição milenar e poderosíssima, que os estrategistas do regime brasileiro resolveram ignorar. Não podemos afirmar o que ocasionou tal erro estratégico, soberba talvez, já que quando se suprime todos os direitos civis de um povo e este não se levanta, pode-se ter a impressão de que tudo é possível.

E como está descrito no livro guia do catolicismo, a Bíblia, no livro de Provérbios 16:18, “ a soberba precede a ruína, e a altivez do espírito, a queda,” os militares brasileiros, subestimaram os conhecimentos bíblicos dos Católicos e cometeram um erro estratégico, que lhes causou enorme desgaste, e se, ainda havia expectativa dentro das casernas, de que outro general viria em substituição ao João Figueiredo, a questão dos padres e posseiros do Araguaia, foi um episódio que trouxe um desgaste tão grande, que nem mesmo os assassinatos de Vladimir Herzog, dentro do DOI-CODI, nem os casos de corrupção dentro da CAPEMI, foram capazes de produzir nas vísceras dos governos militares, e dessa forma, a possível manutenção de militares no poder, foi se esfacelando. Não seremos pretensiosos em dizer que por conta, exclusivamente disso, mas é perfeitamente aceitável que também, por conta das atividades do MLPA e da participação da Igreja Católica (que pelo seu poderio, causou um desgaste enorme à ditadura Brasileira), os governos autoritários daqueles tempos, estavam nos seus últimos dias.

A sentença prolatada pelo Tribunal Militar, não pôs fim ao MLPA, encerrou um ciclo, mas deixou no povo brasileiro, a sensação de que era possível dar um ponto final àqueles tempos e buscar, através das representações democráticas, melhorar as condições de vida e principalmente, por fim a uma longa era de desmandos, violações, e de incompetências, permeadas de corrupções e hipocrisias, as quais o povo esteve submetido por anos, mas que depois de tantas perdas, perdeu desta feita o medo, e foi finalmente às ruas e às lutas.

Assim, construímos nosso texto, tentando levar aos leitores, o máximo de conhecimentos e sobriedade, sobre essa página de nossa história recente, que não pode e não deve ser esquecida e tampouco, apagada de nossos jovens alunos. A história de onde vivemos, são as memórias recentes de nossas identidades como cidadãos, e mais ainda, como seres humanos.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **O triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo, Lafonte, 2018.
- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia, formação social e cultural**. 3. ed. Manaus: Valer, 2009.
- BRANDÃO, Z. Entre questionários e entrevistas. In: NOGUEIRA, M.A., ROMANELLI, G.: ZAGO, N. (Orgs.). **Família & escola**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. P. 171-83.
- BURKE, PETER. **Uma história social do conhecimento – I: de Gutemberg a Diderot**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CAMPOS, Ademar da Silva. **O confronto em Eldorado dos Carajás – Trágica consequência do processo histórico da concentração de terras no Brasil**. Belém: Cultura Brasil, 2016.
- COELHO, F. (2014). **Conceitos “cultura” e “representação”**: contribuições para os estudos históricos, v. 16 n. 28 (2014), Fronteiras: Revista de História
- CORRÊA, Wilson George de Brito. **A ação do GETAT na região sul e sudeste do Pará**. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Dinâmica Territorial e Sociedade na Amazônia (PDTSA), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Marabá, 2016.
- DOSSE, François. **História do tempo presente e historiografia**: Revista tempo e argumento, v.4, n.1, p.5 – 22, jan/jun. 2012.
- ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**; tradução Gilson Cesar Cardoso de Souza, São Paulo: Perspectiva, 2016, 26. ed.
- FERREIRA, Paulo Roberto. **A censura no Pará: a mordaca a partir de 1964 (registros e depoimentos)**. Belém: Paka-Tatu, 2015.
- FERRO, Marc. **Os tabus da história: a face oculta de acontecimentos que mudaram o mundo**. Tradução Maria Angela Vilela. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **A justiça do lobo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.
- FILHO, Romualdo Pessoa Campos. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. Anita Garibaldi, São Paulo, 2012.
- GOMES, Ronaldo Martins. **A fé materializada em direitos humanos: a presença da Igreja Evangélica de Confissão Luterana nos movimentos populares no Pará (1975-2012)**. Dissertação apresentada ao curso de pós-graduação em Ciências da Religião da Universidade do Estado do Pará – UEPA, Belém, 2013.
- HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**, tradução Marcos Santarrita. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. Tradução Rosaura Eichenberg. Curitiba, PR: A Página, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história, tradução Mmarkus Heidiger. 1. Ed. – Rio de Janeiro, Contraponto. 2014.

LUXEMBURGO, Rosa de. **O socialismo e as igrejas**: livreto de 53 páginas.

MARTINS, José de Souza. **O tempo da fronteira**: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Artigo publicado na Revista de sociologia da USP, São Paulo, 1996.

MARX, Karl. **O 18 brumário e cartas a Kugelmann** – Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

MÉSZÁROS, Istvan. **1930 – O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. [Tradução Ana Cotrim, Vera Cotrim]. São Paulo: Boitempo, 2007.

MORIN, Edgar. **A religião dos saberes**: o desafio do século XXI / idealizadas e dirigidas por Edgar Morin; tradução e notas, Flávia Nascimento. - 8ª ed. – Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2010.

NETO, Regina Beatriz Guimarães. **Amazônia, território em movimento**: vidas precárias, Artigo publicado na revista História Unisinos, 2016.

MLPA, cartilha de edição especial de julho de 1982.

NOSSA, Leonencio. **Mata! o major Curió e as guerrilhas no Araguaia** – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra**: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Recife: Editora UFPE, 2015.

PESSOA, Fábio Tadeu de Melo. **Ao cristão é proibido ter medo**: A trajetória da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no sul e sudeste do Pará durante a ditadura militar (1975/1985). Tese apresentada ao programa de pós-graduação em História social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

PETIT, Pere. Os governos brasileiros e a “ocupação” e o “desenvolvimento” da Amazônia: 1960-2005. *In*: CHAMBOULEYROM, R.; RUIZ, Peinado J. L. (org.). **Trópicos de História**: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVI a XXI). Belém: Açaí, 2010.

SCHMINK, Mariane; WOOD, Charles H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Tradução de Noemi Miyasaka Porro e Raimundo Moura. Belém: Editora UFPA, 2012.

SILVA, Antônio Carlos Teles da. **As origens do movimento ecumênico na Amazônia Paraense**. Dissertação. Escola Superior de Teologia. Porto Alegre, 2005.

SIRKIS, Alfredo. **Os carbonários** – Editora Best Seller, São Paulo, 2008.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

RESISTÊNCIA, exemplares do ano IV, nº 27, 28,29, 30, 31, 32 e ano V, nº 33, 34, 35, 8,39.